

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA E DIREITO**

FABIANA TORRES DI GREGORIO

**Cooperativa de Pessoas com Deficiência
de Juiz de Fora: uma análise em termos
de identidade e exclusão social**



**NITERÓI
2009**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E DIREITO

FABIANA TORRES DI GREGORIO

**COOPERATIVA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE
JUIZ DE FORA: UMA ANÁLISE EM TERMOS DE
IDENTIDADE E EXCLUSÃO SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciências Jurídicas e Sociais.

Orientador: Professor Doutor Marcelo Pereira de Mello

Niterói, 2009

GREGORIO, Fabiana Torres Di.

Cooperativa de Pessoas com Deficiência de Juiz de Fora: uma análise em termos de identidade e exclusão social/
Fabiana Torres Di Gregorio, UFF/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito. Niterói, 2009.

119 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais)
– Universidade Federal Fluminense, 2009.

1. Pessoas com deficiência. 2. Identidade. 3. Reconhecimento. I. Dissertação (Mestrado). II. Cooperativa de Pessoas com Deficiência de Juiz de Fora: uma análise em termos de identidade e exclusão social.

FABIANA TORRES DI GREGORIO

**COOPERATIVA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DE JUIZ DE
FORA: UMA ANÁLISE EM TERMOS DE IDENTIDADE E
EXCLUSÃO SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciências Jurídicas e Sociais.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. MARCELO PEREIRA DE MELLO
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. GILVAN LUIZ HANSEN
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dra. BARBARA HELIODORA KNOLLER MARTINS FRANÇA
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. MARCO AURÉLIO SANTANA
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Niterói, 2009

A todos da COOPDEF.

Agradecimentos

Ao Anderson, pelo apoio e amor constantes com que me brinda.

Aos meus queridos pais e irmão, pelo estímulo, auxílio e crença incondicional em meu potencial.

Ao Prof. Marcelo Pereira de Mello, pelo rigor, lisura e confiança na orientação deste trabalho.

Ao Prof. Gilvan Luiz Hansen, por quem tenho especial admiração profissional e pessoal.

À professora Bárbara Heliodora França, pelas críticas construtivas fornecidas no Exame de Qualificação.

Ao professor Marco Aurélio Santana, pela compreensão e por ter aceitado o convite para integrar a banca examinadora.

À Geralda, por ter “aberto as portas” da Cooperativa, sem a qual certamente o trabalho de campo seria inviável.

À Joana, Cláudia e Douglas, pelo acompanhamento aos postos de trabalho dos cooperados e pelas preciosas informações prestadas.

A todos os cooperados entrevistados, cujas experiências foram determinantes para a confecção deste trabalho.

Aos professores e colegas do Mestrado, pela partilha de momentos de grande prazer.

Aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF,
Leandro e Maíra, pela eficiência e solicitude.

Um agradecimento especial a Deus, fonte de minha energia.

RESUMO

A dissertação tem por objetivo apreender, por meio de uma análise microssociológica, se o ingresso das 20 pessoas com deficiência entrevistadas na Cooperativa de Pessoas Portadoras de Deficiência proporcionou ou não a (re)construção de sua identidade social. Para tanto, aborda o processo de organização da Cooperativa (com uma descrição concisa de sua jornada, estrutura e funcionamento), procede a uma breve análise da Economia Solidária e do histórico do cooperativismo e da postura dos integrantes da COOPDEF frente aos princípios cooperativistas. Reflete também sobre o processo de exclusão sob o prisma do trabalho (inclusive o das pessoas com deficiência) e o trabalho pelos entrevistados realizado antes de ingressar na Cooperativa. Destaca a questão do estigma e da (re) construção ou não da identidade social em si dos respondentes à luz das teorias do reconhecimento de Axel Honneth e do agir comunicativo de Jürgen Habermas, bem como de autores como Alinhua de Federico de La Rúa, Peter Berger, Thomas Luckman e Erving Goffman.

Palavras-chave: Pessoas com deficiência – Identidade – Reconhecimento.

ABSTRACT

The dissertation has the objective of apprehend, through a microsociological's analysis, if the entrance of the twenty interviewed handicapped people in the Cooperative of Handicapped People provided or not the (re)construction of their social identity. For this, it approaches the process of the Cooperative's organization, wich includes a concise description of its structure and operation; it also proceeds to an abbreviated analysis of the Solidary Economy and of the report of the cooperativism and of the posture of the Cooperative's members in relation to the principles of the cooperativism. It also reflects about the work exclusion's process, wich includes the process of exclusion of the handicapped people and the work that the interviewed people had done before his/her entrance in the Cooperative. It detaches the subject of the stigma and the (re)construction or not of the interviewed peoples' social identity itself through the analysis of the theory of recognition of Axel Honneth and the theory of acting communicative of Jürgen Habermas, as well as authors like Alinhua Federico de La Rúa, Peter Berger, Thomas Luckman and Erving Goffman.

Key-words: Handicapped people – Identity – Recognition.

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO	8
1.1 – APRESENTAÇÃO DO TEMA	8
1.2 – METODOLOGIA, CUIDADOS ÉTICOS DA PESQUISA E ESCOLHA DO TEMA	13
CAPÍTULO 1 – O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DA COOPERATIVA DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA (COOPDEF)	18
1.1 – DA COOPDEF	18
1.1.1 – Breve descrição de sua jornada, estrutura e funcionamento	18
1.2 – UMA BREVE ANÁLISE SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA E O HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO	25
1.3 – DA POSTURA DOS COOPERADOS FRENTE AOS PRINCÍPIOS COOPERATIVISTAS	30
CAPÍTULO 02 – O PROCESSO DE EXCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	38
2.1 – A DIFICULDADE DE CONCEITUAR EXCLUSÃO SOCIAL	38
2.2 – EXCLUSÃO SOB O PRISMA DO TRABALHO	39
2.3 – DO PROCESSO DE EXCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	42
CAPÍTULO 3 – IDENTIDADE	50
3.1 - ESTIGMA	50
3.2 – DO TRABALHO REALIZADO PELOS MEMBROS DA COOPDEF ANTES DE NELA INGRESSAREM	59

3.2.1 - Dos cooperativados que trabalhavam no setor privado	60
3.2.1.1 – Relatos dos principais problemas enfrentados	60
3.2.2 – Da inserção de somente dois cooperativados nos quadros do serviço público	63
3.2.3 – Dos cooperativados que exerciam trabalho informal	63
3.3 – DAS REDES DE TRABALHO E DE RELAÇÕES SOCIAIS E DOS MOTIVOS DE INGRESSO NA COOPDEF	64
3.4 – INGRESSO NA COOPDEF: (RE)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SOCIAL?	66
3.4.1 - Uma análise à luz das teorias do reconhecimento de Axel Honneth e do agir comunicativo de Jürgen Habermas	66
3.4.2 - Uma breve análise à luz de Alinhua de Federico de La Rúa, Peter Berger e Thomas Luckman e Erving Goffman	100
CONCLUSÃO	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	111
ANEXO	114

I. INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação do tema

Em caráter introdutório e para efeito de contextualização do presente trabalho, devemos considerar as lições contidas na Apresentação do livro *Ligações Perigosas Trabalho Flexível e Trabalho Associado*, organizado por Jacob Carlos Lima. Senão vejamos.

“As transformações econômicas, sociais e políticas do capitalismo nas últimas décadas provocou mudanças substanciais no trabalho, enquanto elemento explicativo da sociabilidade humana e da mudança social. A globalização da produção e dos espaços reespecializou as atividades humanas, desconcentrando a produção industrial e generalizando-a para boa parte do planeta. Isto confirma as tendências à internacionalização do capital previstas por Marx no século XIX mas problematiza a condição operária como elemento homogenizador da formação de classe e da ação coletiva, que configurou o pensamento sociológico desde seu início. Trabalho, classes sociais, ação coletiva, mudança social, tornaram-se as categorias explicativas do capitalismo, de sua ‘racionalidade’, de suas contradições intrínsecas e de sua possível superação. O trabalho visto como centro da atividade e emancipação humana, por um lado, e como fonte da exploração do homem como condição de existência do próprio modo de produção capitalista. Internacionalização da produção, revolução tecnológica e organizacional, internacionalização do proletariado e do assalariamento, mercantilização das relações sociais foram as referências que marcaram a dinâmica social no século XX.”.

De acordo com palestra proferida pelo economista Márcio Pochmann no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, intitulada *Vinte Anos de Constituição Cidadã no Brasil: Avanços, Limites e Perspectivas para o Mundo do Trabalho no Século XXI*, os países periféricos, apesar de não terem conseguido controlar as formas tradicionais de exclusão social – subemprego, baixos rendimentos e informalidade –, defrontam-se com novas formas desse maléfico fenômeno, caracterizado pelo desemprego aberto, ocupações atípicas e precarização das relações e condições de trabalho.

Segundo o referido conferencista, a causa comum dos problemas de exclusão social a partir da perspectiva do emprego se deveria, então, à fragilidade das economias dos países em desenvolvimento, que, sem terem conseguido passar pelo *Welfare State*, assimilaram sem maiores contestações o discurso da implementação de um Estado mínimo.

Para ele, o modelo econômico adotado pelo Brasil não se mostraria, então, apto a solucionar o grave problema do desemprego, pois se alinha à linha da globalização ditada pelos países centrais, onde se pretende realizar a menor diferenciação possível entre

mercados internos e externos, aumentando diariamente a dependência econômica em relação ao mercado financeiro internacional.

Os países em desenvolvimento, mesmo constatando que o processo de globalização em curso apresenta como corolário o aumento da miséria, desprezam o fato de que os países desenvolvidos, quando do seu processo de desenvolvimento, foram combatentes das receitas que agora querem implementar, tais como privatização, desregulamentação, políticas macroeconômicas restritivas, liberalização do comércio e dos investimentos.

Neste sentido Jacob Carlos Lima, em seu artigo *Trabalho Flexível e autogestão: um estudo comparativo entre Cooperativas de Terceirização Industrial*, afirma que a inserção do país à economia internacional dentro dos parâmetros da reestruturação global do período levou ao fechamento de numerosas unidades industriais no país, privatização de empresas industriais e de prestação de serviços, e adequação da economia nacional aos ditames da competitividade internacional. Com isso, provocou-se a aceleração da reestruturação de unidades produtivas, sua adequação tecnológica e gerencial, a reespecialização da produção¹, visando à redução de custos, o que gerou como consequência o fechamento de fábricas, a desnacionalização de setores, o enxugamento da força de trabalho com o aumento do desemprego e a utilização de formas de contratação precárias.

Aponta, então, que, da mesma forma que a informalização responde ao quadro de flexibilização da atual fase do capitalismo, a autogestão vai sendo apropriada nesta mesma direção, possibilitando às empresas a desoneração dos custos de gestão da força de trabalho e transferindo aos trabalhadores o ônus da gestão e de seus custos. Seu espectro engloba de empresas cooperativas ou autogestionárias nas quais a autogestão é efetiva, até simulacros de cooperativas formadas apenas para atender demandas empresariais e substituir contratos de trabalho pelo trabalho ‘autônomo’ livre de encargos sociais, conhecidas como *cooperatos* ou falsas cooperativas.

¹ Richard Sennet, em *A corrosão do caráter*, ressalta que as inovações tecnológicas da modernidade, num contexto de globalização, produziu também uma mudança nas relações de trabalho do capitalismo vigente. Comparando gerações, ele delineia o panorama do “novo capitalismo”, marcado pela *reinvenção descontínua de instituições, especialização flexível e concentração sem centralização*, responsáveis por relegar à periferia grande parte da população.

Do mesmo modo, Bárbara Heliadora França et al., no livro *Guia de Economia Solidária ou porque não organizar cooperativas para populações carentes*, no capítulo *As transformações nas relações de trabalho*, aponta que

“No interior desse processo brutal de economia do trabalho, isto é, de expulsão do trabalhador do processo de produção, que se inserem as novas formas do trabalho já apontadas, em geral, caracterizadas pela precariedade e insegurança. *É nesse sentido que se percebe o crescimento do setor mundial de comércio e serviços (terceirização) como processo de precarização das relações de trabalho. André Gorz (2003) chega mesmo a afirmar que estamos criando uma sociedade de serviços.*

Nesse contexto, também, que o cooperativismo vem sendo encarado no Brasil, positiva ou negativamente. A criação de cooperativas, clubes de troca, associações de produtores e outras formas de produção, comércio e consumo coletivos assumiu grandes proporções após os anos 80.

É comum que momentos críticos estimulem as chamadas ‘ondas de economia solidária’ (Lechat, 2002). Entretanto, embora a criação de empresas autogestionárias como formas de recuperação de fábricas falidas, cooperativas e grupos de trabalho e produção, bancos do povo e de microcrédito, etc, surjam como uma ‘nova onda’ nesses anos, muitas das pistas sugeridas acima sobre a estrutura e aparência do trabalho no século XXI mostram que suas novas formas vieram para ficar.

Catadores de materiais recicláveis, artesãos, descarnadeiras de siri e quebradeiras de caranguejo, pedreiros, doceiras, costureiras comunitárias, e muitas outras categorias profissionais vêm lutando por sua sobrevivência diária há muitos anos no Brasil. Eles deixaram de ser a exceção. À espera de serem integrados ao mercado formal de trabalho, são a regra na atualidade. O trabalho não acabou e não vai acabar, é claro. Mas os poucos que ele protegia ontem se tornaram um número ainda menor hoje. O sonho da Carteira de Trabalho, se ainda não morreu, certamente está agonizando. E, de fato, as opções para os trabalhadores diminuíram.

Mas, ao mesmo tempo, abriram a possibilidade de que estes trabalhadores encontrem alternativas próprias e criativas para ganhar a vida. **No processo de produção de riquezas, mais do que receber um salário no fim do mês, apenas aparentemente seguro, talvez seja possível para o trabalhador se realizar pessoal e coletivamente, unindo trabalho intelectual e braçal na busca de sua emancipação.** Talvez seja possível demonstrar também que outra economia é viável.”.

Frente a todo o contexto exposto e como contraponto a ele, as práticas associativistas constituiriam uma das características do mundo moderno, expressando, segundo a menção de Selene Herculano em *Associativismo, Sociedade Civil, Estado e construção da esfera pública: notas para o estudo da cidadania brasileira*, mencionando Gramsci, diferentes interesses e construindo (ao menos idealmente) o consenso. Seria, então, através delas, segundo Tocqueville, que o homem moderno compensaria sua fragilidade e isolamento, juntando-se uns aos outros para defender idéias e interesses comuns.

No mesmo sentido, Regina Yoneko Dakuzaku Carretta, em sua tese de doutorado em Engenharia de Produção intitulada *Pessoas com Deficiência organizando-se em cooperativas: uma alternativa de trabalho?* preleciona que as cooperativas **devem ser consideradas não apenas como alternativa de inserção no trabalho, mas também como possibilidade de novas relações pessoais e profissionais, em um modelo mais participativo e democrático.**

José Pastore, em seu livro *Oportunidades de Trabalho para Portadores de Deficiência*, menciona que o Brasil possui uma das maiores populações de pessoas com deficiência do mundo² e uma das menores taxas de sua participação no mercado. Se se for considerar como trabalho a atividade que é exercida de forma legal, com registro em carteira de trabalho ou de forma autônoma mas com as devidas proteções da seguridade social, é bem provável que essa proporção fique em torno de 2% do total de pessoas com deficiência em idade de trabalhar no Brasil.

Segundo o mencionado autor, inúmeros fatores conspiram contra a inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho – desde o preconceito e a má informação, até a falta de educação, ausência de qualificação e inexistência de estímulos para as empresas. De acordo com Pastore, que desde 1997 se dedica ao estudo do tema, nos depoimentos das próprias pessoas com deficiência se observa que a percepção social das pessoas que as rodeiam tem muita importância.

José Pastore ressalta um estudo realizado por Paul Hunt, em seu livro *A Critical Condition*, no qual este apreendeu que existem imagens mais comuns a respeito das pessoas com deficiência, pouco relacionadas com as limitações e muito a ver com as falsas concepções. A intensidade dessas concepções e as formas de sua manifestação variam de sociedade para sociedade, e, dentro de cada uma delas, de acordo com o senso de

² Uma observação complementar e importante é a de que o século XX produziu pessoas com deficiência como nunca visto antes. Neste sentido, Anthony Giddens, em *As Conseqüências da Modernidade* (p. 19), menciona:

“Não apenas a ameaça de confronto nuclear, mas a realidade do conflito militar, formam uma parte básica do ‘lado sombrio’ da modernidade no século atual. O século XX é o século da guerra, com um número de conflitos militares sérios envolvendo perdas substanciais de vidas, consideravelmente mais alto do que em qualquer um dos dois séculos precedentes. No presente século, até agora, mais de 100 milhões de pessoas foram mortas em guerras, uma proporção mais alta da população do mundo do que no século XIX, mesmo considerando-se o crescimento geral da população.”.

responsabilidade social, as classes sociais e os níveis de educação. Para ele, vastas parcelas da população vêem as pessoas com deficiência como infelizes, inúteis, diferentes ou oprimidas.

Para evitar esses preconceitos, as pessoas teriam que ser capazes de encarar a alteração imposta pela limitação como apenas uma parte da vida do portador de deficiência. Durante séculos se aprendeu a formar uma noção das pessoas através da primeira imagem, o que remete ao conceito de estigma, pormenorizadamente analisado no tópico 3.1.

A apreensão sociológica do fenômeno se reflete na própria conceituação de pessoas com deficiência, adotada na Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, ratificada pelo Brasil em 08/10/2001. Segundo ela, a deficiência se caracteriza por ser uma “restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, *causada ou agravada pelo ambiente econômico e social*”.

Conforme menciona Claude Dubar em sua obra *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*, o conceito de identidade refere-se a duas vertentes: a primeira delas corresponderia à identidade para o outro, referindo-se à forma como o indivíduo é visto, a que Goffman chama de *identidade social virtual* e a outra referir-se-ia à identidade para si, isto é, como o indivíduo se vê, denominada por Goffman de *identidade social real*, cuja construção é também realizada através do estigma.

No presente trabalho, procurar-se-á apreender, por meio de uma análise microsociológica, se o ingresso das 20 pessoas com deficiência entrevistadas na Cooperativa de Pessoas Portadoras de Deficiência (COOPDEF) proporcionou ou não a (re)construção de sua identidade social, perpassando-se, para tanto, pelo processo de organização da Cooperativa (o que inclui uma descrição concisa de sua jornada, estrutura e funcionamento), por uma breve análise da Economia Solidária e do histórico do cooperativismo, pela postura dos integrantes da COOPDEF frente aos princípios cooperativistas, pelo processo de exclusão sob o prisma do trabalho (inclusive o das pessoas com deficiência), pela análise do trabalho pelos entrevistados realizado antes de ingressar na Cooperativa, pela questão do estigma e da (re) construção ou não de sua identidade social em si à luz das teorias do reconhecimento

de Axel Honneth e do agir comunicativo de Jürgen Habermas, bem como de autores como Alinhua de Federico de La Rúa, Peter Berger, Thomas Luckman e Erving Goffman.

Partiu-se da hipótese de que a adesão da pessoa com deficiência a uma cooperativa concorre para a reelaboração de sua identidade e afastamento do processo de exclusão.

As palavras-chave, portanto, são: **Pessoas com deficiência – Identidade – Reconhecimento.**

1.2 - Metodologia, cuidados éticos da pesquisa e escolha do tema

Em levantamento realizado na tese de doutorado de Engenharia de Produção de Regina Yoneko Dakuzaku Carretta, intitulada *Pessoas com Deficiência organizando-se em cooperativas: uma alternativa de trabalho?*, nos anos de 1999 e 2000 foi detectada, no Brasil, a existência de dez empreendimentos cooperativos formados exclusivamente por pessoas com deficiência ou bilaterais (compostos por pessoas com e sem deficiência), quais sejam:

- 1) Arca do Brasil: abriga e reúne jovens com deficiência mental, realizando atividades de produção de almofadas, sacos de lixo e descanso de panelas. São Paulo, SP. Empreendimento identificado pelo NAPES, financiado pelo Programa de Miniprojetos da Unitrabalho com o apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT);
- 2) Associação Central de Assistência, Serviços e Apoio dos Deficientes de Botucatu, Professora Lydia Salvatore Schincariol. Botucatu, SP;
- 3) COOPERTRAC – Cooperativa de Trabalhadores Cegos. Salvador, Bahia;
- 4) TRAMART – Cooperativa de Trabalho a Trama da Arte. São Paulo, SP;

- 5) COPAVI-SP – Cooperativa Paulo Vicente de Paulo Penido Burnier: alternativa de trabalho para pessoas com deficiência auditiva. São Paulo, SP;
- 6) COPAVI-BH – Cooperativa Paulo Vicente de Paulo Penido Burnier: alternativa de trabalho para pessoas com deficiência auditiva. Belo Horizonte, MG;
- 7) Cooperativa de Cegos. São Paulo, SP;
- 8) Cooperativa com Pessoas Deficientes. Porto Alegre, RS;
- 9) Cooperativa do Produtor Portador de Deficiência de Pernambuco (CODEFIL). Pernambuco;
- 10) COOPDEF – formada por pessoas com deficiência, realiza a prestação de serviços, a exemplo de apoio administrativo, atendimento ao público, secretariado, postagem e distribuição de correspondência. Juiz de Fora, MG.

Para a escolha da cooperativa a ser analisada, fatores como distância geográfica e recursos financeiros foram levados em consideração, bem como o êxito na obtenção do contato a ser travado para que se pudesse dar início ao campo. Em função da distância, os empreendimentos da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul foram descartados e, em função do contato, a COPAVI de Belo Horizonte e a de São Paulo também. Como a Casa Professora Lydia e a TRAMART já haviam sido objeto de estudo da tese mencionada, *apesar de sob uma perspectiva bem diferenciada*, o ineditismo da COOPDEF despertou curiosidade em sua análise pormenorizada, pelo que se entrou em contato com sua presidente e uma visita foi inicialmente marcada.

Nela, procedeu-se à visita aos postos de trabalho com maior concentração de cooperativados, bem como se convocou uma reunião, para a qual, apesar de todos terem sido avisados, compareceram apenas 12 deles, com quem se procedeu a uma entrevista coletiva, onde muitas questões tangentes ao funcionamento da cooperativa em si e dificuldades encontradas no mercado de trabalho foram, dentre outros assuntos, por eles apontadas. Esta primeira visita, realizada em janeiro de 2009, foi de grande ajuda na familiarização com as atividades desenvolvidas pela cooperativa, bem como na apreensão

de um “apanhado geral” de seu funcionamento e opiniões coletivas sobre questões como discriminação e mudança ou não de sua visão em relação a si mesmos e a da sociedade em relação a eles.

Por se acreditar na insuficiência dos dados coletados, tendo em vista que, como mencionado, a entrevista havia sido realizada coletivamente, retornou-se a campo em junho do corrente ano para se proceder a entrevistas individuais com alguns cooperativados, visando à apreensão mais pormenorizada das experiências e pontos de vista de cada um deles. Além da entrevista pessoal com os 12 cooperativados presentes à reunião de janeiro, entrevistas também foram realizadas com mais 8 outros integrantes da cooperativa, em seus postos de trabalho respectivos, selecionados de acordo com a disponibilidade de horário (tendo em vista que estavam em pleno expediente), tendo se concentrado nos cooperados que trabalham na Central de Marcação de Consultas e no JF Informação.³ Além disso, estar presente em seu ambiente de trabalho por mais dias propiciou um maior acompanhamento do cotidiano por eles vivenciado.

Como o objetivo era proceder a uma **análise qualitativa** dos dados obtidos, de **caráter exploratório e não probabilístico**, fugiria à proposta proceder a um estudo comparativo de diferentes cooperativas ou à entrevista de todos (ou da maioria) dos integrantes da COOPDEF. Realizou-se ainda uma **pesquisa bibliográfica**, na qual se efetuou uma investigação teórica do assunto, para confrontar com a realidade em estudo.

Nas entrevistas realizadas procurou-se observar alguns **critérios éticos**, como a preservação do anonimato dos informantes, que encontrar-se-ão identificados apenas pela letra C (significando cooperativado) acompanhada, apenas para diferenciá-los, de numeração, da deficiência de que é portador, de sua etnia, grau de escolaridade e idade.

Durante as entrevistas procurou-se seguir as orientações fornecidas por Charles F. Cannell e Robert L. Kahn, na obra *Coleta de dados por entrevista*. Ao máximo possível tentou-se formular as perguntas com cautela, deixando o entrevistado responder livremente, no intuito de que sentisse que toda série de respostas possíveis seriam aceitas; por outro lado, procurou-se evitar as ambiguidades das perguntas, deixando sua sequência acompanhar a lógica do entrevistado.

³ O questionário semi-estruturado que ajudou na realização das entrevistas encontra-se em anexo.

Ao se iniciar a entrevista, o propósito e o objetivo da pesquisa foram explicitados, bem como o método pelo qual o entrevistado foi escolhido; do mesmo modo, foi esclarecida a natureza anônima ou confidencial da entrevista.

Ao desejar obter mais informações, demonstrações de interesse foram realizadas, procurando-se compreender a fala do entrevistado e desenvolver a aceitação, tão importante em uma entrevista. Além disso, as respostas tiveram um registro fiel e acurado.

A escolha do tema deu-se em virtude da possibilidade de se analisar uma minoria, apontada muitas vezes como estigmatizada, qual seja, as pessoas com deficiência, procurando aferir se seu ingresso na COOPDEF ocasionou ou não a (re)construção de sua identidade social e profissional, sendo que a opção pelo estudo de caso de alguns integrantes da COOPDEF se deu pelos motivos acima já apontados.

Para condução da pesquisa, buscou-se problematizar algumas situações envolvendo o universo das pessoas com deficiência cooperativadas:

- Quem são as pessoas entrevistadas?
- Qual a relação já mantida com o mercado formal de trabalho?
- Qual a razão de seu ingresso na cooperativa ?
- Qual a visão da sociedade e sua própria visão em relação às pessoas com deficiência e a si mesmas, antes e após o ingresso na cooperativa?
- As pessoas com deficiência entrevistadas podem ser consideradas excluídas?

Em decorrência da problematização efetuada, o trabalho teve os seguintes objetivos:

- investigar a identidade e o processo de estigmatização da pessoa com deficiência;
- investigar a reelaboração da identidade das pessoas com deficiência entrevistadas, a partir de sua opção cooperativista.

Com base na pesquisa realizada, a dissertação encontra-se estruturada em quatro capítulos principais. Na Introdução apresenta-se o tema e a motivação para sua escolha, os critérios éticos adotados e a metodologia.

No primeiro capítulo, enfoca-se o processo de organização da COOPDEF, o que inclui, preliminarmente, uma breve descrição de sua jornada, estrutura e funcionamento, seguida de uma análise sucinta sobre Economia Solidária e o histórico do cooperativismo, bem como da postura dos integrantes da COOPDEF frente aos princípios cooperativistas.

No segundo capítulo, enfrenta-se o processo de exclusão social sobre o prisma do trabalho, enfocando-se alguns dados obtidos nas entrevistas.

No terceiro capítulo enfrenta-se a questão do estigma e da (re)construção da identidade social à luz das teorias do reconhecimento de Axel Honneth e do agir comunicativo de Jürgen Habermas, bem como de autores como Alinhua Federico de La Rúa, Peter Berger, Thomas Luckman e Erving Goffman.

CAPÍTULO 1 – O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DA COOPERATIVA DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA (COOPDEF)

1.1 - Da COOPDEF

1.1.1 - Breve descrição de sua jornada, estrutura e funcionamento

Fundada em 28 de maio de 1999, a COOPDEF surgiu quando 29 *estagiários*, todos pessoas com deficiência física, *enfrentavam o fim de seus períodos de experiência*. Aderindo à sugestão da Incubadora Tecnológica da Universidade Federal de Juiz de Fora (Intecoop/UFJF), o grupo decidiu então formar uma cooperativa, tendo passado pelos processos de pré-incubação, incubação e desincubação. Em 2006, já mais reconhecida na cidade de Juiz de Fora e melhor estruturada, desvinculou-se da Incubadora, que ainda tem, contudo, contato com a cooperativa, tendo em vista a prestação de assessorias pontuais de acordo com as necessidades que surgem.

Hoje, a COOPDEF tem 135 cooperados que atuam na rede municipal de saúde (o que inclui as Clínicas Especializadas e a Central das Doenças Sexualmente Transmissíveis), no Serviço de Recursos Humanos da Prefeitura, no JF Informação (Central de Informações de Juiz de Fora), também vinculado à Prefeitura, bem como no Bandeirão e nas Bibliotecas Setoriais e Central, ambos da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Os serviços prestados são de apoio administrativo, o que inclui: na saúde, marcação de consultas e demais funções de secretariado (atendimento ao telefone, entre outros); no JF Informação, prestação de diferentes tipos de informação, principalmente questões relativas ao pagamento de IPTU; no Restaurante Universitário, fiscalização das carteirinhas dos estudantes; nas Bibliotecas Setoriais e Central da UFJF, registro de empréstimo dos livros.

Os contratos firmados com o Município (Prefeitura) e com a Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão (Universidade) foram estipulados nos anos de 2002 e 2000, com prazo de validade inicial de 12 meses, tendo sofrido sucessivas prorrogações até o momento da realização do trabalho de campo (janeiro e junho de 2009). Laboram de segunda a sexta, com cargas horárias de seis ou oito horas diárias e são chamados para substituir um outro cooperativado sempre que necessário (hipóteses de doença, luto, etc).

Atualmente, os que laboram na Secretaria de Saúde (secretariado) por oito horas ganham por volta de R\$515,00; quem trabalha no JF Informação (Secretaria de Comunicação Social, exercendo as funções de digitação e atendimento ao público) num regime de seis horas recebe R\$570,00; quem trabalha na Secretaria de Recursos Humanos e Administração (digitação, confecção de ofícios e serviços burocráticos internos) num regime de oito horas recebe R\$490,00, sendo que alguns deles têm gratificação pelo tempo de serviço; quem labora na Biblioteca num regime de seis horas recebe R\$470,00. Os membros da diretoria recebem, para o exercício de suas funções, R\$570,00, além do valor correspondente ao local em que trabalham. O valor da retirada dos cooperados que exercem as mesmas funções é o mesmo; por sua vez, as sobras porventura existentes são calculadas por horas trabalhadas durante o último exercício financeiro e distribuídas de acordo com a produção de cada cooperado, tendo em vista que a Cooperativa não pode ter lucro. Quanto à receita da COOPDEF, é efetivada pelos próprios cooperados, por meio do trabalho que realizam.

Segundo estipulado pelo Estatuto, cada cooperado tem no mínimo dez quotas-parte, no valor de R\$10,00 cada uma e, no máximo, o valor correspondente a um terço do total do capital subscrito, tendo *cada sócio direito a um voto, com exceção daqueles que estão a menos de um ano na Cooperativa*. Quanto aos fundos obrigatórios estipulados em lei, o diretor financeiro afirmou que se calcula 5% das sobras líquidas apuradas no exercício para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), voltado para o aprimoramento técnico e o oferecimento de cursos aos cooperados, em sua maioria executados mediante parceria com a Prefeitura e a Universidade Federal de Juiz de Fora⁴ e

⁴ Neste sentido, o diretor financeiro ressaltou que parcerias são necessárias, tendo em vista que a COOPDEF não dispõe de espaço físico suficiente em suas instalações para o oferecimento de cursos a todos os cooperados. Segundo informações prestadas pela presidente, recentemente obteve-se parceria com a Prefeitura visando o oferecimento aos cooperados dos mesmos cursos ofertados aos servidores públicos, tais quais oficina e redação, legislação e processos relativos à gestão de pessoas e cursos de aposentadoria e pensões no serviço público. Mencionou, inclusive, o envio à Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de um requerimento para a disponibilização de cursos de qualificação não só aos cooperados, mas também à população de rua. Relatou, ainda, que parceria com o SEBRAE ainda não foi obtida, o que credita à finalidade deste, mais voltado à economia familiar de agricultura e aos artesãos do que às cooperativas prestadoras de serviço. Do mesmo modo, mencionou que ainda não se conseguiu parceria para o oferecimento de cursos de Informática e Línguas, mas afirmou que cursos de cooperativismo e de atendimento ao cliente são fornecidos a todos os cooperados que na COOPDEF ingressam, sendo eles treinados pelos próprios colegas da Cooperativa para o exercício das funções a serem desenvolvidas, informação esta ofertada também por praticamente todos os entrevistados. Mencionou, por fim, que parcerias eventuais são firmadas com a Assessoria Especial da Pessoa com Deficiência, coordenada pela Secretaria de Assistência Social, que

10% de referidas sobras para o Fundo de Reserva, voltado à reparação de perdas e melhor desenvolvimento das atividades da Cooperativa. O Estatuto prevê, ainda, o chamado Fundo Social, constituído de 20% das retiradas, cuja distribuição se volta ao pagamento do descanso anual remunerado (num percentual de 8,3%), à bonificação natalina (8,3%) e às licenças médicas (3,4%). Segundo o diretor financeiro, há na prática ainda o chamado Fundo Administrativo, composto pelas taxas de administração (que são cobradas do tomador dos serviços e destinadas à manutenção da sede e à contratação do contador e do advogado pela Cooperativa) e pelo chamado Fundo Assistencial à Saúde (destinado ao oferecimento de Plano de Saúde aos cooperados).

Segundo declaração firmada pelo contador, a Cooperativa se encontra atualmente em dia com seus impostos e contribuições, nada devendo aos Governos Federal, Estadual e Municipal, pagando 0,65% do valor da nota fiscal de PIS; 1,5% sobre o faturamento recolhido no fim do mês de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica; 5% do valor da nota fiscal, quando estas são emitidas no fim do mês, de ISS; 3% de COFINS; 11% sobre a retirada de cada cooperado, de INSS. A regularidade fiscal foi apontada pela presidente, inclusive, como fator necessário para a obtenção da dispensa de licitação, regime pelo qual foram contratados.

A COOPDEF paga, ainda, *uma quota de contribuição sindical para o governo federal*, calculada sobre o percentual de arrecadação daquela. Segundo o diretor financeiro, esta quota (anual e obrigatória) é cobrada de todas as empresas e cooperativas do país e seria distribuída pelo governo federal aos sindicatos; ressalta, contudo, que sequer sabe o endereço do Sindicato das cooperativas. De acordo com informações por ele prestadas, a COOPDEF não apresentaria vínculo com a Organização das Cooperativas Brasileiras nem com a Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais, mas isto não a impediria de contactar tal organização para sanar eventuais dúvidas, tais como as relativas à mudança da legislação, por exemplo.

As Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da COOPDEF são convocadas com dez dias de antecedência, mediante editais afixados em locais apropriados das

procede ao cadastramento das pessoas com deficiência do Município, usufruindo dos serviços de passe livre, apoio e encaminhamento ao mercado de trabalho, além dos cursos de abordagem ao cidadão surdo (há dois cooperados cuja deficiência é auditiva), o que anteriormente se fazia com o CINDEF (Centro de Integração dos Deficientes de Juiz de Fora).

dependências mais freqüentadas pelos cooperados, além de serem comunicadas a eles por meio de circulares ou em mãos. As Ordinárias são realizadas uma vez ao ano, nos três primeiros meses após o término do exercício social, ocasião em que ocorre a prestação de contas dos órgãos de administração (apresentação de relatório da gestão, balanço patrimonial e demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência de contribuições para cobertura das despesas da Cooperativa), e a realização das eleições dos componentes dos órgãos de administração, fiscalização e de Ética e Disciplina. As *Assembléias Gerais Extraordinárias*, por sua vez, detêm por competência exclusiva, dentre outras, a reforma do Estatuto e *visam à deliberação de qualquer assunto de interesse da Cooperativa, sendo realizadas sempre que necessário, o que na prática ocorre normalmente uma vez ao mês.*

Os órgãos de Administração são a Diretoria, o Conselho Fiscal e a Comissão de Ética e Disciplina. A Diretoria é composta por quatro membros eleitos pela Assembléia Geral, para ocupar os cargos de Diretor Presidente, Diretor Vice Presidente, Diretor Administrativo (Secretário) e Diretor Financeiro (Tesoureiro), tendo mandato de dois anos e sendo obrigatória, ao término de cada mandato, a renovação de, no mínimo, 1/3 dos seus componentes. Já o Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e três suplentes, todos cooperados, eleitos pela Assembléia Geral, com finalidade de fiscalizar a administração da Cooperativa, tendo mandato de um ano, sendo obrigatória a renovação de no mínimo 2/3 dos seus componentes. Em ambos os órgãos a reeleição é permitida apenas uma vez, não podendo ser compostos por parentes entre si até o 2º grau, em linha reta ou colateral e, no caso do Conselho Fiscal, por parentes dos Conselheiros Administrativos. A Cooperativa é composta ainda pela Comissão de Ética e Disciplina, composta de três membros, eleitos para um mandato de dois anos, tendo por atribuições, segundo estipula o Estatuto, orientar a Diretoria quanto aos procedimentos de boa conduta, moral, ética e bons costumes, recomendar punições para o cooperado infrator e se pronunciar sobre os casos de disciplina e ética submetidos à sua apreciação, ressaltando a presidente que o cooperado que eventualmente sai dos quadros da Cooperativa e volta a dela fazer parte é submetido à apreciação da referida Comissão.

A COOPDEF foi contratada com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de licitação presente na Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública, que prevê a

“contratação de associação de portadores de deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgãos ou entidades da Administração Pública, para a prestação de serviços ou fornecimento de mão-de-obra, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado”.

Como se sabe, a terceirização na Administração Pública é um tema polêmico, sendo muitas vezes adotada quando os órgãos públicos não podem ou não querem realizar concurso público, o que é objeto de fiscalização pelo Ministério Público do Trabalho.

Alguns cooperados informaram que atualmente a Prefeitura de Juiz de Fora sobrevive graças às terceirizações, tendo um dos membros da diretoria mencionado que existe, inclusive, um pré-acordo entre a Prefeitura e o Ministério Público do Trabalho para acabar com elas. Dentre as terceirizações, contudo, ambos os órgãos já afirmaram que, em função de as Cooperativas de pessoas com deficiência serem por lei consideradas Cooperativas Sociais, provavelmente os últimos contratos a serem extintos seriam os da COOPDEF.

Relatos de cinco cooperados denotam que, *em virtude da baixa qualificação da maioria dos integrantes da COOPDEF (cuja escolaridade maciça é o Curso Primário concluído, sendo poucos os que concluíram o Ensino Médio), a dificuldade em ser aprovado em concurso público provavelmente seria grande para muitos deles.*

Reclamação praticamente unânime entre os entrevistados foi a de que com eles laboram terceirizados que exercem, na prática, as mesmas funções, mas cuja remuneração é maior. Um cooperado que labora na Biblioteca da Universidade mencionou que não só ganha menos que os terceirizados, mas que inclusive tem uma remuneração bem inferior aos concursados, que exercem funções *semelhantes*, ressaltando, contudo, que *algumas atribuições são exclusivas destes*, como a catalogação dos livros, por exemplo.

De acordo com relatos da presidente da COOPDEF, o Ministério Público do Trabalho é por eles constantemente consultado, em hipóteses de eventuais dúvidas que surgem, tendo colaborado na elaboração do Estatuto Social e do Regimento Interno daquela, ressaltando ainda que nunca houve qualquer tipo de denúncia ou problema com este órgão quanto ao funcionamento da Cooperativa.

Um dos cooperados informou que em cada posto de trabalho geralmente há um gerente de supervisão, concursado da Prefeitura, responsável por todo o setor. Em caso de

reclamações do público, a diretoria da Cooperativa procura conversar com o cooperado reclamado, mas, na hipótese de problemas reiterados, ele é substituído por outro membro da Cooperativa.

Como se pode observar, alguns dados já mencionados parecem denotar a *exploração da mão-de-obra dos cooperados*, tendo sido, inclusive, muito apontada, ao lado do “*aspecto social*”, como a *principal causa da contratação da Cooperativa pela Prefeitura*; de modo semelhante, o relato de alguns deles menciona a dificuldade que a grande maioria dos integrantes da COOPDEF provavelmente enfrentaria se tivesse que de outra forma se inserir ou manter no mercado de trabalho. Da mesma forma, existe a polêmica já mencionada acerca da terceirização de serviços pela Administração Pública, apontada muitas vezes como fraude ao concurso público pelo Ministério Público do Trabalho e de a autogestão do empreendimento *parecer*, muitas vezes, se mostrar comprometida (como será visto no decorrer da dissertação).

Por outro lado, há de se considerar que a COOPDEF integra a Rede de Empreendimentos Solidários de Juiz de Fora e da Região da Zona da Mata, tendo participado (segundo relatos da presidente) da criação da Cooperativa de Arte, Capoeira e Cultura, cujo Estatuto e Regimento Interno foram elaborados tendo por referência os da COOPDEF. Além disso, ela participou do encaminhamento de um Projeto de Lei à Câmara Municipal, dispendo sobre a política municipal de fomento à Economia Popular Solidária, a criação do Conselho Municipal de Economia Popular Solidária e o Fundo Municipal de Economia Popular Solidária no Município de Juiz de Fora, projeto este do qual fizeram parte várias cooperativas, todas de Juiz de Fora e da Região da Zona da Mata (composta, dentre outros, pelo Município de Santos Dumont, que já tem uma Lei de Economia Solidária e Cooperativismo própria), além da Universidade Federal de Juiz de Fora e de diversos sindicatos, dentre eles o dos Metalúrgicos, que, inclusive, apoiou recentemente a organização de uma cooperativa de produção pelos ex-empregados de uma fábrica que faliu, localizada no Município de Santos Dumont. *Dois cooperados* mencionaram que a Lei do Cooperativismo foi criada para os setores rurais mais abastados e que não há uma lei específica para regulamentar as cooperativas prestadoras de serviço, motivo pelo qual acharam importante a iniciativa da Rede de Empreendimentos Solidários de levar à Câmara o projeto mencionado (do qual participaram, fornecendo sugestões e tentando exercer

pressão política – mencionando-se que um destes cooperados é vice-presidente da Cooperativa e o outro é membro do Conselho Fiscal), ressaltando-se, no entanto, que no momento se encontra parado, o que creditam à falta de interesse político⁵.

Para a realização das reuniões da Cooperativa, a presidente ressaltou a importância da atuação do Sindicato dos Metalúrgicos, da Igreja Metodista local e do Conselho Municipal de Saúde, que cedem seus espaços físicos, tendo em vista que o da COOPDEF não é suficiente para comportar todos os seus integrantes simultaneamente.

A Cooperativa em estudo mantém, ainda, parcerias com o Conselho de Segurança Alimentar e com o Conselho de Pessoas com Deficiência, sendo relato praticamente unânime dos entrevistados *a dificuldade por ela encontrada em firmar parcerias com o setor privado*, o que atribuem ao fato altamente contestável de a Lei de Quotas não incluir em seus quadros a contratação de cooperativas de pessoas com deficiência.

Finalmente, um outro aspecto a ser considerado foi a elaboração, em dezembro de 2008, de um relatório pela CAMPE Consultoria Jr. (Empresa Júnior da Universidade Federal de Juiz de Fora) junto à COOPDEF, que abordou as áreas de finanças, recursos humanos e estratégia da Cooperativa, explicitando os pontos de melhoria a serem por ela adotados, visando à solução de eventuais problemas. Em referido relatório ressaltou-se que **“um dos maiores obstáculos enfrentados hoje pela COOPDEF é a manutenção de um diálogo construtivo entre o Conselho Administrativo e os cooperados”**.

No Mapa Estratégico pela CAMPE elaborado, ressaltou-se que o *plano para 2011* é que a Cooperativa seja “reconhecida como uma organização que promove a inclusão social dos portadores de deficiência no mercado de trabalho, tanto na rede pública, *quanto na rede privada, disseminando a cultura do cooperativismo perante os cooperados e a sociedade*”. A estratégia a ser adotada seria “vetorizar oportunidades de inclusão social através do trabalho, gerando o reconhecimento da sociedade”.

Quanto às *relações com a sociedade*, referido Mapa ressalta como objetivos a serem aprimorados ou alcançados os de provar a capacidade dos cooperados, o reconhecimento da sociedade (o que seria aferido por inserções na mídia, prêmios conquistados e aumento do número de cooperados) e representatividade (número de ações representativas utilizadas e

⁵ Ressalte-se que foram poucos os cooperados que demonstraram ter conhecimento de que a COOPDEF integrava a Rede de Empreendimentos Solidários; contudo, os que o fizeram (a maioria, membros da Diretoria) foram bem enfáticos, o que se credita ao próprio estímulo social.

número de parcerias estratégicas em vigência). Quanto ao setor de *Finanças*, os objetivos seriam ampliar a receita (número de contratos em vigência), ampliar os investimentos (em treinamento e capacitação) e garantir a segurança financeira (Fundo de Segurança). Quanto às *relações com os clientes*, teria por metas atender a diferentes setores da economia (número de setores atendidos – público e privado), captar clientes (aumentar o número deles) e satisfazê-los (o que seria aferido por um Índice de Satisfação dos Clientes). Quanto ao *Aprendizado e Crescimento*, os objetivos seriam a disseminação do cooperativismo entre os cooperados (a ser aferido pelo percentual de cooperativados que realizaram um curso de cooperativismo e pelo número de ações participativas de disseminação do cooperativismo implementadas), o aumento da participação dos cooperados nas atividades da Cooperativa (índice de presença em Assembléias) e a ampliação de sua capacitação profissional (número de cursos profissionalizantes realizados, de abrangência para toda a Cooperativa).

Se o próprio relatório traçou as metas a serem alcançadas para o aprimoramento da Cooperativa, já se denota, desde já, que em determinados pontos ela apresenta falhas. No decurso da dissertação indiretamente apreender-se-á alguns pontos positivos e negativos da COOPDEF, a partir da análise da (re)construção ou não da identidade social dos entrevistados, mencionando-se desde logo que *um dos aspectos das questões identitárias é a consciência de fazer algo pelo qual se sintam responsáveis*, com o que se depreenderá se os cooperados adotam ou não uma postura ativa quanto às decisões cotidianas a serem tomadas em prol do empreendimento e se se encontram efetivamente cientes ou não dos princípios cooperativistas (dos quais a autogestão faz parte).

1.2 – Uma breve análise sobre a Economia Solidária e o histórico do cooperativismo

RAZETO (1993, p. 40) conceitua Economia Solidária nos seguintes termos:

“Formulação teórica de nível científico, elaborada a partir de conjuntos significativos de experiências econômicas – no campo da produção, comércio, financiamento de serviços, etc – que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente das outras realidades econômicas.”.

Buscando explorar o conceito supra, verifica-se que empreendimentos de Economia Solidária serão aqueles em que as pessoas não estarão associadas por vínculo de salário, mas em condição igualitária e *autogestionária*, objetivando um fim comum na prática associativa.

PERIN (2003) esclarece que na Economia Solidária o individualismo é afastado em prol da coletividade, sendo substituído o tradicional salário pelo trabalho solidário com divisões igualitárias dos resultados, afirmando ainda que a força do grupo irá gerar uma recompensa cada vez maior.

Conforme indicado no capítulo *A História do Cooperativismo* do livro *Guia de Economia Solidária ou porque não organizar cooperativas para populações carentes*, a primeira cooperativa moderna de consumo, os Pioneiros de Rochdale, fundada na Inglaterra em 1844, adotou sete princípios de atuação que, conjuntamente, resultaram na forma moderna do cooperativismo e na própria Economia Solidária. São eles: **promoção da educação para os associados, pagamento limitado de juros sobre o capital investido, neutralidade política e religiosa, “porta aberta”, vendas exclusivamente à vista, distribuição dos excedentes ou sobras em proporção às transações realizadas pelos membros e, final e especialmente revolucionário, o princípio do controle democrático (ou cada pessoa = um voto)**. Este último se constituía na novidade desta experiência, à medida em que se tratava de confiar na própria capacidade de organização dos trabalhadores para a transformação de suas condições de vida e não na benevolência de industriais ou reformadores sociais.

Como afirma SINGER (2002: 43), a passagem de consumo à produção se deu pela Sociedade Cooperativa Manufatureira de Rochdale (1854) e pela criação do Moinho de Trigo Cooperativo de Rochdale (1850). O cooperativismo de consumo e o de produção, ligados desde seu aparecimento, não haviam sido inventados pelos Pioneiros, mas, conforme aponta Bárbara França et al (2008: 47), é a partir do agravamento das conseqüências sociais da Revolução Industrial e do exemplo bem sucedido de Rochdale que se pode compreender o notável “renascimento do cooperativismo de produção na década de 1860” (SINGER, 2002: 47).

A ampliação dos mercados de matérias-primas e o incrível crescimento populacional encurralavam as formas de comércio e produção tradicionais, alterando os modos de trabalho e vida em muitos lugares da Europa. Na Alemanha, em 1852, face à escassez de dinheiro da população em geral que pudesse gerar capital e com a idéia de que os empréstimos tomados teriam sempre fins produtivos, foi inventado o primeiro banco do povo, a Cooperativa de Crédito Schulze-Delitzsch. Numa perspectiva filantrópica e com base no trabalho de Schulze, Raiffeisen, no mesmo rumo, fundou uma sociedade de empréstimos para apoiar os pequenos agricultores, na qual logo ficou claro que a criação e o desenvolvimento das cooperativas rurais dependiam essencialmente da responsabilidade de seus membros.

A Cooperativa de Crédito rural Raiffeisen, marcada por uma dimensão territorial menor, se apoiou largamente no trabalho voluntário, tendo em vista a maior facilidade das interações pessoais e da confiança mútua, necessitando, por se tratar de uma população mais pobre, de menores custos de financiamento. Esta conjuntura de fatores explica seu maior desenvolvimento quando comparada à Cooperativa de Crédito Schulze-Delitzsch.

Bárbara França et al (2008: 50) afirma então que não parece haver nenhum descompasso entre as experiências históricas do cooperativismo europeu (em seus três ramos: consumo, produção e crédito urbano e rural) e as primeiras tentativas de implantar as idéias cooperativistas no Brasil na década de 1840, sendo notável aqui a influência da religião católica e da nova medicina francesa.

Preleciona (idem: 54-56):

“Em traços gerais, pode-se afirmar que em ambas as fases, a do pré-cooperativismo e a da constituição do cooperativismo no Brasil, e em quase todas as experiências mais conhecidas, aparecem dois caracteres fundamentais: as relações com o Estado (imperial ou republicano) e a figura de um líder carismático inspirador (Weber, 2000). Na prática, o cooperativismo brasileiro, em seu início e nos desenvolvimentos que ainda viriam, nos segmentos de produção e consumo, agropecuário, crédito rural, de habitação e médico, sempre esteve ligado e tutelado pelo Estado, e quase nunca adquiriu um formato propriamente autogestionário. (Singer, 2002: 122)

(...)

A implantação de uma ditadura militar industrial-modernizadora em 1964, longe de alterar esse quadro de um cooperativismo tutelado, apenas o aprofunda. (...)

A Lei 5.764/71, chamada de Lei do Cooperativismo, vai referendar a relação do Estado com a OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), garantindo a esta o monopólio da representação do sistema cooperativista. (...) Ainda em vigor, esta lei tem se mostrado inadequada para o cooperativismo de base popular. Inserida na lógica de reprodução e acumulação capitalista e instituída pelos setores rurais conservadores, é, de fato, voltada

aos interesses de grandes empreendimentos, regulamentando, na prática, um ‘cooperativismo’ de ricos.

Valores individualistas, concorrenciais e monetários hegemônicos deformaram importantes princípios cooperativistas historicamente conquistados, e o chamado cooperativismo tradicional passou, em muitos casos, após a década de 1970, a praticar alguma forma de exploração de seus associados ou de contribuir para a precarização do trabalho, isolando-se ainda mais do movimento sindical.

(...)

Diante desse novo quadro do mercado de trabalho e face à situação de pobreza, exclusão social e crescimento do desemprego e subemprego, a partir dos últimos dez anos do século XX se verifica uma mudança. A sociedade civil, em grande parte do mundo, passou a apoiar o amplo movimento de iniciativas para a geração de trabalho e renda de forma coletiva, identificado como economia solidária ou socioeconomia Solidária. Sua melhor expressão se dá no cooperativismo popular que passa a se fortalecer de forma paralela ao cooperativismo tradicional.”.

Entre 1990 e 2001 constatou-se um aumento de 331% no número de cooperativas no Brasil, em cujo interior encontram-se duas correntes contemporâneas. A primeira engloba a concepção pragmática do cooperativismo, que tem por objetivo a substituição do assalariamento por um contrato de prestação de serviços livre de encargos trabalhistas e impostos, que, do ponto de vista da Organização das Cooperativas do Brasil é o legítimo, tendo em vista que é capaz de influir economicamente na geração de renda para uma população, em geral pouco ou nada qualificada, que não teria, de outra forma, como se (re)inserir no mercado de trabalho. Já a segunda concepção, denominada “novo cooperativismo”, compreende duas propostas: a primeira apregoa que mais importante do que resultados econômicos positivos é a transformação dos incubados, no sentido de se tornarem “agentes ativos na construção de uma sociedade ecologicamente correta, justa e solidária” (2008: 61); a outra proposta, com semelhante ideologia, “busca constituir uma economia solidária com ênfase na obtenção de maior sucesso nos empreendimentos econômicos autogestionários e sustentáveis, capazes de serem exemplares para outros e tornarem-se, de fato, alternativa de trabalho, renda e inclusão social”, sendo ambas as últimas propostas mencionadas desenvolvidas pelas Incubadoras Universitárias da Unitrabalho e pela Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP’s).

Importante ressaltar que o principal objetivo deste trabalho não é a classificação do tipo de cooperativismo em que a COOPDEF se enquadra, mesmo porque, como afirma o professor Marcelo Pereira de Mello, toda classificação é referencial, sendo “borrada” no caso empírico.

O que desde já pôde ser notado é que, na prática, a COOPDEF sobrevive graças aos contratos com o setor público (tendo em vista as dificuldades apontadas de parceria com o privado), que paga impostos, guarda os fundos estipulados em lei e que os cooperados geralmente *se identificam* como autônomos e alguns deles como integrantes da Rede estadual de Empreendimentos Solidários. Parece que muitos deles, de outro modo, encontrariam dificuldade em se inserir ou manter no mercado de trabalho e que o fato de terem remuneração mais baixa que os terceirizados que com eles laboram parece denotar exploração de sua mão-de-obra. Como já mencionado, os principais fatores apontados por eles para a contratação da Cooperativa pela Prefeitura e pela Universidade Federal de Juiz de Fora foram: obtenção de mão-de-obra barata e eficiente (tendo em vista que, em sua grande maioria, os entrevistados falam de si mesmos como profissionais competentes, responsáveis e com grande produtividade, o que dizem já ter sido – em algumas ou várias ocasiões – reconhecido principalmente pelo público, pelos próprios colegas de trabalho e também pela chefia com que lidam), bem como o que alguns consideram “*merchandising social*” e outros preocupação com a questão social mesmo (cuja priorização apontam como variável de acordo com a plataforma de governo municipal adotada).

Importante mencionar que o relatório elaborado pela Empresa Júnior da UFJF junto à COOPDEF é por aquela considerado um projeto social, sendo a Cooperativa pela CAMPE considerada uma organização com uma causa social, cuja missão seria “proporcionar ao portador de deficiência a oportunidade de inclusão no mercado de trabalho de forma justa, gerando o desenvolvimento pessoal e profissional, através da concepção do cooperativismo, oferecendo aos cooperados o reconhecimento de igualdade, cidadania e capacidade para a sociedade”, conforme já mencionado no item 1.1.1 retro.

Quanto à Economia Solidária, há de se ressaltar que é uma situação ideal de fala, um tipo ideal a ser atingido, que está “brigando” para ter um marco conceitual.

O traço fundamental deste estudo é perquirir se houve ou não a (re)construção da identidade social dos cooperados a partir de seu ingresso na Cooperativa sob exame. No tópico a seguir, verificar-se-á, a partir de seus discursos, qual a postura que acreditam que os integrantes da COOPDEF (tomados em seu conjunto) costumam adotar frente aos princípios cooperativistas e se em seus depoimentos reproduzem ou não o comportamento que muitas vezes criticam.

1.3 – Da postura dos cooperados frente aos princípios cooperativistas

Nas entrevistas realizadas, reclamação constantemente apresentada (principalmente pelos membros da Diretoria) foi a ausência de grande parte dos cooperados às reuniões convocadas, com exceção das Ordinárias cuja pauta fosse a realização das eleições para os componentes da Diretoria, do Conselho Fiscal e da Comissão de Ética e Disciplina e das Extraordinárias cujo tema fosse a mudança do Estatuto ou, *na maior parte das vezes, a distribuição do “dinheiro”*. Mencionam que vários deles alegam não comparecer às reuniões por falta de tempo, sob a justificativa de que precisam conciliar os afazeres domésticos com a carga horária de trabalho.

Relatos dos integrantes da Diretoria revelam ainda casos em que todos os cooperados foram informados da necessidade de seu comparecimento para a discussão da reforma do Estatuto e do Regimento Interno, ao que escutaram de um deles: “Estatuto, Regimento, o que é isso?”.

A presidente relatou, inclusive, que quanto ao projeto de lei já mencionado enviado à Câmara, poucos foram os cooperados que se interessaram e participaram ativamente de sua elaboração. Do mesmo modo, ressaltou que recentemente foi oferecido um Curso de Capacitação em Cooperativismo e Economia Solidária e ninguém foi, sob a justificativa de que “não podiam perder o fim-de-semana”. Menciona que a divulgação da Cooperativa é fundamental para a ampliação das parcerias e que a presença dos cooperados nos eventos de Economia Solidária facilitaria bastante a possibilidade desta divulgação, mas são pouquíssimos os que a eles comparecem. Mencionou, ainda, que poucos são os que têm conscientização da Economia Solidária e do cooperativismo, o que dificulta qualquer trabalho dentro da COOPDEF e que são raros os casos em que procuram por si sós cursos para oferecer aos demais cooperados.

Ressaltou, ainda, que, apesar das constantes reclamações quanto à falta de equiparação entre a remuneração dos cooperados e a dos terceirizados cumpridores das mesmas funções, referida reivindicação foi feita *por ela e pelo Vice-Presidente* às Secretarias de Saúde e de Recursos Humanos. Menciona que, apesar de estar prevista no

Estatuto, no Regimento Interno e no Relatório⁶ elaborado pela CAMPE junto à COOPDEF como função precípua de ambos a representatividade externa da Cooperativa, nela cada um é dono e deveria sempre se portar como tal. Portanto, não faria sentido acreditarem que lutar pela renovação do contrato ou por encontrar novas parcerias seria atribuição exclusiva da Diretoria, que é o que a grande maioria dos integrantes da COOPDEF (segundo relatos principalmente dos membros da Diretoria) pensa.

A presidente relatou, por fim, que foi convocada uma reunião especialmente para discutir os novos termos contratuais (tendo em vista a renovação já conseguida de alguns contratos), ao que ouviu de dois cooperados: “Não precisa. Para que perder tempo com isso?”.

Neste sentido, alega (acompanhada de alguns entrevistados, dentre eles os outros três componentes do Conselho Administrativo e um do Conselho Fiscal) que certamente **não são todos os que se lembram de que não são empregados, de que não têm patrões e de que “eles são a COOPDEF” e o sucesso do empreendimento depende, principalmente, deles mesmos.**

Ao se perguntar aos vinte entrevistados se eles próprios comparecem regularmente às reuniões, quatro cooperados responderam que “raramente”; dois disseram: “quando posso”; dois mencionaram que “às vezes fica difícil, devido ao horário do expediente”; sete afirmaram que “fazem de tudo para ir praticamente sempre” e apenas cinco foram categóricos, dizendo que as frequentam sempre (justamente os quatro membros da Diretoria e um, do Conselho Fiscal). Muitos, contudo, ponderaram que sempre há a distribuição de circulares avisando sobre a realização das reuniões e que elas ocorrem no fim do dia, geralmente a partir das 18h30min (relembre-se que os cooperados laboram num período de

⁶ Em que se ressaltou:

“É de extrema importância, até mesmo para a entidade que vive uma fase de prosperidade, investigar se os processos hoje adotados tanto nas atividades internas quanto na sua relação com clientes, fornecedores, parceiros, são, de fato, a alternativa mais eficiente à disposição. Muitas pecam por não manterem uma vigilância preventiva e uma busca sustentável pela melhoria contínua e modernização de suas políticas e processos. Essas organizações que não se mantêm atualizadas também não planejam com qualidade e ao enfrentarem adversidades imprevisíveis, acabam incorrendo em maiores perdas. Em suma, controlar tanto a estrutura financeira quanto todos os demais âmbitos de uma empresa são de extrema importância para se produzir resultados e gerir com eficiência.”.

seis ou oito horas diárias, sendo o horário de cada um geralmente o de funcionamento da repartição, cujo atendimento ao público termina às 17h, mas alguns trabalham após este horário no expediente interno).

De todos os entrevistados, apenas um dos cooperados acusou a Diretoria de nepotismo, alegando que os cargos respectivos são distribuídos “entre os amigos”, cujo favorecimento também ocorreria na pré-seleção dos cooperados para o encaminhamento às empresas⁷. Segundo seu relato, por ser considerado polêmico, muitas vezes se sente excluído, mencionando que poucos seriam os entrevistados que teriam coragem de falar do assunto ou possuiriam percepção mais apurada para detectar referidas falhas.

Mencionadas declarações foram contestadas por alguns membros da Diretoria, sob a alegação de que é dada ciência a todos os cooperados da realização das eleições com 30 dias de antecedência, para que nelas possam se inscrever visando a concorrer aos cargos respectivos, tendo qualquer sócio o direito de impugnar as eleições, acaso detecte fraude ou violação às regras do Estatuto e/ou do Regimento Interno. Mencionaram, inclusive, que, recentemente, houve o pleito eleitoral para a Diretoria, que resultou na reeleição da Presidente, do Vice-Presidente e do Diretor Financeiro pela segunda vez consecutiva, o que foi obtido pelo voto da grande maioria dos cooperados presentes, a partir de um quórum de instalação de 2/3 dos cooperados. Dois deles relataram ter se sentido satisfeitos com tal resultado, por considerarem que refletiu o reconhecimento de seu trabalho.

Em suas entrevistas, grande parte dos cooperados mencionou que acredita que os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal são competentes no exercício de suas funções e um dos membros deste afirmou que acredita que poucos seriam os cooperados detentores do “preparo” necessário para atuar em referidos órgãos. Ressaltou, inclusive, que é possível que as eleições recentes reflitam *não só a avaliação positiva dos eleitores, mas também o comodismo ou a sensação de despreparo de muitos deles, o que poderia explicar o fato de*

⁷ No mesmo sentido, declarou que teve um curso de qualificação que “ficou só entre os diretores e os outros nem souberam”. *Justamente porque na Cooperativa cada um é dono, alega que houve falta de ética entre os dirigentes.* Do mesmo modo, disse que ninguém sabia que tinha uma sobra aquele mês, que seria paga, segundo ele, “para quem se quisesse”. Afirmou que os cooperados sentem falta de um líder, de alguém que lute por eles, dizendo se considerar com bastante disposição para um dia se tornar presidente da Cooperativa, com vistas a torná-la mais “aberta, dinâmica, eficiente e transparente”. Afirmou que *os cooperados têm medo de falar algo e sofrer restrições.* Segundo ele, a Cooperativa é boa, mas tem que ser boa para todos, visando o bem dos cooperados e não de uma minoria. Posteriormente, soube-se que este cooperado concorreu à vaga de presidente, mas o pleito resultou, por grande maioria de votos, na reeleição da presidente em exercício.

muitos não se candidatarem para o exercício de referidos cargos. Ressalte-se, neste ponto, que o relatório da CAMPE julgou “plenamente necessário um treinamento para a execução das tarefas de cada cargo, com o que se sugeriu à Cooperativa um treinamento detalhado a cada troca de gestão para cada cargo correspondente”.

O Diretor Financeiro, inclusive, mencionou que poucos se interessam em ocupar o cargo de tesoureiro, devido às cobranças, revelando ter um “medo pessoal de quem entrar no seu lugar não conseguir fazer a cooperativa continuar a funcionar”, ressaltando que já está no segundo mandato e que considera importante ser dada oportunidade para uma outra pessoa. Aliás, referida opinião (sobre a necessidade e importância do treinamento e da conscientização dos cooperados visando à ocupação dos cargos dos Conselhos Administrativo e Fiscal) foi compartilhada pela presidente.

Quanto à pré-seleção dos cooperados para o encaminhamento às empresas, a Diretoria ressalta que é realizada de acordo com o perfil selecionado para a vaga e detectado na ficha de inscrição de cada candidato, procurando-se entrar em contato com todos que nele se encaixam, sendo a seleção efetivamente realizada pela empresa solicitante. Os cooperados que não forem aprovados para a vaga em questão têm sua ficha de inscrição arquivada, para que com o surgimento de novas vagas e com a análise dos possíveis perfis, o contato possa ser retomado. Portanto, ressaltam que o pré-encaminhamento não se daria por preferências pessoais.⁸

O mesmo cooperado que acusou a Diretoria de nepotismo também mencionou acreditar ser necessário que as reuniões se realizem em um espaço menor de tempo (“quem sabe semanal e não mensalmente?”), tendo em vista que é natural que em uma Cooperativa sempre haja novos e variados assuntos a serem discutidos e deliberados.

No próprio relatório da CAMPE foi detectada a necessidade de disseminar o cooperativismo entre os cooperados. *O Conselho Administrativo ressaltou, inclusive, que aqueles que entendem de cooperativismo são mais participativos, compreendem melhor o funcionamento da Cooperativa e contribuem mais ativamente para o seu desenvolvimento.*

⁸ Referida descrição da pré-seleção coincidiu com a realizada no relatório da CAMPE.

De acordo com os relatos já mencionados, parece que o princípio da **autogestão** muitas vezes se mostra comprometido, tendo em vista o apontamento de que a maioria dos integrantes da COOPDEF delega à diretoria e aos poucos que comparecem às reuniões as decisões definidoras dos rumos da Cooperativa. *Esperar a diretoria* buscar a ampliação da clientela (procurando estipular contratos também com o setor privado) ou *aguardar que esta providencie* o aumento de parcerias visando o oferecimento de cursos de qualificação denota uma postura passiva por parte da grande maioria dos cooperados (segundo informações da Diretoria e de alguns outros cooperados entrevistados).

Por outro lado, *pela periodicidade das reuniões (geralmente, uma vez ao mês) parece que a Diretoria toma algumas decisões autonomamente, tendo em vista que deliberar sobre o cotidiano da Cooperativa exigiria uma maior frequência (semanal ou quinzenal), ponto no qual parece de boa ponderação a crítica efetuada por um cooperado, a qual já se mencionou.*

Diante do exposto, de uma forma ou de outra, *parece que o princípio da autogestão (um dos principais fundamentos da Economia Solidária) se mostra comprometido, tendo em vista que **o controle, a organização e a administração democrática do empreendimento, a serem realizadas pelo conjunto dos cooperados, muitas vezes parecem não se concretizar.***

Assegurar a gestão democrática do empreendimento, validando a atuação de cada membro no processo de decisão é um aspecto central da disseminação e adoção dos princípios cooperativistas pelos cooperados. Controle da composição do quadro de trabalhadores, dos horários, da qualidade do trabalho e dos critérios para pagamento devem ser decisões do próprio grupo, assim como os investimentos e os custos.

Desta forma, a gerência ou administração do negócio deve passar pelo conjunto de sócios, para o que é importante que sejam politécnicos, ou seja, mesmo com interesses e qualificações distintas, saibam realizar o conjunto das funções existentes, elemento imprescindível para que todos se conscientizem da importância do trabalho que exercem e para que se evite que os cargos administrativos terminem por ser exercido por uns poucos. Com isto, atitudes mais coletivistas poderiam ser obtidas em relação, por exemplo, à divisão das sobras, a serem divididas ou reinvestidas em parte ou mesmo completamente nas atividades da cooperativa, conforme decisão da Assembléia.

Importante ressaltar que aplicar as regras presentes no Estatuto Social e no Regimento Interno é obrigação de todos. *A atuação direta nas decisões do grupo faria com que o projeto de participação democrática fosse eficiente.*

Como já mencionado no item 1.1.1, cada cooperado tem no mínimo dez quotas-parte, no valor de R\$10,00 cada uma e, no máximo, o valor correspondente a um terço do total do capital subscrito, tendo *cada sócio direito a um voto, com exceção daqueles que estão a menos de um ano na Cooperativa*, no que a presidente ressalta a necessidade de reforma do Estatuto. Apesar de nos Estatutos da Organização das Cooperativas Brasileiras ser permitido que um cooperado tenha até 30% a mais do que outro, não se pode olvidar que deter o capital significa deter poder. No livro *Guia de Economia Solidária ou porque não organizar cooperativas para populações carentes* se ressalta que o princípio das “**Cotas iguais**”, aparentemente o mais simples e o mais fundamental de todos, é a base que sustenta todos os demais, garantindo que todos os sócios tenham a mesma quota-parte no capital. A propriedade coletiva significa que tudo que for comprado para e pela empresa pertencerá igualmente a todos os sócios, sem distinções. Em verdade, seria este princípio que permitiria e sustentaria um terceiro princípio de um empreendimento autogestionário: “**Cada sócio, um voto**”. Em referido livro, Bárbara França et al. ressalta que o ideal seria que as decisões fossem tomadas por consenso e não pelo voto da maioria, o que refletiria um maior amadurecimento das discussões e que quanto mais importante uma deliberação, maior a necessidade de um acordo.

Declaração unânime entre os entrevistados foi a de que **todas as pessoas com deficiência podem ingressar na cooperativa, independente de sexo, cor e posição política ou religiosa, o que ratifica o princípio da “Adesão voluntária” e “Portas abertas” e o da “Não discriminação”**. O primeiro significa que participar de uma cooperativa deve ser escolha de cada um e não imposição de alguma instituição ou condição para se conseguir alguma outra vantagem que não a própria geração do trabalho autônomo. Segundo referido preceito, uma cooperativa deve ter a intenção de receber todos os que desejem dela participar, consideradas as reais possibilidades do empreendimento. Já o princípio da “**Não discriminação por sexo, cor, posição política ou religiosa**” visa garantir o ingresso na associação de qualquer pessoa que manifeste afinidade com o grupo, sem as referidas discriminações. A única ressalva feita por alguns cooperados é que cada

qual tem tendência a firmar relações de amizade com aqueles com quem tenha mais afinidade, o que consideram comum em qualquer relacionamento do dia-a-dia. Portanto, pelos relatos obtidos, a COOPDEF parece ratificar ambos os princípios.

Quanto à *capacitação dos cooperados*, vide nota de rodapé 4, contida no item 1.1.1. O estabelecimento de parcerias para o fornecimento de cursos de qualificação, bem como o oferecimento de cursos de cooperativismo e o treinamento pelos próprios cooperados dos que irão começar a desempenhar determinada função parecem ratificar o princípio da **“Educação, capacitação e informação, a serem oferecidas a todos os associados, pela cooperativa”**. Registre-se aqui, mais uma vez, que até o momento a maioria esmagadora das parcerias foi estabelecida com órgãos públicos, detectando-se a necessidade de se firmá-las também com as empresas privadas e com o sistema “S” (SEBRAE e SENAI), o que ainda não se conseguiu.

Ao ser questionada sobre os termos contratuais, a presidente ressaltou a necessidade de um diálogo, de um consenso entre as partes contratantes, mencionando que *“bater muito de frente”* (como querem alguns cooperados) *pode ocasionar dificuldades na renovação dos contratos*. A partir disto, o princípio da **“Autonomia e Independência da Cooperativa em relação a instituições, a partidos, a políticos ou ao Estado”**, preconizado por alguns cooperados, pode ser questionado⁹.

O fato de a COOPDEF participar da Rede de Empreendimentos Solidários¹⁰, tendo colaborado para a elaboração de um projeto de lei sobre Economia Solidária e participar com uma certa frequência dos encontros regionais e nacionais para a promoção de tal Economia (apesar de, na prática, a participação assídua se verificar quase que exclusivamente pelos membros da Diretoria, tendo em vista o relato desta – já mencionado – de que são raros os que a eles comparecem, apesar de avisados¹¹) ratifica o princípio da

⁹ Ressalte-se que, quanto à atuação da Universidade Federal de Juiz de Fora, alguns cooperados ressaltaram que sempre foi no sentido de apoio e não de imposição de idéias à Cooperativa, cujos integrantes, durante todo o processo de pré-incubação, incubação e desincubação teriam tido suas opiniões respeitadas. *Alguns deles mencionaram, contudo, que a idéia de organizar a Cooperativa foi da Incubadora e que eles apenas aderiram ao projeto.*

¹⁰ Frise-se aqui o relato do Diretor Financeiro, que afirmou que referida Rede sempre ressalta a necessidade de o Poder Público contratar as Cooperativas Sociais, nas quais a COOPDEF se enquadraria.

¹¹ Um cooperado afirmou que só vai a tais Encontros “se for convidado”, dizendo que a divulgação sobre sua realização é pequena; um outro afirmou que só comparece quando os encontros são regionais, tendo em vista o gasto dispendido com transporte no caso dos nacionais; um terceiro cooperado disse que às vezes se estipula

“Cooperação entre empreendimentos visando o fortalecimento daqueles que praticam (ao menos idealmente) autogestão e economia solidária e a inserção em redes de comércio justo e consumo solidário”.

As parcerias estabelecidas com o Conselho de Segurança Alimentar e com o Conselho de Pessoas com Deficiência confirmam, por sua vez, o princípio do **“Compromisso com a comunidade do entorno, trabalhando para o seu desenvolvimento e privilegiando sua atuação nas atividades da Cooperativa”**, ressaltando-se, mais uma vez, a necessidade de se firmar parcerias também com o setor privado.

Diante de todo o exposto (e após se ter procedido a uma espécie de panorama geral da Cooperativa, a partir das informações obtidas nas entrevistas), mister se faz passar à análise do processo de exclusão social das pessoas com deficiência (inclusive segundo dados obtidos no Departamento de Pessoas com Deficiência de Juiz de Fora), passando à análise mais específica das experiências dos próprios entrevistados, a fim de contribuir para a apreensão da (re)construção ou não da identidade social destes a partir de seu ingresso na Cooperativa.

um número certo de vagas por cooperativa, hipóteses em que se daria preferência à presidente e ao vice-presidente, por “terem a função precípua de representatividade externa da Cooperativa”.

CAPÍTULO 02 – O PROCESSO DE EXCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

2.1 – A dificuldade de conceituar exclusão social

Inicialmente imperioso se faz registrar a dificuldade de trabalhar com o conceito de exclusão social, na medida em que a expressão apresenta alto grau de polissemia e seu uso indiscriminado no âmbito das Ciências Sociais faz aumentar ainda mais a imprecisão do conceito, ao invés de elucidá-lo.

Por isso, é necessário o comedimento no emprego do termo, pois a vida, atrelada às necessidades inesgotáveis do ser humano, sempre vai gerar algum tipo de exclusão, na medida em que as suas possibilidades e conquistas também vão gerar sempre algum tipo de inclusão, o que faz com que qualquer conceito de exclusão social seja revestido de plasticidade.

DUPAS (1999, p. 19) explicita que a discussão sobre exclusão social iniciou-se na Europa, na esteira do crescimento dos sem-teto e da pobreza urbana, da falta de perspectiva decorrente do desemprego de longo prazo, da falta de acesso a empregos e rendas por parte de minorias étnicas e imigrantes, da natureza crescentemente precária dos empregos disponíveis e da dificuldade que os jovens passaram a ter para ingressar no mercado de trabalho.

XIBERRAS (1994) apresenta um conceito de exclusão social a partir da ruptura de três vínculos: os societários, traduzidos pelos valores e representações de uma determinada sociedade; os comunitários, representados pelas relações de afeto e parentesco, e os individuais, que representariam a capacidade de comunicação com o exterior.

CASTEL (1998), ao tratar da metamorfose da questão social, enfrenta a exclusão social sob o prisma da desfiliação ou desafiliação, entendendo que “efetivamente, desafiliado é aquele cuja trajetória é feita de uma série de rupturas com relação a estados de equilíbrio anteriores, mais ou menos estáveis ou instáveis”.

Os conceitos apresentados acima foram uma tentativa de demonstrar que a idéia de exclusão perpassa, em regra, a ruptura de vínculos.

Torna-se necessário, então, não rechaçar o uso da expressão, mas situá-la dentro do universo da pesquisa, que envolve nova configuração do trabalho e relação social. Para simplificar o entendimento da questão, situar-se-á a análise da exclusão social sob o prisma do trabalho, sob pena de não se dar conta de enfrentar a polissemia do termo.

2.2 – Exclusão sob o prisma do trabalho

Como mencionado, far-se-á a abordagem da exclusão social a partir da análise do trabalho, que desempenha um papel central na integração social e na formação da identidade.

Como se depreende pela leitura da *Introdução* da dissertação, no tópico *Apresentação do tema*, na era da globalização um novo paradigma vem se formando em relação ao emprego, onde o mesmo se apresenta mais flexível, precário e desprovido das garantias de estabilidade associadas ao padrão convencional (DUPAS, 1999, p. 16).

Neste contexto, o modelo econômico adotado pelo Brasil não se mostra apto a solucionar o grave problema do desemprego, pois se alinha ao modelo de globalização ditado pelos países centrais, onde se pretende realizar a menor diferenciação possível entre mercados internos e externos, aumentando diariamente a dependência econômica em relação ao mercado financeiro internacional (POCHMANN, 1998). Para se aquilatar os malefícios da globalização atualmente concebida para os países subdesenvolvidos, basta citar que o nível de informalidade no mercado de trabalho da América Latina chegou a 44% do total do emprego urbano na década de noventa, próximo ao grau de informalidade do continente africano, que foi de 48% (POCHMANN, 2005).

Sob os auspícios da globalização¹², não se tem como ocultar a subproletarização do trabalho, que se dá nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado e

¹² Neste ponto, importante ressaltar que no capítulo intitulado *Por uma Sociologia do Desemprego: contextos sociais, construções normativas e experiências subjetivas*, do livro *Além da fábrica trabalhadores, sindicatos e a nova questão social* (organizado pelos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Marco Aurélio Santana e José Ricardo Ramalho), Nadya Araújo Guimarães resalta que o desemprego (ou melhor, a “recorrência do desemprego”) – com sua respectiva representação normativa, construção institucional e introjeção subjetiva – deve ser analisado em cada caso, não sendo tomado exclusivamente como um “epifenômeno de uma certa ‘globalização’ ou ‘mundialização’”. Para tanto, realizou uma comparação entre três países em específico,

terceirizado (ANTUNES, 1998), ou seja, são utilizados todos os instrumentos possíveis para se aumentar a margem de lucros.

Ao se avançar do Taylorismo à acumulação flexível, procedeu-se a um verdadeiro processo de reestruturação produtiva, da qual decorreu a precarização das relações de trabalho, essa entendida como trabalho mal remunerado, pouco reconhecido e que provoca sentido de inutilidade no trabalhador, referindo-se ainda à instabilidade no emprego, à

quais sejam, Brasil, França e Japão, a partir do que mencionou que historicamente o que se apresentou no Brasil foi um arremedo de *welfare* público (se comparado ao caso francês) e sem o desenvolvimento compensatório de um *welfare* privado, como no caso japonês nos “30 anos gloriosos do capitalismo”. Aqui, a política de Bem-Estar Social foi substituída por um “paternalismo autoritário erigido num contexto em que ainda era o velho despotismo de mercado a base para a produção do consentimento”.

Neste sentido, assim se pronuncia:

“Em países como o Brasil, nem a estruturação do mercado de trabalho generalizou a relação salarial estável como a forma dominante de uso do trabalho, nem a produção em massa se sustentou num movimento de extensão da cidadania e de proteção social na forma de um *welfare* público, socialmente eficaz na proteção do trabalho. Como bem analisou Silva (1990), as especificidades do nosso mercado de trabalho e das relações industriais, aliadas ao autoritarismo da relação Estado-sindicatos, fizeram com que, no Brasil, a organização da produção rígida de massa viesse a se impor livre das contrapartidas sociais que a legitimaram, diferentemente daquilo que Boyer denominou ‘fordismo genuíno’.

(...) Aqui nem o movimento sindical chegou a se constituir um interlocutor legítimo para negociar as condições de uso e remuneração do trabalho, nem o trabalhador alcançou a sua centralidade como consumidor, sobre a qual se assentaria a produção em massa.

Ademais, as relações de trabalho caracterizavam-se pela elevada instabilidade no emprego, por escalas salariais com grande diferenciação de níveis, pela maior rigidez na definição dos postos de trabalho, além de pela ausência de tradição de trabalho organizado em equipes. Em nossa sociedade, a cultura política jamais favoreceu a estabilidade das regras de negociação salarial, a inviolabilidade dos acordos trabalhistas ou a legitimidade da ação reivindicativa dos trabalhadores. O alto nível de desemprego e a ausência de tradição de intervenção negociada dos trabalhadores na introdução de novas tecnologias compuseram um modelo de sistemas de relações industriais em tudo contrastante com o que prevalecera nos países onde se originaram os paradigmas pós-fordistas de organização do trabalho (Ferreira et al., 1991).”.

Neste ponto, ressalte-se a diferença fundamental entre a experiência brasileira, em que os direitos civis e políticos eram fracos, principalmente nos períodos ditatoriais e a dos países primeiramente industrializados, que dispunham, já no pós-guerra, de uma gama de direitos sociais, civis e políticos historicamente consolidados.

Ou seja, como menciona Bárbara Heliadora França et al., para estar protegido no Brasil não bastava ser brasileiro. Ainda mais, não bastava apenas ser trabalhador e receber por essa atividade alguma remuneração. Assim, não era o trabalho assalariado, e ainda menos a cidadania, que garantiam a proteção.

Era necessário ser um trabalhador formal. Todos os benefícios e direitos conquistados historicamente eram, desta forma, uma exclusividade daqueles que tinham emprego.

No Brasil, já a partir de meados da década de 1940, muitos benefícios sociais e trabalhistas típicos do Estado de Bem-Estar Social foram adotados (a criação da Carteira de Trabalho e Previdência Social em 1932 foi um deles), mas um sistema universal de proteção social nunca se efetivou.

ameaça do desemprego, à restrição dos direitos sociais e à falta de perspectiva de crescimento profissional, manifestada tanto em relação ao setor informal quanto à classe trabalhadora em geral (MACÊDO; MEDEIROS, 2006).

Neste sentido (embora em contextos distintos), Béatrice Appay, em seu livro *Précarisation sociale et restructurations productives* *Précarization sociale, travail et santé*, demonstra a proximidade entre flexibilidade e reestruturação produtiva e os conceitos de controle e precarização da proteção social.

Segundo ela, existiriam, então, dois tipos de flexibilidade: a *produtiva*, em que se dá “a flexibilização das estruturas produtivas, das formas de organização do trabalho intra e interempresas, da força de trabalho, através do emprego, e não emprego” e, ainda, a flexibilidade *positiva*, caracterizada pelo “conjunto de processos característicos de adaptação das estruturas produtivas e institucionais, de mentalidades e de comportamentos às novas regras econômicas e políticas de concorrência internacional”.

Para Appay, a *precarização social* seria um elemento constitutivo da reestruturação produtiva, subdividindo-se em *precarização econômica* e *precarização da proteção social*.

A *precarização econômica* incluiria as precarizações das estruturas produtiva e salarial, por meio do desemprego de massa, da subcontratação e da *terceirização*; a *precarização da proteção social*, por sua vez, incluiria as transformações dos sistemas legislativos ligados ao Direito do Trabalho e também às hipóteses fora do trabalho, o que apontaria para a *crecente deterioração das condições contratuais de trabalho*, o que Ricardo Antunes aponta em relação à realidade brasileira.

Neste contexto, no Prólogo intitulado *A Rede e o Ser*, do livro *A Sociedade em Rede*, Manuel Castells assim se pronuncia:

“Em um mundo de fluxos globais de riqueza, poder e imagens, a busca da identidade, coletiva ou individual, atribuída ou construída, torna-se a fonte básica do significado social. (...) A identidade está se tornando a principal e, às vezes, a única fonte de significado em um período histórico caracterizado pela ampla desestruturação das organizações, deslegitimação das instituições, enfraquecimento de importantes movimentos sociais e expressões culturais efêmeras. Cada vez mais, as pessoas organizam seu significado não em torno do que fazem, mas com base no que elas são ou acreditam que são. Enquanto isso, as redes globais de intercâmbios instrumentais conectam e desconectam indivíduos, grupos, regiões e até países, de acordo com sua pertinência na realização dos objetivos processados na rede, em um fluxo contínuo de decisões estratégicas. (...) Nossas sociedades estão cada vez mais estruturadas em uma oposição bipolar entre a Rede e o Ser.”

2.3 – Do processo de exclusão das pessoas com deficiência

Segundo Censo do IBGE de 2000, em Juiz de Fora (Minas Gerais) há aproximadamente 11.000 pessoas com deficiência, de uma população total de aproximadamente 500.000; segundo afirmado pela Assessoria Especial às Pessoas com Deficiência do Departamento de Pessoas Portadoras de Deficiência (DEPD), o número de cadastrados, apesar de considerável, ainda está muito aquém de abarcar todos os deficientes da cidade.

Segundo informações prestadas pela Assessoria, referido Departamento, do mesmo modo que a COOPDEF, são os únicos “empreendimentos” que encaminham as pessoas com deficiência às empresas, quando por elas solicitado, ressaltando que na verdade o que há entre a Cooperativa e o DEPD é uma parceria e não uma subordinação, sendo a Cooperativa informada, por questões éticas, dos encaminhamentos realizados pelo DEPD.

De acordo com o relato da Assistente Social do Departamento, a grande maioria dos cooperativados é cadastrada não somente no Programa Passe Livre, como também no mercado de trabalho, ressaltando que alguns são chamados, mas às vezes abdicam da vaga e continuam na cooperativa; outras, não.

Um passo importante ressaltado pela assistente foi a criação do Balcão de Emprego, que unificou as pessoas com deficiência e aquelas não englobadas pela lei como deficientes, as chamadas “meio termo” (caso, por exemplo, da visão monocular). Dado interessante apresentado foi o aumento no índice de cadastramento destas últimas.

Segundo seu depoimento, o principal problema, tanto das pessoas enquadradas como deficientes pela lei, quanto das “meio termo”, seria a qualificação. Para ela, a aceitação se dá mais pelas quotas, devido à fiscalização do Ministério Público do Trabalho, mas ainda assim existe resistência.

Como se sabe, o sistema de cotas se enquadra, conforme mencionado por Robert Castel¹³, nas chamadas políticas de inserção, que obedecem a uma lógica de discriminação positiva: se por um lado seus destinatários são definidos de forma precisa e são

¹³ Em seu livro *As Metamorfoses da Questão Social Uma crônica do Salário*, no capítulo intitulado *A nova questão social*.

desenvolvidas estratégias específicas para eles, por outro se conclui que, se são objeto de maiores cuidados é porque “se constata que têm menos e são menos, é porque estão em situação deficitária”.

Do mesmo modo que a assistente social do DEPD, a ampla maioria dos cooperativados entrevistados credita a contratação das pessoas com deficiência pelo setor privado à obrigatoriedade das cotas em relação às empresas que possuem mais de 100 empregados. Para corroborar seu argumento, mencionam a dificuldade encontrada pela COOPDEF em firmar parcerias com referido setor, **tendo em vista, como já mencionado, o fato altamente questionável de as cooperativas não serem computadas no percentual legal das quotas. Relataram, inclusive, que várias empresas entram em contato com a Cooperativa visando à contratação das pessoas com deficiência (individualmente consideradas) que nela trabalham, mas não da cooperativa em si.**

Sobre as ações afirmativas, José Pastore cita como exemplos a reserva de vagas nas empresas privadas para pessoas com deficiência, bem como a existente nos concursos para ingresso no serviço público; em termos de seguridade social, menciona que garantias lhes foram asseguradas, como o direito à habilitação e reabilitação, bem como, aos carentes, um salário mínimo mensal.

O sociólogo então tece algumas considerações a respeito das atitudes mais comuns adotadas pelos empregadores.

Nesta diretriz, menciona que a simples imposição de uma obrigatoriedade não garante que a lei seja cumprida, e muito menos que as empresas venham a oferecer, de bom grado, condições condignas de trabalho para as pessoas com deficiência. Aponta que o sistema de cotas, por exemplo, tem pouca eficiência quando a empresa não quer ou não pode admitir pessoas com deficiência, sendo usados os mais variados subterfúgios, inclusive legais, para evitar a contratação. Uma estratégia, por exemplo, seria elevar os requisitos de qualificação para o preenchimento da vaga em aberto, reduzindo-se, com isso, de modo considerável, o número de pessoas com deficiência que podem se candidatar àquele posto. As empresas enviariam, então, às autoridades do trabalho os perfis ocupacionais desejados, deixando a estas a tarefa de constatar a inexistência de candidatos habilitados àquelas funções.

Ademais, uma empresa pode estar com o seu quadro de pessoal completo, não havendo necessidade de mais funcionários. Nesse caso, para contratar uma pessoa com deficiência, ela teria que despedir uma pessoa não-portadora, o que instalaria um sério conflito entre os empregados da empresa e os candidatos aos seus postos de trabalho.

Há, ainda, o problema da reposição de portador por portador no caso de dispensa. No caso das pessoas com deficiência, para cada demissão, a empresa terá de fazer uma nova admissão, mesmo que não haja vaga na nova situação. Diante da possibilidade de as empresas encerrarem certas atividades ou até mesmo mudarem de ramo, setor e localização – o que é muito comum nos dias atuais –, essa compulsoriedade de substituição imediata constitui um sério obstáculo para as primeiras contratações.

Segundo ele, para se cumprir, de imediato, as imposições do sistema de cotas, o mercado de trabalho brasileiro teria de contratar uma quantidade considerável de pessoas com deficiência, bem acima da oferta atual, quando se considera a qualificação destas. Neste ponto, o problema da educação e qualificação merece consideração. De acordo com José Pastore, para as empresas mostra-se muito cômodo justificar a não-contratação pela não existência de pessoas devidamente qualificadas para preencher suas vagas. Para enfrentar as dificuldades atuais de identificar e recrutar pessoas qualificadas, tudo indica que a melhor maneira de as empresas colaborarem para a resolução do problema seria o envolvimento com programas de educação e treinamento dos futuros candidatos.

Mas, segundo aponta Thurow, em seu artigo *Education and Economic Equality*, presente no livro *Power and Ideology in Education*¹⁴, esta não parece ser a postura muitas vezes pelas empresas adotada, tendo em vista que a escolaridade e a experiência se constituem, justamente, em fatores que contribuem para diminuir os seus custos com o treinamento dos trabalhadores. As habilidades do trabalho são informal e normalmente adquiridas através do treinamento no local de trabalho; no caso dos trabalhadores com experiência prévia anterior de um emprego, suas qualificações seriam importantes na seleção, na medida em que podem significar custos de treinamento baixos.

¹⁴ Citado por Maria Carolina Tomás et al., no artigo *Interface dos Capitais Humano, Cultural e Social na Situação Ocupacional e nos Rendimentos dos Indivíduos*.

Em seus relatos, três entrevistados apontaram que o ingresso na COOPDEF e a contratação de seus serviços mostra-se vantajosa, tanto para o contratante quanto para os cooperativados, tendo em vista os diversos cursos de qualificação a estes oferecidos e a experiência que através dela adquiriram, senão vejamos:

C 10, deficiência física, branca, 46 anos, Ensino Médio completo: “Ingressei porque queria mudar de trabalho – eu fazia uma coisa que achava que não tinha futuro. Quando entrei na Prefeitura entrei como estagiária de telefonista e achei que podia crescer. *No momento tenho várias experiências em órgãos públicos, o que é muito diferente de antes. A cooperativa me abriu as portas. Na época eu não tinha ainda Ensino Médio e não podia prestar concurso. Na cooperativa adquiri uma experiência maior e melhor. Se prestar concurso, agora já adquiri experiência, já sei como fazer. A cooperativa abriu as portas para todos nós. Se não fosse ela, como teríamos ingressado na Prefeitura? A cooperativa também ofereceu vários cursos, o que ajudou muito a gente.* Na cooperativa, já trabalhei como telefonista da Secretaria de Obras, como auxiliar administrativo da Biblioteca da UFJF, como recepcionista no DEPD e no Conselho Municipal de Saúde.”;

C 16, deficiência na fala, branca, 42 anos e Ensino Superior incompleto em Administração de Empresas: “*Prefiro a função que exerço na cooperativa do que as que fazia antes porque tenho a chance de fazer mais coisas, como mexer no computador, no arquivo, fazer serviço de rua, entregar a folha de ponto dos funcionários, atender telefone. Hoje em dia posso falar que sou uma secretária e tenho experiência nisso. No mercado se você não tiver deficiência física eles não te consideram como deficiente.*”;

C 17, deficiência física, pardo, 42 anos, Ensino Médio completo: “A cooperativa não existiria se não fosse o serviço de cada um. Se alguém é bom de serviço permanecerá. Já trabalho há 5 anos na Secretaria de Recursos Humanos. *Aprendi muito com eles; vim de fora e conhecia pouco de Juiz de Fora. Hoje sei fazer tudo no computador.*”.

Observe-se nos relatos mencionados a idade dos cooperativados – todos estão na faixa entre os 40 e 50 anos. O fator idade foi, inclusive, juntamente à deficiência, apontado por duas destas pessoas como ensejador de dificuldades para o seu ingresso no mercado de trabalho:

C 16: “*Hoje em dia o mercado vê muito se você é novinha ou bonitinha.* Uma vez estava concorrendo à vaga de atendente e para a seleção mandaram escrever uma carta; a menina do meu lado me pediu que a ajudasse e no final foi ela quem levou a vaga, *por ser nova e bonita. Aqui em Juiz de Fora a aparência é tudo.* O

problema da minha fala e a minha aparência me atrapalham. Até entre as mulheres há discriminação. Estou fazendo tratamento no psicólogo, mas ainda machuca muito – nisso a cooperativa é muito importante.”;

C 10: *“Em relação ao mercado de trabalho a cooperativa ajuda no que tange à idade – se já está difícil a pessoa sem deficiência com 40 anos arrumar emprego, imagina as com deficiência? No Brasil é assim: quem tem mais de 40 anos já é velho.”.*

A necessidade de aprimoramento na oferta de cursos e na realização de parcerias foi um fator apontado por dois dos cooperativados:

C 15, pardo, deficiência física na perna direita, 54 anos, Ensino Médio completo: *“Acho que tinha que existir uma cooperativa que profissionalizasse o cooperado – não há parceria com o SENAI para cursos específicos. Seriam opções para o deficiente crescer na vida e não se acomodar na cooperativa. Muitas vezes no mercado de trabalho de Juiz de Fora o deficiente não é qualificado – qualificação profissional é o que falta na cooperativa.”;*

C 01, deficiência física, 35 anos, Ensino Médio completo: *“Hoje se estabeleceu uma parceria com a Rede de Empreendimentos Solidários de Juiz de Fora e da Região da Zona da Mata e com a Secretaria de Desigualdades Sociais de Minas Gerais – serão oferecidos cursos ainda este ano – atendimento ao público, telemarketing, Estatuto e Regimento Interno. Informática e Línguas ainda não conseguimos. A inscrição é livre, com quórum mínimo de 20 e sem limite máximo.”.*

Um outro entrevistado ressaltou o tempo todo que sua escolaridade era a causa de sua dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho:

C 02, deficiência física, pardo, 35 anos, 1º grau incompleto: *“Não consegui outros empregos antes e só trabalhei como estagiário da Prefeitura por falta de oportunidade e pela baixa escolaridade – eu fui criado na zona rural; na minha opinião, o problema não era nem a deficiência nem a raça. Procurei várias empresas de ônibus, fiz testes para cobrador, mas não fui chamado.”.*

Para Robert Castel a *reestruturação produtiva*, assim como a *precariedade no trabalho* provocam situações de *vulnerabilidade relacional*. A *precarização social* como desmembramento da degradação da sociedade salarial é indicada, então, pelas seguintes expressões: *“supranumerários”, “inempregáveis”, “desfiliação”, “individualismo negativo”, “inúteis para o mundo”, “vulnerabilidade de massas”.*

Através do universo do trabalho, a *desfiliação* é por ele apresentada, então, sob três diferentes zonas de espaço social, tipificadas de acordo com o *grau de coesão* que proporcionam. A fronteira entre elas, contudo, mostra-se porosa. Neste sentido, assim se pronuncia (op. cit., p. 568):

“É impossível traçar um cordão sanitário entre os que habilmente se livram de uma situação delicada e os que resvalam, e isso por uma razão de fundo: não há ‘in’ e ‘out’, mas um *continuum* de posições que coexistem no mesmo conjunto e se ‘contaminam’ umas às outras.

(...)

O mesmo ocorre hoje com a exclusão e por isso é necessário manejar este termo com infinitas precauções: a exclusão não é ausência de relação social, mas um conjunto de relações sociais particulares da sociedade tomada como um todo. Não há ninguém fora da sociedade, mas um conjunto de posições cujas relações são mais ou menos distendidas: *antigos trabalhadores que se tornaram desempregados de modo duradouro, jovens que não encontram emprego, populações mal escolarizadas, mal alojadas, mal cuidadas, mal consideradas*, etc. Não existe nenhuma linha divisória clara entre essas situações e aquelas um pouco menos mal aquinhoadas dos vulneráveis que, por exemplo, ainda trabalham, mas poderão ser demitidos no próximo mês, estão mais confortavelmente alojados mas poderão ser expulsos se não pagarem as prestações, ... Os ‘excluídos’ são, na maioria das vezes, vulneráveis que estavam por um fio, mas que caíram.”.

A primeira destas *zonas* seria a *de integração*, aquela em que os trabalhadores dispõem da garantia de *um trabalho permanente* e por meio da qual são estabelecidas *relações sólidas*; a segunda seria uma *zona de vulnerabilidade*, associada à *precariedade do trabalho e a relações frágeis* e, finalmente, a terceira seria a *zona de desfiliação* propriamente dita, que conjugaria *ausência de trabalho e isolamento social*.

Para se concluir em qual destas zonas os cooperativados entrevistados se enquadrariam, mister analisar alguns dados.

Os membros da COOPDEF pesquisados *indicam, em sua maioria, que os ganhos nela auferidos não são suficientes para o sustento de suas famílias*, tendo que exercer atividades extras para complementar a renda, tais como faxina, vendas e trabalho em bilheteria. A maior parte dos *respondentes* (em número de oito) possuía o Ensino Médio completo; um, o Ensino Médio incompleto; dois concluíram o Ensino Fundamental e quatro, não; três possuíam Ensino Superior incompleto; um o completou e outro possuía título de pós-graduação *lato sensu*.

Como já algumas vezes mencionado, segundo alegam, o ganho por eles auferido é menor do que o atribuído aos seus colegas de trabalho das empresas terceirizadas, sendo que, na prática, ambos exercem as mesmas funções.

Alguns deles atribuem a contratação da COOPDEF pela Prefeitura à obtenção de mão-de-obra barata; outros, à eficiência do trabalho por eles realizado, segundo eles melhor desenvolvido que pelos seus colegas terceirizados (que não são pessoas com deficiência); a maioria, contudo, aponta para o “cunho social”, a oportunidade oferecida às pessoas com deficiência, o que resulta na construção de uma boa imagem do governo e da Prefeitura.

Os entrevistados declararam unanimemente votar em todas as eleições; quando não estão no trabalho, a grande maioria afirma ficar em casa com a família, sendo que alguns participam de atividades religiosas ou ficam no bar com os amigos. Com isso, acredita-se que os vínculos societais dos cooperados apresentam-se preservados, o que evidencia a inexistência de um isolamento social dos trabalhadores, mas sim a preservação de suas trocas sociais, que são facilitadas por uma rotina de trabalho de segunda à sexta, em um horário pré-fixado, o que resguarda a possibilidade dos vínculos serem por eles reforçados, quando não estão trabalhando. O relato das cooperativadas mulheres, inclusive, corrobora os dados acima, pois elas são submetidas a uma dupla jornada e não estar trabalhando implica em organizar as tarefas domésticas.

Do grupo sob análise, todos consideraram a atividade que exercem na COOPDEF muito importante ou, ao menos, importante, tendo em vista *“que agora nos tratam com respeito, pelo profissionalismo e não pela deficiência”*; *“o ganho de experiência”*; *“porque para a cooperativa funcionar todos têm muita importância”*; *“devido à soma dos esforços para obter um resultado comum, para o benefício de todos”*; *“porque as pessoas agora acreditam na gente”*; *“porque encaminho as pessoas para realizar os exames”*; *“porque é através da cooperativa que consegui tudo o que tenho”*.

Segundo será constatado no tópico *Das redes de trabalho e de relações sociais e dos motivos de ingresso na COOPDEF*, a causa que levou estas pessoas a ingressarem na Cooperativa foi uma conjunção de fatores, subdivididos entre a falta de oportunidades no mercado de trabalho, o alegado “despertar” de seu interesse pelo próprio modelo cooperativista e a rede de relações sociais estabelecida.

Segundo a definição de Castel, pelos dados levantados, acredita-se que os integrantes da COOPDEF entrevistados encontrar-se-iam na chamada *zona de vulnerabilidade* e não na de desfiliação, marcada pela ausência de trabalho e isolamento social.

Considerando o conceito clássico de exclusão social apresentado por XIBERRAS (1994), também não se poderia considerar o trabalhador cooperado necessariamente um excluído social.

CAPÍTULO 3 – IDENTIDADE

3.1 – Estigma

Quando questionados como acreditam que a sociedade em geral vê as pessoas com deficiência, dois cooperados revelaram:

C 9, negro, 42 anos, amputação de 1/3 médio da perna esquerda, *Pós Graduação Lato sensu*: “A sociedade em geral vê as pessoas com deficiência como ‘coitadinhos’ porque somos estereótipos visuais e associam a limitação à incapacidade – todos acham que você é um ‘pobre coitado’ por causa das suas limitações.”;

C 19, pardo, 33 anos, poliomielite A 80.3, Ensino Superior incompleto em Informática: “No convívio social, num primeiro instante, há receio, achando que vou quebrar ou se falar comigo de certo jeito eu vou chorar. O deficiente quando é bem sucedido é caso de superação, mas nos filmes não se vê um herói deficiente.”.

José Pastore menciona que Paul Hunt, em seu livro *A Critical Condition*, realizou um estudo em que preconiza que o entendimento dos problemas e a superação¹⁵ das barreiras dos portadores de deficiência requerem a análise de situações sociais mais amplas, que vão muito além de suas limitações físicas, sensoriais ou mentais.

Ressalta que, nos depoimentos dos próprios portadores de deficiência, a percepção social das pessoas que os rodeiam tem muita importância (o que o caso empírico ratificou parcialmente, tendo em vista que alguns cooperados ressaltaram que nunca se importaram muito com a opinião alheia – mas há de se ressaltar que não foram a maioria; por outro lado, eles mesmos declararam que é justamente por “ligar para o que os outros pensam” que muitos deficientes ficam revoltados ou deprimidos, enclausurados em casa, numa “redoma de vidro” provocada pela vergonha ou pela superproteção de suas famílias). Hunt menciona que é dessa percepção que surgem as imagens mais comuns a respeito destas pessoas, imagens estas que têm pouca relação com as limitações e muito a ver com as falsas concepções.

¹⁵ Termo que provoca irritação em muitos cooperados, devido ao seu uso constante pela sociedade, tendo em vista que, ao mesmo tempo em que não se consideram dignos de pena, não se enxergam como super-heróis pelo simples fato – como mencionaram dois cooperados com pré-paralisia do membro superior – de conseguir dar um laço no cadarço do sapato ou de equilibrar uma bandeja.

Eis o depoimento de uma outra cooperada:

C 16: “Teve um irmão do meu pai que perguntou a ele como eu tinha conseguido trabalhar na Prefeitura, como se eu não tivesse competência para arrumar emprego; às vezes até meus colegas de emprego ficam nesta discriminação, se perguntando: ‘como ela pode estar fazendo esse serviço?’. *Acho que principalmente pela minha aparência as pessoas quando me olham acham que eu sou uma retardada, que não tenho capacidade de pensar e tomar atitudes*, o que considero uma atitude muito ignorante.”.

Prosseguindo em seu discurso, relata:

“Já sofri várias vezes preconceito na sociedade – uma vez me disseram que não podiam me contratar porque a vaga era pra ficar ‘à frente do escritório’; sofro isto todo dia em minha vida pessoal: já me chamaram de *travesti*; mesmo estando com meu namorado (sem deficiência) as pessoas apontam e riem.”.

Este relato parece ratificar o estudo de Hunt no que tange à conclusão deste de que a maneira pela qual as pessoas com deficiência são vistas e interpretadas por vários grupos sociais tem grande influência no momento da abertura de um espaço para o seu estudo ou trabalho.¹⁶

¹⁶ Por outro lado, ousa-se *acrescentar* à tese de Paul Hunt a essencialidade do aspecto econômico para a efetivação das contratações destas pessoas, fator ressaltado tanto pelos cooperados entrevistados quanto pela assistente do DEPD. O critério determinante para se conseguir emprego no setor privado para eles seria a *avaliação da relação custo-benefício*: se os custos com a adaptação, por exemplo, forem superiores à multa a ser aplicada pelo Ministério Público do Trabalho, muitas empresas prefeririam a esta se submeter, o que é defendido também por José Pastore em seu livro *Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência*.

Por sua vez, Josemar Figueiredo Araújo (também aluno do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense) apontou, em seu trabalho de curso *As pessoas especiais do mundo moderno*, que muitas contratações no setor privado se efetuam em virtude de o deficiente ser encarado como uma “commodity”, assim mencionando:

“A modernidade, com tamanho avanço tecnológico, produz, seja nas fábricas, nas estradas, nas construções, os ‘anormais’, e os produz em grande quantidade. As pessoas com deficiência formam uma coletividade unida apenas por características físicas e barreiras sociais.

A solução, neste caso, só poderia ser uma, colocar estes indivíduos no sistema produtivo, e era preciso encontrar formas de fazê-lo. É então que se percebe o quanto deficiências como a cegueira e a surdez, por exemplo, podem ser lucrativas. Em certas atividades geradoras de barulhos excessivos, os gastos com equipamentos de proteção à saúde dos ouvidos são eliminados com a contratação de trabalhadores surdos. O mesmo se observa com a contratação crescente de cegos para funções prejudiciais à visão, tais como a de operador de Câmara Escura, indispensável nas clínicas de radiologia e hospitais.

As falas de dois outros cooperativados revelam, inclusive, a adoção de termos pejorativos utilizados pelos “normais” em relação às pessoas com deficiência:

C 15: “Já sofri preconceito. Uma vez meu patrão me disse que não conheceu um deficiente que prestasse, o que me ofendeu muito. Ele ainda disse mais: ‘não conheço um *aleijado* que preste!’. Ele poderia até ter sido processado, mas eu era jovem...”;

C 02: “Já me senti discriminado uma vez, na Central de Marcação de Consultas. Um usuário me disse que, porque eu era deficiente, não ‘agilizava’ a consulta pra ele. Ele disse que seria mais rápido se tivesse outro em meu lugar, que não fosse *aleijado*. Ele usou esta palavra: *aleijado*.”.

Parece que os depoimentos mencionados ratificam o conceito de **estigma**, fornecido por Erving Goffman. Segundo aponta em seu livro *Estigma: manipulação da identidade deteriorada*, referida noção nasce na Grécia, em que os sinais corporais que o indivíduo trazia no corpo representavam que se estava diante de uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que deveria ser evitada.

Passados alguns séculos, a noção do estigma permaneceria viva e cada vez mais atuante; a sociedade tenderia, ainda hoje, a categorizar as pessoas e os atributos considerados comuns aos membros de cada categoria; estas categorias e seus atributos constituiriam, então, a “identidade social”, que se subdividiria em *identidade social virtual* e *identidade social real*.

(...)

A deficiência seria hoje, por assim dizer, um dos grandes requisitos da divisão do trabalho, que atualmente não ocorre apenas em decorrência das habilidades de cada indivíduo, mas sobretudo em razão do lucro em potencial. Em certa oportunidade, fazendo uma pesquisa para escrever um outro trabalho, estive em um restaurante onde havia algo em torno de 70 mesas e entre os garçons havia dois que eram surdos. Estes dois garçons surdos atendiam juntos à metade das mesas. Tivemos a curiosidade de saber por que motivo dois profissionais atendiam sozinhos à metade das mesas enquanto os outros cinco dividiam o restante. Um dos empregados nos explicou que havia sido um acordo entre os garçons *porque os surdos são muito admirados pelos clientes pelo exemplo de superação que representam; como o restaurante possui um sistema de pontos, as gorjetas de todos no final do mês eram maiores do que se houvesse uma divisão igualitária*.”.

GOFFMAN (1988, p. 12) afirma:

“Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo até de uma espécie menos desejável – num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim deixamos de considerá-lo uma pessoa comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída.”.

Tal característica seria um *estigma*, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande e constitui uma discrepância específica entre a identidade social real e a identidade social virtual. Defende que há outros tipos de discrepância entre a identidade social real e a virtual como, por exemplo, a que leva a reclassificar um indivíduo antes situado numa categoria socialmente prevista, colocando-o numa categoria diferente mas igualmente prevista e que faz com que se altere positivamente a avaliação dos demais. Nem todos os atributos indesejáveis estariam em questão, mas somente aqueles incongruentes com o estereótipo que se cria para um determinado tipo de indivíduo.

Goffman usa o termo *estigma*, então, em referência a um atributo profundamente depreciativo, dizendo que o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Para ele, um estigma seria um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo, embora proponha a modificação desse conceito, à medida em que considera que “há importantes atributos que em quase toda a nossa sociedade levam ao descrédito”.

Quando questionados se já haviam sofrido alguma discriminação por conta de sua deficiência, a grande maioria dos entrevistados respondeu que sim; quanto aos que negaram já tê-la vivenciado, a justificativa apontada foi a questão da *visibilidade* da deficiência, fator que instigaria a curiosidade daqueles que com eles se deparam no cotidiano e os levaria muitas vezes a ser rotulados como “malandros”. Eis alguns relatos:

C 09: “Sofro indiretamente preconceito quase todos os dias. Quando entro no ônibus, todo mundo se pergunta: ‘o que ele tem para entrar pela porta da frente?’”;

C 11, Síndrome de Alport (provoca surdez), branca, 44 anos, Ensino Superior Incompleto em Enfermagem e em História: “Dependendo do tipo de deficiência alguns te vêem com preconceito e outros com pena, mais do que indiferença até. *Quando a deficiência não é visível, as pessoas acham que é frescura, fingimento.* O mais odioso é ver alguém saber que você é surdo e tampar a boca para falar com você.”;

C 12, deficiência física (membro inferior direito), branca, 34 anos, Ensino Médio completo: “Já sofri preconceito por ser deficiente porque tem gente que não sabe. Uma vez entrei numa fila de banco e uma senhora me pediu para mostrar qual era a minha deficiência – eu então lhe respondi que não precisava fazer isso. Foi uma situação constrangedora.”;

C 8, deformidade Sprengel (provoca pouca mobilidade no ombro esquerdo), 25 anos, Ensino Médio completo: “Não acho que a maneira da sociedade em geral me ver após ter ingressado na cooperativa mudou porque *eles não notam minha deficiência; só se eu mostrar.*”;

C 17, deficiência física (tornozelo), 42 anos, pardo, Ensino Médio completo: “Acho que a sociedade vê as pessoas com deficiência como algo normal. *Pra mim elas até perguntam se tenho deficiência.*”.

Referidos depoimentos parecem realmente confirmar o que Goffman denomina de *desacreditáveis* (aqueles cuja característica distintiva não é nem conhecida pelos presentes nem imediatamente conhecida por eles); desacreditados, *a contrario sensu*, seriam aqueles cuja característica distintiva já é conhecida ou imediatamente evidente.

Ele distingue, a partir daí, três tipos de estigma, que seriam, além das culpas de caráter individual (cujos exemplos citados seriam, entre outros, *distúrbio mental*, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo e *desemprego*), e dos estigmas tribais de raça, nação e religião, as *abominações do corpo – as várias deformidades físicas*.

Em todos eles encontrar-se-ia em comum a mesma característica sociológica, qual seja, um indivíduo que poderia ter sido recebido facilmente na relação social quotidiana apresenta um traço que pode se impor à atenção e “afastar aqueles que encontra, destruindo a possibilidade de atenção a outros atributos seus”. Possui, então, um estigma, “uma característica diferente da que havíamos previsto”.

Aqueles que não se afastam negativamente das expectativas particulares seriam os *normais*, os quais procedem a uma série de discriminações que implicam, inclusive, na redução das chances de vida dos estigmatizados.

Fato que chamou a atenção foi a recusa de dois cooperados em conceder entrevista, sob a alegação de que o que tinham não era deficiência, mas um “probleminha”, sendo que um deles era, inclusive, cadeirante.

Muitos relatos obtidos indicaram a vergonha como um sentimento comum a muitas pessoas com deficiência e suas respectivas famílias, o que provocaria uma postura de acomodação na busca de trabalho e estudo e um certo incentivo a “ficar encostado”, ou seja, a receber o Benefício de Prestação Continuada¹⁷.

Referidos relatos parecem confirmar a teoria de Goffman quando este declara (op. citada, p. 17):

“O indivíduo estigmatizado tende a ter as mesmas crenças sobre identidade que nós temos; isso é um fato central. Seus sentimentos mais profundos sobre o que ele é podem confundir a sua sensação de ser uma ‘pessoa normal’, um ser humano como qualquer outro, uma criatura, portanto, que merece um destino agradável e uma oportunidade legítima. Além disso ainda pode perceber de forma geralmente correta que, não importa o que os outros admitam, eles na verdade não o aceitam e não estão dispostos a manter com ele um contato com ‘bases iguais’. Ademais, os padrões que ele incorporou da sociedade maior tornam-no intimamente suscetível ao que os outros vêem como o seu defeito, levando-o inevitavelmente, mesmo que em alguns poucos momentos, a concordar que, na verdade, ele ficou abaixo do que realmente deveria ser. A vergonha se torna uma possibilidade central, que surge quando o indivíduo percebe que um de seus próprios atributos é impuro e pode imaginar-se como um não-portador dele.”

Três entrevistados mencionaram que as próprias pessoas com deficiência têm preconceito em relação às demais. Um deles admitiu se enquadrar no caso, no que relata que a Cooperativa foi de grande auxílio para a mudança em sua visão de mundo, mencionando ainda que grande foi o seu choque ao descobrir, frente ao espelho, a situação na qual, após um acidente sofrido, passou a se encontrar:

C 01: *“Ingressar na cooperativa mudou a maneira como me vejo e sinto porque hoje tenho uma visão social diferente; algumas, quase todas as barreiras que tinha em relação às outras pessoas com deficiência mudou. Antes não queria viver a situação que vivo hoje; depois do acidente eu não queria entrar em contato com outras pessoas com deficiência, eu tinha preconceito; na verdade, eu me via nestas pessoas e eu não queria me ver nesta situação; quando entrei na Cooperativa isto começou a mudar. Na bilheteria em que trabalhava antes não lidava com outras pessoas com deficiência.”*

Outro respondente, por sua vez, mencionou se sentir orgulhoso em fazer parte da Cooperativa por considerar que integra um grupo em que pessoas com as mesmas ou mais limitações que as suas “não se entregaram e continuam lutando e buscando espaço”.

¹⁷ Destinado às pessoas com deficiência sem condições de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, concedido mediante perícia médica do INSS.

Por outro lado, alguns entrevistados apontaram que uma postura adotada por muitas pessoas com deficiência é a de se aproveitarem dela para obter “ganhos secundários”, senão vejamos:

C 19: “Uma vez estava atendendo o público no JF Informação e uma pessoa com deficiência que precisava tirar xérox pediu para passar na frente. Ele perguntou: ‘*Você não tem dó de mim?*’; então eu mostrei minhas muletas a ele e acabou a história.”;

C 11: “O deficiente muitas vezes se faz de ‘coitadinho’ e se acomoda. Porque não quer estudar e não ‘corre atrás’, diz que não consegue ‘subir na vida’, mas muitos nem tentam.”.

Alguns cooperados ressaltaram que é fundamental ao deficiente reagir e não se acomodar. Eis um relato exemplificativo:

C 08: “A maneira de a sociedade em geral me ver não sofreu alteração após ter ingressado na cooperativa porque sempre me impus; não sou ‘coitadinho’. *A pessoa com deficiência tem que se impor – tem que dançar, jogar bola.*”.

Por outro prisma, um poema afixado no mural da cooperativa por sua presidente reflete a reafirmação pelo estigmatizado das limitações dos “normais”:

“Deficiente é aquele que não consegue modificar sua vida,
aceitando as imposições de outras pessoas ou da sociedade em que vive,
sem ter consciência de que é dono de seu destino.
Louco é quem não procura ser feliz com o que possui.
Cego é aquele que não vê seu próximo morrer de frio, de fome, de miséria.
E só tem olhos para seus míseros problemas e pequenas dores.
Surdo é aquele que não tem tempo de ouvir um desabafo de um amigo, ou o apelo de
um irmão.
Pois está sempre apressado para o trabalho e quer garantir seus tostões no fim do mês.
Mudo é aquele que não consegue falar o que sente e se esconde por trás da máscara de
hipocrisia.
Paralítico é quem não consegue andar na direção daqueles que precisam da sua ajuda.
Diabético é quem não consegue ser doce.
Anão é quem não sabe deixar o amor crescer.
E, finalmente, a pior das deficiências é ser miserável, pois miseráveis são todos aqueles
que não conseguem falar com Deus.
A amizade é um amor que nunca morre.”

Mário Quintana

Alguns entrevistados relataram ter feito amizade com outros membros da Cooperativa; ao serem questionados sobre se preferiam continuar na COOPDEF ou trabalhar com carteira assinada, a maioria declarou preferir nela continuar, tendo em vista, dentre outros, o “vínculo formado”, por “gostar do pessoal, que me recebeu muito bem” ou porque “já acostumei com o pessoal”.

Apesar de a maioria dos entrevistados ter afirmado que muitos dos integrantes da Cooperativa não têm “senso de grupo”, à medida que na maioria das vezes não se preocupam com o coletivo, mas apenas com os ganhos no fim do mês, em relação a si mesmos mencionam, muitas vezes, que, apesar de terem um maior contato com aqueles cooperativados com que diretamente laboram, se identificam como integrantes da COOPDEF e, ao serem questionados sobre o que acham da atividade que nela exercem, quatro deles mencionaram:

C 6, pardo, 34 anos, deficiência física (pré-paralisia do membro superior), Ensino Superior completo em Física: “A atividade que exerço é muito importante porque sem mim (sem um de nós), a Cooperativa não anda – *é igual a um formigueiro – sem uma formiga...*”;

C 9: “Minha atividade é muito importante porque a Cooperativa é uma associação de gestos e atitudes nossas, ou seja, a qualidade do meu serviço contribui para elevar o nome dela.”;

C13, branca, 20 anos, deficiência física, Ensino Médio incompleto: “Muito importante, pois sou *uma peça no quebra-cabeça. Faço parte, somos uma equipe.*”;

C10: “Muito importante, pois a *Cooperativa depende de cada um de nós*. O meu serviço é muito importante e o dos outros também – com o esforço de cada um a Cooperativa vai crescendo.”;

Os respondentes que afirmaram acreditar no “pensamento coletivo” dos demais cooperados assim se pronunciaram:

C 14, negra, 36 anos, deficiência física, Ensino Médio completo: “A maioria das pessoas da Cooperativa têm senso de grupo porque a gente ‘*tá*’ sempre se reunindo, cada um tendo sua idéia de um jeito.”;

C 12: “Considero que a maioria das pessoas da Cooperativa *com que convivo* tem vontade de ajudar quando há alguma dificuldade – então tem senso de grupo sim.”;

C 5, pardo, 39 anos, deficiência física (coluna), Ensino Fundamental completo: “Pelo que tenho visto, os que trabalham comigo têm sim; temos palestras em que alguns não participam, até porque têm os horários, não tem como comparecer.”;

C 4, parda, 48 anos, deficiência física (perna esquerda), Ensino Fundamental incompleto: “Acho que sempre as pessoas devem estar participando.”;

C 3, parda, 27 anos, deficiência física (pernas), Ensino Fundamental incompleto: “Não tenho muita convivência com os outros cooperados, mas acho que *entre as pessoas da diretoria há esta idéia de grupo.*”.

Por outro lado, outros declararam:

C 19: “São poucas as pessoas aqui que têm senso de grupo porque a idéia de formar a Cooperativa foi da Incubadora – então, várias pessoas com formatos diferentes foram nela incluídas.”;

C 18, negra, 44 anos, deficiência física (braço), Ensino Fundamental completo: “Nem todos têm senso de grupo, *por falta de interesse em conhecer melhor o que é o cooperativismo; falta um pouco de cooperação mesmo.*”;

C 10: “Alguns têm senso de grupo e outros não. *Às vezes o assunto é interessante e não vem quase ninguém, mas quando se fala no financeiro todos vêm.* Alguns entram na Cooperativa e você não vê mais. Acho que, se tem reunião todo mês, você tem que vir, participar; esta é que é a verdade.”;

C 8: “Algumas têm senso de grupo; *têm pessoas que acham que a Cooperativa é uma empresa, que são funcionárias; elas não têm coragem de ‘abrir mão do seu’ em prol dos outros; outros ‘abrem mão’, mas são poucos. Os que frequentam mais a Cooperativa têm espírito de grupo; os outros (que só vêm para perturbar), não – se for reunião de balancete de sobras, eles vêm.*”;

C 7, branca, 43 anos, deficiência física, Ensino Médio completo: “A maioria só pensa em si, não entende que tem que ajudar, só pensam em receber no fim do mês e não participam de nada.”;

C 6: “Os fundadores têm visão de grupo; os mais novatos, não.”;

C 01: “Vejo meus colegas da Cooperativa como parceiros; diria amigos, alguns nem tanto. Têm falhas – como um todo, como toda empresa, há as ‘panelinhas’.”;

C 02: “Antes eu mesmo não tinha a idéia de grupo, de todos trabalhando com a mesma finalidade, de crescer, de expandir a Cooperativa, fazer que ela seja mais conhecida; mas hoje tenho sim.”.

Segundo relatos de alguns entrevistados, fazer parte de uma cooperativa formada por *pessoas com deficiência* é motivo de serem vistos com “bons olhos” por muitas pessoas com que lidam no dia-a-dia, inclusive (de acordo com um deles), por sua família, que acredita que agora ele tem uma “outra visão social”, inexistente antes de nela ingressar.

Pertencer ao mesmo grupo, contudo, não é empecilho para o surgimento de conflitos entre os seus próprios componentes. Uma cooperada mencionou que por inveja uma outra tentou fazer intrigas com o seu chefe, mas não conseguiu efetivamente prejudicá-la em seu serviço; dois outros declararam já ter se sentido discriminados pela antiga Diretoria, que consideram que “não acreditava em seu potencial”.

O caso empírico sob análise parece suscitar uma discussão em torno da teoria de Goffman no que tange à afirmação deste de que um apoio que os estigmatizados poderiam esperar seria o daqueles que compartilham o seu estigma. Como visto, alguns relatos mencionados parecem indicar que isto nem sempre na prática se verifica.

3.2 – Do trabalho realizado pelos membros da COOPDEF antes de nela ingressarem

Quando questionados a respeito de sua (in)atividade laboral anterior ao ingresso na Cooperativa, 13 entrevistados afirmaram ter trabalhado, entre outros, no setor privado (1 pessoa em multinacional, 6 pessoas em grandes empresas, 4 pessoas em médias e 2 pessoas em pequenas empresas), sendo 12 deles com carteira assinada; dos entrevistados, 7 já trabalharam na “informalidade”, conceito amplo que poderia significar *assalariamento sem contrato formal*, trabalho familiar, autônomo ou de baixa renda, vinculado a *trabalhadores menos* ou *ultra-qualificados*. No contexto em questão, os trabalhos informais citados foram: segurança de eventos, entrega de pizzas, atendimento em vídeo locadora, jardinagem, venda de roupas, lingerie e biscoitos, acompanhamento de idosos, trabalho de diarista ou empregada doméstica, todos exercidos *sem carteira assinada*, por pessoas cujos *graus de escolaridade variavam entre o Ensino Fundamental e o Ensino Médio completos*.

Ressalte-se que dois entrevistados declararam ter sido, respectivamente, donos de uma oficina mecânica e de uma firma de esquadrias de alumínio, sendo que suas respectivas firmas fecharam. Dois outros entrevistados declararam ainda ter atuado somente como estagiários da Prefeitura, sendo que até os 15 anos foram sustentados pelos pais e após ingressaram na Cooperativa; dois outros, ainda, afirmaram ter sido contratados temporariamente para trabalhar no setor público e uma terceira cooperativada mencionou já ter trabalhado como operadora de telemarketing em uma empresa terceirizada contratada pela Prefeitura, apontando como motivo para ingressar na Cooperativa “as dificuldades para encontrar serviço, que foram se agravando”.

3.2.1 – Dos cooperativados que trabalhavam no setor privado

3.2.1.1 – Relatos dos principais problemas enfrentados

Alguns depoimentos mostraram-se bastante elucidativos dos principais problemas enfrentados pelas pessoas com deficiência, seja no recrutamento ou no próprio cotidiano de trabalho nas empresas. Tal é o caso de um dos cooperativados, portador de deficiência física provocada por lordose grave, a quem foi atribuída a função de guardar no almoxarifado os materiais de maior peso que chegavam à empresa de médio porte em que trabalhava. Segundo seu relato, seu chefe e colegas alegavam que não atribuir a ele as mesmas tarefas que aos demais representaria discriminação. Mesmo expondo que sua função deveria ser compatível com a deficiência de que é portador (o que, em verdade, nada mais é do que um direito, que lhe é garantido por lei), não houve a redistribuição das tarefas e suas dores na coluna se acentuaram consideravelmente. No ano seguinte, a empresa em que trabalhava faliu, mas, independente disto, relatou que as dores eram tamanhas que iria pedir demissão.

Mesmo com o Ensino Médio completo, o que se afere deste tipo de depoimento é que ou nem sempre as pessoas com deficiência são conscientes de seus direitos ou que o grau de subordinação a que se encontrava submetido era tamanho que não encontrava meios de ter sua reivindicação legal atendida.

Do mesmo modo, uma outra experiência interessante foi relatada por um cooperativado, também com deficiência física, detentor, inclusive, de título de Pós-Graduação *Lato Sensu* que mencionou que, *apesar de ter sido aprovado em um rígido processo seletivo* para ingresso na multinacional X, concorrendo, inclusive, com pessoas sem deficiência com o mesmo grau de escolaridade, na prática ficou no “chão da fábrica”¹⁸, ao passo que à outra pessoa sem deficiência com o mesmo grau de escolaridade foi destinado o cargo administrativo em disputa. Segundo ele, este é o maior caso de discriminação que considera ter vivenciado. Por “bater de frente com a chefia”, tornou-se inviável continuar na empresa, sendo “obrigado” a pedir demissão.

As observações realizadas remetem ao conceito de empregabilidade, explicitado por Luiz Antonio Machado da Silva em seu artigo *Mercado de Trabalho, Ontem e Hoje: Informalidade e Empregabilidade como categorias de entendimento*¹⁹, em que dispõe que esta representaria o conjunto dos elementos subjetivos, tais como disposições pessoais e competência, que as empresas “esperam dos trabalhadores”, correspondentes à necessidade de uma produção “flexibilizada”. Estes atributos, contudo, não seriam convencionais, ainda não se tendo produzido consenso sobre eles. A partir da flexibilização do paradigma produtivo discute-se, então, quais os melhores caminhos para que haja a adaptação dos trabalhadores às novas condições do mercado. Em princípio, dependendo das relações de força, os trabalhadores podem se conformar ou lutar contra as perspectivas da empresa. A exigência de sua adaptação às mudanças do sistema produtivo não significa somente aquisição de novas atitudes ou competência técnica, mas contém também “uma dimensão simbólico-ideológica de convencimento/adesão”, que interfere na autoimagem e na visão de mundo dos trabalhadores.

Neste sentido, pronuncia-se Federico de La Rúa, em seu artigo *Networks and Identifications A Relational Approach to Social Identities*:

“Instituições definem a estrutura de trabalho para a interação global do sistema e, portanto, as categorias relevantes de identificação. Indivíduos são inseridos em redes de trabalho sociais particulares cuja *estrutura limita mas não determina as ações às quais os*

¹⁸ Tanto este relato quanto o de um ex-cooperativado hoje concursado que ocupa um cargo público de escolaridade mais baixa do que a de que é possuidor remetem ao conceito de “não empregabilidade dos qualificados”, que se insere no que Robert Castel chama de “neopauperismo”.

¹⁹ **IN:** *Além da Fábrica trabalhadores, sindicatos e a nova questão social.*

indivíduos podem se engajar. A posição dos atores na rede de trabalho afeta a percepção que têm de seus direitos e motivações. A nova estrutura de posições na rede de trabalho é um efeito que resulta das interações dos atores de acordo com a aplicação de suas estratégias, que, novamente, modificam as percepções que eles têm de seus direitos e motivações e a margem de liberdade que eles terão que adotar na próxima interação e assim por diante, sucessivamente.

Identificações são todas as vezes sujeitas aos efeitos de forças, tensões e pressões. No nível de regulação macro-social, tal pressão é designada pelo conceito de 'violência simbólica' ou dominação (Bourdieu, 1980). No nível das relações interpessoais, esta pressão pode ser chamada 'influência'.”.

Apesar de, muitas vezes, as iniciativas se mostrarem a cargo da Diretoria, o que se observa é que as reivindicações por seus direitos por parte de algumas (poucas) pessoas com deficiência entrevistadas pareceram se mostrar mais intensas após seu ingresso na Cooperativa, afinal, não se pode olvidar que o conceito de identidade humana está relacionado com um processo. Cada fase posterior do processo de desenvolvimento atravessada por um indivíduo pressupõe uma seqüência contínua dos estágios precedentes. Conforme acentua Norbert Elias, em *A Sociedade dos Indivíduos*, as afirmações eu e as afirmações nós, à primeira vista, talvez pareçam ter um caráter estático. Dizer que alguém é sempre a mesma pessoa não é verdade, sendo a continuidade do processo de desenvolvimento uma das precondições para a identidade de uma pessoa no decorrer de um processo que se estende por anos a fio.

Neste sentido, observa-se a mudança de postura do cooperativado que laborava no almoxarifado de uma empresa, já mencionado. Por carregar pesos incompatíveis com sua deficiência, declarou que acabaria por pedir demissão, por já saber de antemão que sua reivindicação não seria atendida. Segundo seu próprio relato, agora acredita que suas reivindicações teriam mais força, pois na empresa em que trabalhava só havia mais duas pessoas com deficiência e agora sente-se respaldado pela “força do grupo”. Mencionou, ainda, que ingressar na Cooperativa lhe proporcionou uma maior consciência de seus direitos e que agora luta não apenas em seu nome, mas no da COOPDEF e, indiretamente, de todas as pessoas com deficiência. Neste caso específico, então, a balança Nós-Eu preconizada por Norbert Elias parece ter pendido mais para o lado “nós”, tendo em vista a percepção por este cooperado de que, na luta pela sobrevivência, muitas vezes se torna mais eficaz valorizar a identidade-nós do que a identidade-eu, o que vem de encontro ao que o autor menciona como característico da estrutura das sociedades mais desenvolvidas de

nossa época, que tende a valorizar mais as diferenças entre as pessoas (qual seja, a identidade-eu) do que o que elas têm em comum (identidade-nós).

3.2.2 – Da inserção de somente dois cooperativados nos quadros do serviço público

Um fato que chamou a atenção foi o de que somente dois cooperativados mencionaram ter integrado os quadros do serviço público antes de ingressar na Cooperativa e, mesmo assim, por contratos temporários, ao passo que quando perguntados se acham mais vantajoso ser concursado a resposta unânime foi sim, devido essencialmente à estabilidade.

Ao serem questionados se, acaso aprovados em um concurso, deixariam a Cooperativa, as opiniões foram divergentes: muitos responderam que a Cooperativa era uma “cachaça”, que sentiriam falta de não ter ninguém “pegando no pé”; outros, contudo, disseram que para sair da COOPDEF as condições do cargo (inclusive lotação) teriam que ser mais vantajosas; outros, ainda, disseram que sairiam, mas que “sentiriam falta dos vínculos de amizade construídos na COOPDEF”.

Neste sentido, os relatos parecem vir ao encontro do que preconiza Norbert Elias, em seu livro *A Sociedade dos Indivíduos – Parte III Mudanças na Balança Nós-Eu*:

“A avançada diferenciação social, caminhando *pari passu* com uma diferenciação igualmente avançada entre as pessoas, ou individualização, traz consigo uma grande diversidade e variabilidade das relações pessoais. Dentre suas variações, uma que ocorre com frequência é marcada pelo já mencionado conflito básico do eu desprovido do nós: *um anseio de ter calor afetivo, de ter afirmada a afeição dos outros e pelos outros, aliado a uma incapacidade de proporcionar afeição espontânea.*”.

3.2.3 – Dos cooperativados que exerciam trabalho informal

Os cooperativados entrevistados que exerciam trabalho informal antes de ingressar na COOPDEF têm perfis diferenciados quanto à faixa etária, sexo e grau de escolaridade. Contudo, importante ressaltar que um *fator comum apontado por todos eles foi a*

discriminação sofrida no mercado de trabalho, o que os levou a recorrer à informalidade. A cooperativada com problemas na fala (42 anos; à época, com 30 e Ensino Médio completo) mencionou ter sido discriminada num curso de Secretariado oferecido pelo SENAC, em que sua inscrição não foi sequer deferida, vendo-se obrigada a trabalhar como acompanhante de idosos, única oportunidade que à época lhe apareceu; outra cooperativada (atualmente com 39 anos, deficiente física, Ensino Fundamental completo) mencionou já ter trabalhado como operadora de telemarketing em uma empresa terceirizada, mas, com o término do contrato, precisou trabalhar de arrumadeira e passadeira, pois “foi difícil conseguir outro emprego na época”.

O que se pode observar é que, *aliado(s) à deficiência, a idade, o sexo e/ou a escolaridade podem ter se constituído em fatores agravantes da exclusão destas pessoas do mercado formal de trabalho* à época. Estudos correlacionando referidas variáveis poderão, então, vir a ser desenvolvidos, mas se acredita não ser este o momento mais adequado para tanto, devido à sua complexidade e extensão, o que fugiria aos objetivos mais imediatos desta dissertação.

3.3 – Das redes de trabalho e de relações sociais e dos motivos de ingresso na COOPDEF

Primeiramente, importante mencionar o disposto no texto *Interface dos Capitais Humano, Cultural e Social na Situação Ocupacional e nos Rendimentos dos Indivíduos*, em que se menciona a presunção de que as pessoas que participam de uma ou mais entidades ampliam suas redes de relacionamento (laços fracos), adquirindo maior influência e informação, indispensáveis para sua inserção e permanência no mercado de trabalho, o que, inclusive, refletiria o conceito de capital social elaborado por Bordieu. Conforme explicita em seu artigo *The Forms of the Capital*, para este autor o capital social seria a posse de um conjunto de redes duráveis de relações permanentes e úteis. Desta forma, o indivíduo seria possuidor de um estoque de capital social, que teria um efeito multiplicador sobre outros tipos de capital, como o econômico e o simbólico, por exemplo. Neste sentido, Maria Carolina Tomás et al. dispõe:

“Uma questão importante, que retoma a relação de ação econômica com ação social, é que para a economia clássica os mercados são mecanismos de alocação de recursos e formação de preços, ao passo que a sociologia levanta questões adicionais (normas legais ou informais, instituições etc). Granovetter (2002), crítico à teoria neoclássica, propõe um meio-termo entre a estrutura e a ação a partir do conceito de inserção: *o indivíduo age a partir de sua inserção em redes sociais, não existem relações fora do contexto das relações sociais, não existe ação econômica que não seja ação social.*”.

Sobre as redes de relações, importante se faz considerar as respostas dadas pelos cooperativados quanto ao motivo de terem ingressado na COOPDEF. Alguns apontaram para “as dificuldades em encontrar serviço, que foram se agravando”; outros mencionaram como causa a falência da empresa em que trabalhavam, ou, ainda, “a nova oportunidade de trabalho” que a Cooperativa representava; outra causa também mencionada foi a de terem “gostado do projeto e o achado válido”, ou “a falta de oportunidades após a deficiência”, “para poder crescer como pessoa”, “para poder participar de algo”, “pois soube do trabalho que ela faz, gostei e entrei nela”, “pela oportunidade de mudar de profissão” ou “porque precisava *e gostei da equipe*”; “porque estava acabando o período de estágio, que não podia mais ser prorrogado”; *quatro indicaram como causa “a indicação de um parente ou amigo”*.

Pelo que se infere destas declarações, a causa que levou estas pessoas a ingressarem na COOPDEF se deve a uma conjunção de fatores e se subdivide entre a falta de oportunidades apresentadas pelo mercado de trabalho, o *preconizado* “despertar” de seu interesse pelo próprio modelo cooperativista e a rede de relações sociais estabelecida. Sobre estas, a explicação de Granovetter, em seu artigo *The Strength of Weak Ties*, mostra-se bastante elucidativa: “*redes de relações difundem informações ao longo de um sistema, facilitam o desenvolvimento de valores comuns, normas e convicções partilhadas e também a institucionalização dessas convicções, normas e valores pela interação*”.

Neste sentido, elucidativas são as lições ministradas por Norbert Elias, em *A Sociedade dos Indivíduos – Parte III Mudanças na Balança Nós-Eu* (pp. 150-151):

“Em combinação com o conceito de individualização crescente ou decrescente, o conceito de composição ou *habitus* social favorece nossas chances de escapar da abordagem ‘ou isto/ou aquilo’ que amiúde se insinua nos debates sociológicos sobre a relação do indivíduo com a sociedade. *Cada pessoa singular, por mais diferente que seja de todas as demais, tem uma composição específica que compartilha com outros membros de sua sociedade.*”

A identidade eu-nós é parte integrante do habitus social de uma pessoa e, como tal, está aberta à individualização. Essa identidade representa a resposta à pergunta: ‘Quem sou eu?’ como ser social e individual.”.

Neste aspecto, o ingresso na Cooperativa propiciou em muitos associados uma mudança na maneira como se vêem e sentem, na forma como acreditam que a sociedade os enxerga e em sua percepção de reconhecimento profissional, questões estas a serem abordadas no tópico a seguir.

3.4 - INGRESSO NA COOPDEF: (RE)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SOCIAL?

3.4.1 – Uma análise à luz das teorias do reconhecimento de Axel Honneth e do agir comunicativo de Jürgen Habermas

Em *Trabalho e Reconhecimento Tentativa de uma Redefinição*, Axel Honneth menciona:

“As tendências a uma retirada do mundo do trabalho do centro de reflexão crítica naturalmente não correspondem, de modo algum, à opinião vigente na população. Apesar de todos os prognósticos nos quais se falou do fim da sociedade do trabalho, não se verificou uma perda da relevância do trabalho no mundo socialmente vivido: a maioria da população segue derivando primariamente sua identidade do seu papel no processo organizado do trabalho; em verdade, essa proporção possivelmente aumentou consideravelmente desde que o mercado de trabalho abriu-se para as mulheres em uma medida nunca antes vista. Não se pode falar de uma perda de importância do trabalho unicamente no sentido do mundo vivido, mas também em sentido normativo: o desemprego segue sendo experimentado como um estigma social e como mácula individual, relações precárias de trabalho são percebidas como fardos, a flexibilização do mercado de trabalho em amplos ciclos da população é vista com reservas e mal-estar (Morgenroth, 2003, pp. 17-24; Wilson, 1996). A busca por um local de trabalho que não apenas assegure a subsistência, mas também satisfaça individualmente de modo algum desapareceu; ela tão somente deixou de determinar as discussões públicas e as arenas da disputa política; contudo, deduzir deste estranho e encabulado silêncio que as exigências de uma reformulação das relações de trabalho pertençam definitivamente ao passado seria empiricamente falso e quase cínico. Possivelmente a distância entre as expectativas do mundo socialmente vivido e as temáticas da reflexão sócio-teórica nunca tenha sido tão grande quanto hoje. Enquanto aqui o conceito de trabalho social tem pouca importância geral, lá, as necessidades, angústias e esperanças dos atingidos têm-no mais fortemente que antes no eixo central”.

Surge então o desafio de tentar incluir a categoria trabalho social no marco de uma teoria social que tenha uma perspectiva de melhoria qualitativa não apenas utópica. Para isto, Honneth metodologicamente adotou três passos no artigo mencionado: primeiramente, dividiu as críticas das relações de trabalho existentes em *interna e externa*; após, já no segundo passo, mostrou que o *trabalho social só poderá se caracterizar como norma imanente se for conectado às condições de reconhecimento na moderna troca de realizações*; finalmente, num terceiro passo, desenvolveu a questão sobre *quais exigências imanentes estão conectadas com este acoplamento estrutural entre trabalho e reconhecimento com vistas à estruturação do moderno mundo do trabalho*, afirmando que a idéia de uma organização justa do trabalho, já em Durkheim, encontra maior força normativa do que se poderia à primeira vista imaginar.

Aponta ser necessário visualizar o mercado capitalista não somente sob o enfoque funcionalista do incremento da eficiência econômica, mas, para além disso, do cumprimento da função da integração social, o que provoca a deparação com uma série de normas morais presentes no moderno mundo do trabalho da mesma forma que as normas do agir habermasianas orientadas ao entendimento no mundo socialmente vivido. Com a análise da base normativa da moderna organização do trabalho ele pretende, então, reconquistar a possibilidade de uma crítica imanente das relações reais de trabalho.

Menciona que para Hegel a primeira realização integradora da nova forma da economia consiste na **transformação do “egoísmo subjetivo” do indivíduo na disposição individual de atuar para a satisfação das necessidades de todos os outros**. Para tanto, cada membro (masculino) da sociedade deveria estar disposto a restringir sua ociosidade e contribuir, através do próprio trabalho, para o bem geral, para o que cada qual deveria desenvolver os próprios dons e habilidades, contribuindo para o aumento do patrimônio geral, permanente, em troca do “direito de ganhar seu pão”. Neste sentido, seria criado um sistema de dependência recíproca que garantiria a subsistência econômica de todos os seus membros.

Hegel não olvidou que a produção de bens orientada ao lucro resultaria na acumulação de riquezas nas mãos de poucos, enquanto aumenta à grande massa o “isolamento e a escassez do trabalho singular”, surgindo com isso “dependência e miséria”.

Na “plebe” se encontraria presente grande parte da população, “destituída de qualquer chance do reconhecimento de relações do trabalho mediado pelo mercado que, com isso, padeceria com a falta de ‘honra burguesa’”. **Manter estas camadas empobrecidas mediante gastos beneficentes dos ricos implicaria na subsistência sem a mediação do trabalho, o que contrariaria o princípio da própria sociedade burguesa e o sentimento de autonomia e honra de seus indivíduos.** Ao invés disso, Honneth relembra que Hegel sugere, para a proteção dos pressupostos normativos do reconhecimento recíproco e da honra burguesa, duas instituições, quais sejam, a polícia e as corporações.

Com isso, Hegel se volta contra uma interpretação alternativa da organização capitalista do trabalho, que tem por um dos principais expoentes Polanyi, a qual menciona que o desenvolvimento da economia capitalista deve levar a uma desvinculação de toda moralidade do mundo da vida. Para esta corrente, a disseminação de um mercado geral para trabalho e bens seria criada como um “mecanismo auto-regulado”, sem qualquer limitação moral.

Nos últimos anos, contudo, a tese de Polanyi tem sido posta em dúvida, tendo em vista que a coordenação do agir econômico através de mercados se defrontaria com o fato de “os atores do mercado nem saberem sequer por quais parâmetros deveriam orientar-se em suas ponderações supostas como puramente orientadas a fins, se previamente não houvesse entre os participantes um certo consenso com vistas ao valor de determinados bens, às regras de uma troca equitativa e à confiabilidade do cumprimento das expectativas” (Honneth, *Trabalho e Reconhecimento Tentativa de uma Redefinição*, p. 58).

Axel Honneth menciona que o que Hegel pretende dizer é que o novo sistema do mercado só pode reivindicar a concordância normativa dos afetados sob duas condições: **primeiro, que dote o trabalho feito profissionalmente com um salário mínimo e, segundo, que dê às atividades desempenhadas uma forma que permita reconhecê-las como contribuição para o bem geral, sendo que a principal dificuldade destes pressupostos normativos é que eles devem ter validade geral, além do que têm pouca influência sobre o desenvolvimento econômico de fato.** Para resolver o impasse, propõe que referidas normas devem ser compreendidas como uma base contrafactual da organização capitalista do trabalho, não perdendo sua validade mesmo quando factualmente sua vigência é suspensa.

Ao mesmo tempo, estas certezas normativas formariam o recurso moral dos atores para o questionamento acerca das regulamentações existentes na organização capitalista, não se fazendo necessário recorrer a princípios universalistas ou a valores transcendentais. Honneth menciona que **Hegel, em seu conceito de “honra burguesa”, sintetizou os objetivos de defesa de postos de trabalho suficientemente complexos e não totalmente heterônomos, ou da conquista de salários que garantam a subsistência, todas exigências normativas.** Contudo, suas definições são insuficientes para abarcar normativamente de fato todos os males historicamente combatidos no mundo capitalista de trabalho; o recurso à “corporação” o leva a olvidar que para a massa dos trabalhadores o trabalho assalariado seria esvaziado de todo seu conteúdo qualitativo.

Menciona, então, que apenas Durkheim, 80 anos depois, faria uma nova tentativa enérgica de compreender as demandas de um trabalho dotado qualitativamente de sentido como reivindicações imanentes da forma de economia. Em *A Divisão do Trabalho Social*, pergunta-se se as sociedades modernas, com a divisão do trabalho sempre crescente e cada vez mais organizada na forma de mercado, ainda seriam capazes de criar entre seus membros um sentimento de pertinência social, de solidariedade. Para **Durkheim**, a solidariedade necessária para integrar também as sociedades modernas não deveria fluir de fontes de tradição moral ou religiosa, mas da realidade econômica, não fazendo outra coisa senão o que também Hegel havia realizado em sua apresentação dialética das relações econômicas no capitalismo emergente. Apesar de não ter empregado a linguagem do reconhecimento, seu argumento é o de que na divisão do trabalho mediada pelo mercado surgem relações nas quais os membros da sociedade podem desenvolver uma forma especial de solidariedade, chamada “orgânica”, **porque eles se sabem interdependentes no reconhecimento recíproco de suas respectivas contribuições para o bem-estar conjunto, enfatizando a equidade e a transparência da divisão do trabalho social.** A nova forma de economia só poderia, então, assumir a função da integração social se cumprisse duas condições morais contrafactuais em todas as relações de troca do mercado: **deveria ter condições de partida iguais na aquisição das qualificações necessárias dos trabalhadores e todas as contribuições sociais deveriam ser remuneradas segundo seu real valor para a comunidade.** Portanto, **as organizações normativas do trabalho precisariam estar organizadas não apenas justa e**

equitativamente, como também deveriam cumprir a exigência de relacionar as atividades individuais umas às outras com a maior transparência possível.

Assim, para Durkheim, as novas relações de trabalho só poderiam gerar formas “orgânicas” de solidariedade se fossem experimentadas por todos os trabalhadores como um esforço comum e cooperativo para o bem geral. Para tanto, o trabalhador não deveria permanecer curvado sobre sua tarefa, mas agir e ser também influenciado por seus colaboradores.

Como assinala Honneth no artigo sob análise,

“A situação de fato do trabalho social, seja no regime de produção pós-fordista do Ocidente democrático ou nos países de baixos salários do Segundo e Terceiro Mundos, são de tal modo impregnadas por condições inaceitáveis e insalubres, que toda exigência de uma melhoria sustentável deve soar como o recurso a um ‘dever ser abstrato’.”.

Contudo, as análises de Hegel e Durkheim não perderam seu significado. Com os novos desenvolvimentos da sociologia econômica ficou evidente que o “mercado capitalista de trabalho depende de condições normativas que só estão ocultas atrás de um véu de conjuras sobre as forças auto-reguladas do mercado”.

Como afirma Granovetter (*Economic action and social structure: the problem of embeddedness*), nem tudo o que se revela como pressuposto pré-econômico é de natureza moral; a maioria das regulamentações para comprovar a dependência do mercado de condições externas a ele tem antes o caráter de convenções institucionais e redes sociais.

As reações daqueles que povoam os mercados de trabalho capitalistas contemporâneos somente poderiam ser explicadas se, ao invés da perspectiva da integração sistêmica, fosse adotada a da integração social, pois “o fato de que nas condições dadas há sofrimento e não apenas predomínio da indiferença, que há luta e exigências e não apenas reações de apatia estratégica só pode ser compreendido se o mercado seguir sendo analisado como parte do mundo social da vida”, havendo então poucos motivos para renunciar ao repertório de princípios morais do mundo do trabalho sob pressão das condições dadas da atualidade.

Como visto, normas propriamente morais, segundo Honneth, seriam encontradas apenas quando partilhássemos com Hegel e Durkheim a concepção de que o mercado capitalista de trabalho não é apenas um meio para o aumento da

eficiência econômica, mas também precisa construir um meio de integração social, a partir de que fica claro que o funcionamento deste mercado depende do cumprimento de promessas morais, que precisam ser descritas com conceitos como “honra burguesa”, “justiça meritocrática” e “trabalho dotado de sentido”.

Na escolha entre a perspectiva da integração sistêmica e a da integração social, Honneth propõe a oitiva das vozes dos afetados e não somente a arbitrariedade do teórico. Mencionando Bourdieu, ressalta que, **enquanto a maioria da população sofre sob as relações de trabalho existentes, há poucos argumentos para analisar o mercado capitalista de trabalho apenas sob a perspectiva do aumento da eficiência; pelo menos o que mostram os filhos (e filhas) da sociedade burguesa, parafraseando Hegel, é que o mercado “tem exatamente tantas expectativas para com eles como eles têm direito a ele”.**

Resta então “ouvir a voz” dos cooperados entrevistados para aferir qual perspectiva se mostra preponderante neste grupo: se a sistêmica ou a da integração social e uma forma interessante para tanto seria considerar suas respostas no que tange à preferência em trabalhar com carteira assinada ou continuar na cooperativa, ao que a grande maioria (apesar de se viver em uma sociedade do trabalho, onde o vínculo de trabalho formal normalmente se caracteriza como fundamental para o trabalhador) relatou preferir continuar na Cooperativa, dentre outros, pelo fato de “gostar muito de trabalhar na atual função”, pelo “costume com o grupo”, por “gostar do pessoal” e por “não gostar de receber ordens”; outro cooperado mencionou, ainda, que “Hoje eu faço a carteira, mas ela não me faz”. Apenas três entrevistados demonstraram preferir a carteira assinada, em função das garantias trabalhistas oferecidas e dois, ainda, mencionaram que só sairiam da cooperativa se lhes fosse oferecida uma “função de que gostasse” (o que refletiria um posicionamento de integração social) ou se viesse a “ganhar mais” (agora, finalmente, uma postura sistêmica).

Uma visão de integração social se refletiria nos relatos transcritos a seguir:

C 12: “Carteira assinada é muito importante; ia depender muito do trabalho – *só se eu gostasse da nova função. Acredito que se você ficar trabalhando 1 hora que seja sem gostar aquela hora pesa! É importante ter carteira assinada sim, mas só sairia se gostasse do que fizesse.*”;

C 13: “*Amo o que faço! O vínculo criado na COOPDEF fala mais alto.*”;

C 18: “*Eu acho que prefiro continuar na cooperativa a ter carteira assinada porque não gosto muito de ordem; se eu for fazer algo, me explica que eu faço, mas não repita dez vezes a mesma coisa.*”;

C 04: “*Para mim tanto faz trabalhar com carteira assinada ou continuar na cooperativa, desde que haja um local de trabalho que não prejudique muito minha coluna. Prefiro continuar na cooperativa mesmo que o outro salário seja maior porque já acostumei com o grupo.*”;

C 05: “*Prefiro continuar na cooperativa a trabalhar com carteira assinada porque não surgiu nenhuma outra oportunidade no momento e porque gosto muito de trabalhar como atendente.*”;

C 10: “*Prefiro continuar na cooperativa a trabalhar com carteira assinada porque já acostumei com a cooperativa, com o pessoal. Gosto de participar das reuniões e a gente tem que reconhecer que a cooperativa ajudou muito a gente. Foi um ponto positivo na nossa vida porque foi uma porta que abriu para as pessoas. Tenho que reconhecer o valor da cooperativa para nós – ela ajudou muito a gente.*”;

C 08: “*Hoje prefiro continuar na cooperativa a trabalhar com carteira assinada porque já saí e vi que a diferença é mínima – o primo da minha esposa construiu a casa dele catando papelão (sem carteira assinada). Hoje eu faço a carteira, mas ela não me faz.*”.

No mesmo sentido de “contribuição para o bem comum” e autorealização, um outro cooperado, quando perguntado sobre o porquê de não ter optado por uma outra empresa privada ao invés de entrar na cooperativa, respondeu:

C 01: “*Devido à vontade de ver a cooperativa funcionar; participei de sua fundação e queria vê-la ser aceita no mercado.*”.

Vários outros indícios fornecidos pelas respostas dos cooperados remetem à adoção por eles muitas vezes da perspectiva da integração social complementar e até preferencialmente à sistêmica, cujo principal objetivo seriam os ganhos materiais. É o que se depreende dos seguintes relatos:

“Me sinto orgulhoso em fazer parte da Cooperativa porque estou fazendo uma coisa que eu gosto e as pessoas acabam reconhecendo. Não ‘tô’ aqui por causa do dinheiro. O dinheiro ajuda porque tenho que

pagar as contas, mas aqui conheço outras pessoas e isso vale muito. Hoje conheço o delegado que me ‘quebra o galho’.” (C 08);

“Ingressei porque queria mudar de trabalho – eu fazia uma coisa que achava que não tinha futuro. Quando entrei na Prefeitura entrei como estagiária de telefonista e achei que podia crescer. No momento tenho várias experiências em órgãos públicos, o que é muito diferente de antes. A cooperativa me abriu as portas. Na época eu não tinha ainda Ensino Médio e não podia prestar concurso. Na cooperativa adquiri uma experiência maior e melhor. Se prestar concurso, agora já adquiri experiência, já sei como fazer. A cooperativa abriu as portas para todos nós. Se não fosse ela, como teríamos ingressado na Prefeitura? A cooperativa também ofereceu vários cursos, o que ajudou muito a gente.” (C 10) – relato já mencionado no item 2.3;

“A cooperativa tem algumas vantagens, como o acesso rápido a pessoas, mas os nossos direitos são mais reduzidos – se for pensar em qualidade de vida a cooperativa é melhor lugar para se trabalhar; em termos de direitos, a carteira assinada é melhor; sempre procurei conciliar os dois em todo esse período.” (C 19);

“Ingressei na cooperativa não pela falta de oportunidade no mercado de trabalho nem pela dificuldade em ter carteira assinada. Foi uma oportunidade que apareceu e vi se tinha jeito para isso. Se eu tiver que não ficar aqui lá fora não morro, mas estou gostando muito do lugar em que trabalho. A cooperativa não existiria se não fosse o serviço de cada um. Se alguém é bom de serviço permanecerá. Já trabalho há cinco anos na Secretaria de Recursos Humanos. Aprendi muito com eles; vim de fora e conhecia pouco de Juiz de Fora. Hoje sei fazer tudo no computador.” (C 17) – relato também já mencionado no item 2.3.

Poucas pessoas adotaram uma perspectiva sistêmica, enfocando mais os ganhos materiais do que a autorealização ou a integração com os demais; alguns, ainda, demonstraram procurar conciliar ambas as perspectivas, trabalhando simultaneamente na cooperativa, onde, segundo relato mencionado de um dos cooperados, se teria melhor “qualidade de vida” e com carteira assinada, em que “as garantias trabalhistas seriam melhor preservadas”. É o que se constata nas transcrições a seguir:

C 11: “Para mim tanto faz ter carteira assinada ou continuar na cooperativa porque se valesse a pena, sairia; caso contrário, não. Na cooperativa tenho quase todos os direitos (INSS, abono em caso de doença, bonificação natalina, descanso anual remunerado, partilha de sobras), menos o FGTS, o seguro desemprego e o PIS.”;

C 17: “Para trabalhar com carteira assinada só se houvesse um benefício muito melhor – se a cooperativa existir duzentos anos estarei aqui como funcionário ou qualquer outra coisa – *só saio se tiver um salário maior. Aqui gosto do pessoal, não tenho nada a reclamar.*”;

C 20: “Se tivesse oportunidade de alguma coisa não queria sair da cooperativa. *Já acostumei com ela* – queria continuar nela e arrumar também um outro serviço de carteira assinada.”;

C 16: “A cooperativa pra mim foi muito importante porque foi a primeira vez que alguém acreditou em mim, mas aqui a gente não tem FGTS, PIS, 13º salário. Fora isso só tenho a agradecer à cooperativa – meu chefe disse que eu era imprescindível no serviço, o que me deixou muito feliz. Outro dia ele disse que eu era tão importante que pediu para eu adiar minhas férias.”.

Patrícia Mattos, em seu artigo *O Reconhecimento, entre a Justiça e a Identidade*, acentua que Honneth não acredita que seja suficiente para a construção de uma teoria social pensar a teoria do reconhecimento a partir tão-somente da análise dos novos movimentos sociais, o que se justificaria por várias razões.

Para ele, *para que se possa conceber os conflitos contemporâneos como lutas por reconhecimento seria necessário averiguar quais as formas morais relevantes de privação e sofrimento*; **para a obtenção de uma perspectiva geral das formas típicas de sofrimento fundadas socialmente numa sociedade capitalista, seria preciso incorporar as difusas esperanças e expectativas dos cidadãos.**

Desta forma, ter-se-ia que pensar em um critério normativo abstrato para a análise dos conflitos sociais contemporâneos. Um fator que critica em Frase e Taylor é a superestimação a que eles procedem da capacidade das sociedades ocidentais de homogeneizar o princípio da dignidade ligado à percepção de todos os indivíduos como iguais e à concepção de universalização dos direitos, como fins em si mesmos, com o que removem todos os elementos das lutas políticas por identidade dos conflitos sociais do passado.

Segundo Patrícia Mattos, **para Honneth, “todas as demandas por justiça distributiva podem ser melhor explicadas com a ajuda de categorias normativas que emergem da teoria do reconhecimento”**. Ele defende, então, que *todos os conflitos sociais têm por base uma luta por reconhecimento.*

Para analisar as demandas dos conflitos sociais contemporâneos, passa, então, a utilizar categorias explicativas da teoria do reconhecimento desenvolvidas por ele a partir da teoria do reconhecimento de Hegel.

Patrícia Mattos menciona, então, que a primeira indagação de Honneth tange ao entendimento preliminar das formas possíveis de sofrimento social. Segundo o renomado autor, os estudos sociológicos careceriam de uma análise que ressaltasse a natureza normativa da moral. Citando como exemplo Marx, opina no sentido de que à perspectiva deste faltaria uma hipótese que considerasse as causas potenciais do senso de injustiça²⁰.

Neste ponto, Patrícia Mattos menciona que Habermas foi um dos poucos autores que se dedicou ao estudo da natureza normativa da moral, tendo em vista que o procedimento deste se baseia na idéia de que os indivíduos obedecem à lei porque ela representa os consensos e as aspirações acordados no mundo da vida, encontrando-se vinculado, portanto, a um código moral baseado num entendimento intersubjetivo.

Pela leitura do livro *Consciência Moral e Agir Comunicativo* observa-se que, para Habermas, é justamente devido à guinada linguístico-pragmática que “nos construímos enquanto linguagem”, que é intersubjetiva, em cujo horizonte se inserem a ética, o direito e a moral²¹. Portanto, as pessoas vão construindo discursos, que têm validades morais. Na verdade, se está no paradigma da intersubjetividade – “como eu me percebo e como os outros me percebem” (Mead). *Sem a interação intersubjetiva, corre-se o risco de se incorrer em uma subjetividade apática, insensível ao todo, sendo exatamente por este horizonte linguístico-discursivo que Habermas constrói a intersubjetividade.*

A teoria habermasiana pode ser considerada em prol da integração social e, como consequência, da democracia e da cidadania. Sua maior relevância está, indubitavelmente, em pretender o fim da arbitrariedade e da coerção nas questões que circundam toda a comunidade, propondo uma maneira de haver uma participação mais ativa e igualitária de todos os cidadãos nos litígios que os envolvem e, concomitantemente, obter a tão almejada

²⁰ Aqui cabe contestar a opinião de Patrícia Mattos, que considera faltar a Marx as causas potenciais do senso de injustiça. Referida ausência parece decorrer da própria coerência do pensamento deste autor, para quem, até que se chegasse ao comunismo, observar-se-iam, no âmbito das lutas de classes, apenas alianças e relações estratégicas e se não existe ética, não existe justiça. Erich Fromm, por sua vez, diz que é preciso usar de violência para cada um impor suas razões aos demais.

²¹ No capítulo 4 desta obra Habermas usa Colbert (piagetiano) para mostrar que é possível moralizar a espécie humana através de um agir comunicativo.

*justiça. Essa forma defendida por Habermas é o agir comunicativo, que se ramifica na ação comunicativa e no discurso. A resolução dos conflitos vigentes na sociedade seria viável, então, mediante a melhor solução possível, qual seja, o consenso de todos os interessados.*²²

Tomando por base os estudos de Thompson e Moore sobre as lutas de classe na Inglaterra do século XIX, Honneth afirma que estes autores concluíram que o conteúdo de referidas lutas não era por distribuição de renda, mas sim pelo reconhecimento de expectativas intersubjetivas que não foram cumpridas ou consideradas.

Desta forma, todas as lutas por distribuição representariam “uma luta por reconhecimento de acordos firmados intersubjetivamente e que possuíssem validade

²² Neste aspecto, cabível mencionar a crítica de Axel Honneth ao “déficit sociológico” da Teoria Crítica, em seu livro “Crítica do Poder”. Em entrevista concedida a Marcos Nobre em 11 de junho de 2008 (Folha), Honneth menciona ver o referido déficit na tendência habermasiana de “subestimar em todas as ordens sociais o seu caráter determinado por conflitos e negociações”, opinião compartilhada, inclusive, por muitos autores. Contudo, aqui se faz importante notar que a teoria do agir comunicativo de Habermas deve ser encarada como uma situação ideal de fala, que não implica necessariamente no olvide pelo autor dos conflitos existentes factualmente. É o que se depreende da leitura de um trecho do livro *Modernidade, Utopia e Trabalho*, do professor Gilvan Luiz Hansen (p. 152):

“Ao falar da utopia da ação comunicativa que ocorre num espaço livre de coerções, Habermas não tem em mente a necessária construção de uma sociedade concreta na qual tais características se façam presentes.

Ainda que possa existir ocasionalmente no futuro uma sociedade onde exista uma situação de fala ideal e as pessoas estabeleçam relações de comunicação livre entre si, o mais provável é que isso não ocorra. O que importa não é a existência concreta de tal modelo ideal, mas sim a idéia de que, na condição de seres humanos racionais, devemos buscar contextualmente a melhor organização social possível no sentido de permitir uma vida mais digna e menos ameaçada para as pessoas, num horizonte de comunicação real estabelecido entre sujeitos reais.

Neste sentido, a concepção de utopia em Habermas está longe de enveredar-se pelos preceitos teórico-políticos inspirados na filosofia hegeliano-marxista, cujo teor implicava na proposição de um modelo ideal-utópico de sociedade que por meio da luta revolucionária deveria ser implementado.

Ao contrário disso, *a utopia habermasiana aproxima-se grandemente da noção kantiana de idéia reguladora. A idéia reguladora se coloca como uma condição de possibilidade, apresentando um caráter formal e não uma dimensão substancial.*”.

As distintas versões de um déficit sociológico na tradição da Teoria Crítica da sociedade, preconizadas por Honneth, só poderiam ser superadas, segundo este e como já visto, ao se colocar no centro da vida social um conflito insolúvel por reconhecimento. Desta forma, o consenso moral e a luta social poderiam ser considerados estágios diferentes no processo de reprodução dos mundos da vida sociais.

normativa”, sendo **o não reconhecimento a base dos sentimentos de humilhação, privação e sofrimento**²³.

Habermas, na obra já mencionada *Consciência Moral e Agir Comunicativo*, mencionando Strawson, diz que, quando alguém se sente ofendido, gera-se nele um ressentimento moral, porque há uma expectativa recíproca que é quebrada; há também uma dimensão moral em que cada um, enquanto membro da sociedade, se sente atingido. A moral é então um fenômeno social, presente em todas as instâncias, pressupondo o outro numa relação Eu-Tu e não numa relação objetivante Eu-Isso. O relato de um dos cooperados que afirmou ter sido chamado de aleijado denota uma verdadeira ofensa à própria dignidade de sua pessoa humana, do que surgiu um ressentimento moral. Para Strawson, essa “sensação que fica a arder escondida dentro de nós” e que um dia vai ser retribuída, poderia ser sanada mediante um pedido de desculpas, que restauraria a relação quebrada (com o que Habermas concorda). Como referido pedido não ocorreu no caso concreto relatado, parece que a sensação de “devia ter processado aquele cara” (depoimento literal do entrevistado) não foi sanada e sua forma de retribuição hoje é “não permitir que ninguém mais fale assim comigo ou de um deficiente perto de mim”.

Para Honneth é imprescindível a análise da gramática moral que se encontra por trás de todos os conflitos sociais.

A dicotomia entre demandas por reconhecimento e por distribuição preconizada por **Fraser** para entender a conexão entre cultura e economia no capitalismo **negligenciaria as lutas por reconhecimento presentes em todos os conflitos por igualdade legal.**

²³ Importante ressaltar que Honneth não se apercebe de uma série de elementos hegelianos complicados de se defender. Em *Modernidade, Utopia e Trabalho*, o professor Gilvan Luiz Hansen adota por hipótese que o trabalho é o grande instrumento de viabilização das utopias sociais, confrontando Hegel, Marx e Habermas. Aponta que o conceito de trabalho para Hegel aparece em sentido positivo (alienação como exteriorização); o problema seria justamente que ele não consegue perceber alienação como perda de identidade; abandonando referida lógica de Hegel e remetendo-se à *Fenomenologia do Espírito*, Marx mostra que a alienação é perda de si próprio, apresentando os argumentos pelos quais o trabalho é perda de identidade. Honneth fala do resgate da identidade, como se depreende, por exemplo, do trecho citado: “sendo o não reconhecimento a base dos sentimentos de humilhação, privação e sofrimento”. Não se pode olvidar que se vive hoje em uma sociedade pós-convencional, em que o reconhecimento de Hegel não é mais tão adequado; para escapar de algumas questões de Honneth trar-se-á Habermas à baila. Este defende, por exemplo, que o Estado pode formar uma identidade coletiva, o que, no caso empírico sob estudo, poderia ser traduzido na questão: *até que ponto o reconhecimento preconizado pelos cooperados não é produzido como um rótulo que acabam vestindo? Ao não participar das reuniões, o que se produz é uma cidadania passiva, em que se espera a Diretoria dizer o que se deve ou não fazer.*

A honra acabaria por constituir uma forma dualista, que assumiria duas fontes paralelas e concorrentes de reconhecimento, quais sejam, a legal (baseada na igualdade legal-formal) e a de apreciação social ou *status*, ligada à valorização religiosa do trabalho profissional, isto na passagem à sociedade moderna. No sentido legal, a noção hierárquica de honra é democratizada; no de *status*, é “meritocracizada”, “na medida em que dependente da contribuição individual enquanto ‘cidadão trabalhador’”.

Patrícia Mattos (op. citada, p. 159) ressalta:

“Seria precisamente essa dimensão de princípios embutidos na realidade social que permitira o caráter de racionalidade e de necessidade de justificação pública às formas de reconhecimento mútuo. Um complicador para uma percepção adequada da especificidade de cada uma das pressuposições em jogo na luta por reconhecimento é um certo ‘imperialismo expansivo’ da dimensão legal. A regulação tende a se implantar desde as relações intrafamiliares, a esfera por excelência da autoconfiança, até a dimensão do ‘princípio do desempenho’, a qual passa a ser cuidadosamente separada de garantias legais tornadas ‘direitos sociais’, ou seja, a construção de uma zona social apartada das considerações de desempenho, característico das instituições do *welfare state*.”.

Para Honneth, nenhuma análise sobre “distribuição” deveria, então, desconsiderar a incorporação parcial pelo *welfare state* do recurso “estima social”, o que poderia ser entendido como um avanço do princípio do igual tratamento legal independentemente ou às custas da noção de desempenho diferencial, o que, aliás, seria uma excelente prova histórica da eficácia social do poder de persuasão baseado em razões morais justificáveis. A partir de então uma porção menor de recursos sociais passa a ser distribuído sob o princípio de direitos sociais, enquanto uma porção maior continua sob a égide do princípio do desempenho, que seria a única justificativa para a desigualdade capitalista.

Para o renomado autor, toda a dinâmica da luta pelo reconhecimento parte da relação entre não-reconhecimento e posterior reconhecimento legal, ou seja, toda luta por reconhecimento se dá por uma dialética entre o particular e o geral. Afinal, é sempre uma particularidade relativa, uma “diferença” que não gozava de proteção legal anteriormente que passa a pretender tal *status*. Importante ressaltar que estes conflitos são entendidos num sentido completamente pré-político. Assim como Taylor e contrariamente a Nancy Fraser, Honneth imagina uma experiência de “desrespeito” como estando na base de todo conflito social.

Ele assume então um “monismo moral” (de forma muito semelhante ao que Taylor chama de “hierarquia moral” subjacente às idéias e práticas sociais concretas

do Ocidente), levando em conta que as instituições centrais do capitalismo dependem de um consenso moral, de uma legitimação racionalmente motivada. Portanto, toda ação humana, seja em contextos políticos, econômicos ou culturais em sentido estrito, estaria desde sempre inserida em uma moldura, mesmo que inarticulada e opaca, que pressupõe escolhas e avaliações morais como sua causa última.

No texto *Teoria do Reconhecimento e Movimentos Sociais: o potencial de transformação de ações coletivas moralmente motivadas*, Renato Moraes²⁴ destaca que o ponto central da análise não é uma crítica sistemática da teoria de Jürgen Habermas, mas a apresentação de uma visão complementar, que compreenda os conflitos sociais tanto como novas formas de tematização de demandas, como de disputas utilitaristas por recursos e bens escassos. Trata-se de apontar que a falha na abordagem habermasiana está em não diferenciar as práticas dos conflitos sociais de suas origens e motivações, ou seja, em não atentar para os reais fatores que levam os indivíduos a se engajarem em um movimento de transformação social.

Para Honneth, se redistribuição e novos recursos são importantes para moverem os indivíduos no sentido da ação social, ambos não são suficientemente fortes para despertar neles o sentimento de unidade e compartilhamento de tal experiência, o que só seria possível a partir de percepções quanto à existência de uma gramática moral de desrespeito. É nesse sentido que Honneth, em sua tentativa de trabalhar a dimensão emancipatória do reconhecimento, apresenta uma estrutura dicotômica do aprendizado moral. Por um lado, bastante influenciado pelo jovem Hegel e pela psicologia social de Mead, trabalha a dimensão individual do sujeito da ação, isto é, apresenta as condições necessárias para seu aprendizado moral como resultante de três esferas de reconhecimento – amor, estima social e direito – já que, a partir delas, os indivíduos poderiam formar seus juízos de amor-próprio, auto-estima e auto-respeito. Por outro lado, ele é bastante enfático ao afirmar que, em um contexto social mais amplo, ou seja, nas relações intersubjetivas impessoais que configuram as práticas sociais, a dimensão do amor se vê pouco profícua à formação de conflitos sociais, por lhe faltar os elementos de universalização e generalização implícitos nas esferas do direito e da estima social.

²⁴ Doutorando em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP).

No percurso de uma evolução moral e do aprendizado individual, as três esferas seriam indispensáveis para a formação de indivíduos críticos e reivindicantes.

O conceito habermasiano de Esfera Pública refere-se a uma esfera autônoma de deliberação política constituída por sujeitos igualmente autônomos e aptos para a argumentação racional, funcionando como uma ampliação do domínio público, havendo assim um alargamento do leque de questões anteriormente não suscetíveis de discussão por serem monopolizadas por instâncias de poder. A inclusão, portanto, passaria pela capacidade da Esfera Pública de tornar reflexivo o mundo da vida, ou seja, os conceitos e objetos pré-interpretados, e a partir da qual é possível a socialização e o tratamento mútuo com estima. Para tanto, *ela precisaria ser constituída por regras procedimentais livres de constrangimentos.* As práticas solidárias estariam atreladas às qualidades dos processos de organização da sociabilidade típicas do mundo da vida.

A partir da distinção kantiana das fontes da razão prática entre ética, moral e pragmática, Habermas estrutura um discurso moralmente neutro, capaz de se mostrar o mais inclusivo possível, em que a todos os envolvidos no processo lógico-argumentativo é garantida a possibilidade de dar seu consentimento a partir de regras racionais²⁵. A questão se uma norma controversa é igualmente boa para todo participante é uma questão que precisa ser decidida segundo regras pragmáticas sob a forma de um Discurso real. E é a semelhante processo que chamou justamente de Discurso prático (op. citada, p. 92):

“Enquanto empreendimento intersubjetivo, a argumentação só é necessária porque é preciso, para a fixação de uma linha de ação coletiva, coordenar as intenções individuais e chegar a uma decisão comum sobre essa linha de ação. Mas é só quando a decisão resulta de argumentações, isto é, se ela se forma segundo as regras pragmáticas de um Discurso, que a norma decidida pode valer como justificada. *Pois é preciso garantir que toda pessoa concernida tenha a chance de dar espontaneamente seu assentimento. A forma da argumentação deve evitar que alguns simplesmente sugiram ou prescrevam aos outros o que é bom para eles. Ela deve possibilitar não a imparcialidade do juízo, mas a ininfluenciabilidade ou a autonomia da formação da vontade.* Nesta medida, as regras do Discurso têm elas próprias um conteúdo normativo; elas neutralizam o desequilíbrio do poder e cuidam da igualdade de chances de impor os interesses próprios de cada um. *A forma da argumentação resulta assim da necessidade da participação e do equilíbrio de poder.*”.

²⁵ No capítulo 3 de *Consciência Moral e Agir Comunicativo*, Habermas diz que a ética é diferente da moral e está ligada à idéia do bem viver, que é uma espécie de mínimo denominador comum de todas as éticas.

Quando perguntados se têm noção dos princípios cooperativistas, a grande maioria dos entrevistados respondeu que sim (sob a justificativa de que fizeram curso de cooperativismo ao ingressar na COOPDEF), mas a própria linguagem empregada por alguns deles parece contestar esta afirmação. Por exemplo, vários mencionaram que muitos cooperados só comparecem às reuniões se o assunto for “dinheiro”; um deles, inclusive, utilizou o termo “salário”, quando era de se esperar de um cooperado realmente ciente dos princípios cooperativistas o uso da expressão “retirada”.

Quando perguntados se eles próprios comparecem regularmente às reuniões, quatro responderam que raramente; dois disseram “quando posso”; dois mencionaram que “às vezes fica difícil, devido ao horário do expediente”; sete afirmaram “fazer de tudo para ir praticamente sempre” e cinco disseram ir sempre (destes, quatro eram membros da Diretoria e um, do Conselho Fiscal).

Quatro cooperados mencionaram que as “panelinhas” são comuns e três disseram que muitas vezes preferem ficar quietos, sem dar sugestão, porque “uns defendem sua opinião até o fim, mas de modo intransigente, achando que são os donos da verdade e que ‘ganhar no grito’ é a solução. Não entendem como é importante conversar, se entender e trocar idéias. O diálogo é o melhor caminho para a Cooperativa crescer.”

Por outro lado, ao serem perguntados se iam aos encontros de Economia Solidária, praticamente apenas três cooperados responderam que sim, sendo que dois mencionaram que só vão aos encontros regionais, tendo em vista a dificuldade de ir aos nacionais, devido à distância, mencionando que nestes somente a presidente costuma ir. Três outros cooperados mencionaram não ter conhecimento da Rede de Empreendimentos Solidários, o que atribuem ser de sua própria responsabilidade, tendo em vista que geralmente há circulares avisando.

Quando perguntados se já foram a algum encontro regional de pessoas com deficiência, a maioria dos entrevistados respondeu que sim, ressaltando, mais uma vez, que aos nacionais não, devido à distância, que no geral incompatibiliza o cumprimento regular do expediente. Três mencionaram, inclusive, que não compareciam antigamente a referidos encontros, o que mudou após terem ingressado na Cooperativa.

Quando perguntados se se encontravam cientes da intenção da COOPDEF de enviar à Câmara Municipal um projeto de lei a respeito das cooperativas de prestação de serviços, sete cooperativados responderam que não; oito disseram estar cientes, sem, contudo, terem participado de sua elaboração e apenas cinco disseram estar cientes e ter participado de sua confecção (dentre estes, quatro eram membros da Diretoria e um do Conselho Fiscal).

Em praticamente todos os relatos constatou-se que providenciar a renovação dos contratos ou estabelecer novas parcerias são providências quase sempre tomadas exclusivamente pelos membros da Diretoria.

Por todos estes dados, parece que vários entrevistados muitas vezes adotam uma cidadania cosmopolita ou passiva, delegando principalmente aos membros da Diretoria suas próprias decisões, vivendo na heteronomia e reproduzindo a menoridade em que, segundo Immanuel Kant em *Resposta à pergunta: Que é o Esclarecimento?*²⁶, se encontraria a maior parte da humanidade.

Vários entrevistados ressaltaram a necessidade do diálogo, da realização de debates para se chegar à melhor solução para as dificuldades e desafios enfrentados pela Cooperativa no dia-a-dia, mas por algumas respostas obtidas (e acima mencionadas) parece que, na prática, não participam efetivamente de muitos destes procedimentos. Tal fato empobreceria a possibilidade de diferentes argumentações para se tentar chegar a um consenso e implicaria no prejuízo do próprio procedimento democrático que poderia (e deveria) reger todo e qualquer ato cooperativo.

Habermas, em sua teoria do agir comunicativo, já preconiza que nela cada um é *motivado racionalmente* pelo outro para uma ação de adesão, devendo *o interlocutor apresentar autonomia de decisão, sendo este aspecto fundamental na prática cooperativista* (não confundir exposição de argumentos e diminuição ‘do déficit motivacional’ com imposição unilateral de decisões!). O relato de três cooperados acima mencionado de que pessoas vão às reuniões muitas vezes se achando “donas da verdade”,

²⁶ Na referida obra Kant menciona que menoridade “é a incapacidade do homem em fazer uso do seu entendimento sem a direção de outro indivíduo”, o que seria culpa do próprio homem que, por covardia ou preguiça, escolheria ficar sob a tutela de outros. Esclarecimento, por outro lado, seria “a saída do homem de sua menoridade”, um processo que, segundo Kant, poderia ser difícil, mas passível de ser obtido se dada a “verdadeira liberdade, inevitável para que um público se esclareça.”.

querendo impor suas decisões às demais, parece justamente vir de encontro à ética do discurso habermasiana, cujo conteúdo normativo poderia ser explicitado pelas seguintes regras²⁷:

“É lícito a todo sujeito capaz de falar e agir participar de Discursos.
É lícito a qualquer um introduzir qualquer asserção no Discurso.
É lícito a qualquer um manifestar suas atitudes, desejos e necessidades.”.

Para Kant (no que Habermas concorda), **a ética dependeria da vontade, da liberdade e da autonomia. Se faltasse uma delas, não haveria democracia.**

A esse respeito, Habermas assim se pronuncia (op. citada, p. 114):

“Se todo o potencial crítico de uma idéia é eliminado, já estou aprovando a norma sem legitimidade e ferindo a livre manifestação das opiniões, desejos, etc”.

O processo democrático seria um processo de legitimação normativa desde que os atingidos por esta norma participassem de sua confecção. Os relatos de alguns cooperados parecem denotar uma defasagem no que tange ao “querer”; parece faltar a alguns deles não apenas uma maior conscientização dos princípios cooperativistas, mas a própria vontade e determinação de agir de forma mais participativa.

A ética do Discurso habermasiana adota também outros princípios, tais quais o da sinceridade, o da não contradição, o da participação e o do não coagir. Por um lado, Habermas critica o caráter monológico da ética kantiana e propõe que seja analisada sob uma perspectiva intersubjetivista; por outro, adere ao imperativo categórico Kantiano²⁸, que se traduz nas seguintes premissas: **“Age de tal modo que tua ação sirva de modelo aos demais”** e **“Trata a humanidade na tua pessoa ou na de qualquer outrem não somente como um meio, mas sempre como um fim em si mesmo”**. Qualquer tipo de coação implicaria no prejuízo de cada um atuar de acordo com seus desejos e expectativas; considere-se, contudo, que, se por um lado alguns entrevistados contestaram a atitude dos cooperados que consideram agir de um modo arbitrário em sua forma de se expressar, por outro alegam não reproduzir tal comportamento.

²⁷ IN: *Consciência Moral e Agir Comunicativo*, p.112.

²⁸ IN: *Fundamentos da Metafísica dos Costumes*.

Sob outro ângulo de análise, mas ainda a respeito da ratificação ou não pelos entrevistados dos princípios ético-discursivos habermasianos, importante ressaltar a vinculação da COOPDEF aos órgãos públicos, único cliente de que dispõe. Aspecto que chamou a atenção foi um depoimento da presidente no qual mencionou a necessidade de um diálogo e *de não se “bater muito de frente” com a parte contratante, sob pena de a Cooperativa encontrar dificuldades na renovação do contrato*. Por um lado, se concessões têm que ser feitas para a manutenção do vínculo contratual, por outro o contrato da COOPDEF com a Prefeitura *provavelmente* seria (conforme relato de um dos cooperados) o último dos de terceirização de mão-de-obra a ser extinto, tendo em vista o seu enquadramento como Cooperativa Social. Pelo exposto, parece haver, por um lado, uma certa pressão externa por parte do ente contratante, que indica uma necessidade de a COOPDEF ceder para manter os contratos²⁹; por outro, o fato de ser considerada uma Cooperativa Social lhe conferiria uma certa vantagem para a manutenção do referido vínculo. Esta possível coação externa, além de parecer dificultar a dinâmica dos próprios cooperados, viria de encontro a um dos fundamentos já mencionados da ética do discurso habermasiana, qual seja, o não coagir, elemento que poderia servir de pano-de-fundo de um ideal de cooperativismo solidário.

Mencionando Honneth como contraponto a Habermas, Renato Moraes, no artigo *Teoria do Reconhecimento e Movimentos Sociais: o potencial de transformação de ações coletivas moralmente motivadas*, assim ressalta (p.7):

“Ainda que em *Facticidade e Validade* Habermas coloque, ao lado de uma teoria do discurso fundada na moral, uma teoria discursiva do direito (democraticamente legitimado), o potencial de inclusão desse novo direcionamento teórico mantém-se inalterado. Ao pretender refletir sobre a validade da instituição do Direito, Habermas restringe o agir prático à instauração de um padrão de conduta direcionado à ação responsável, justa e solidária. Visando solucionar os problemas práticos da vida, **Habermas considera que um dos principais entraves à solidariedade social é a inaptidão das pessoas em se reconhecerem como iguais em direitos e capacidades.**

²⁹ Neste aspecto, questiona-se até que ponto as concessões seriam realizadas de forma equânime pelas partes da relação contratual. Atente-se, contudo, que a reivindicação e o deferimento para a equalização da remuneração dos cooperados em relação aos terceirizados que com eles trabalham e exercem, na prática, as mesmas funções, só se deu na época da finalização do trabalho de campo, ou seja, em junho de 2009 e mesmo assim ainda não foi obtida em relação a todos os contratos da COOPDEF.

Uma alternativa ao procedimentalismo habermasiano é o retorno que Honneth faz ao pensamento de Sartre³⁰, sobretudo ao seu conceito de negatividade inevitável das relações subjetivas.”.

Honneth afirma a necessidade de se pensar em uma alternativa para a formação das ações coletivas e, conseqüentemente, para os movimentos sociais. Para ele, o importante na determinação das condições de possibilidade da constituição destes movimentos é a formação de um horizonte abstrato de valores éticos, capaz de possibilitar as lutas por reconhecimento em sociedades pós-tradicionais sem que se perca, com isso, o potencial de solidariedade das formas coletivas de identidade.

Para Honneth, a ética formal enfeixa um conjunto de três condições abstratas e formais (amor, direito e estima), indispensáveis para um indivíduo se constituir como pessoa num processo reflexivo. Em outras palavras, *ao poder analisar, por si mesmo, as perspectivas segundo as quais o agente é visto pelos demais com os quais interage, ele é capaz de se perceber como ser dotado de capacidades e propriedades positivamente valoradas*. Tais variações desse ser-no-mundo são, precisamente, as condições mínimas para que um indivíduo possa assumir um processo interativo simétrico, ou seja, um processo no qual os sujeitos da ação gozam de um nível igual de respeito, indispensável ao reconhecimento. Ao retomar essa tríade da eticidade hegeliana, Honneth vê as múltiplas esferas da vida como indispensáveis para os indivíduos, por si mesmos, construírem atitudes positivas em relação a si próprios. *Sua tentativa de fundar a ética sobre novas bases exige a compreensão das situações de conflito como uma luta por condições intersubjetivas assecuratórias da integridade pessoal. Tal passo, se não desconsidera a disputa por bens escassos (fundamento de uma ética utilitarista) tenta, ao menos, desobstruir os entraves que esta última teoria apresenta à análise dos sentimentos morais compartilhados por uma coletividade*.

*Um aspecto final na construção de estima social exige que não se percam de vista os limites do potencial emancipador do trabalho, bem como a relativização da competência comunicativa na promoção da solidariedade. **Trata-se da necessidade que indivíduos, em número significativo, têm de se tornar visíveis no processo interativo,***

³⁰ Sartre diz que o “olho do outro é uma desgraça porque nos vê como somos e não como achamos que somos”, ou seja, o “olho do outro” desmascara muitas vezes o que achamos que somos.

visibilidade esta para além não só do mero ato de conhecimento (*cognition*) da presença do outro, mas de um reconhecimento moralmente valorado, pois a invisibilidade é justamente a perda da capacidade de percepção do indivíduo, indispensável ao reconhecimento. Trata-se da questão da construção dos seus olhos internos, olhos esses que olham através dos olhos físicos sobre a realidade (Ralph Ellison apud Honneth, 2003, p. 126).

A questão da (recuperação) da estima social e, conseqüentemente, de uma auto-estima, se revela nos seguintes depoimentos:

“A forma de a sociedade me ver mudou muito porque a cooperativa está dando a oportunidade de a gente mostrar o nosso trabalho, com o que as pessoas te vêem de outro modo. Antes a gente não era ninguém e agora nós passamos a ser profissionais.” (C 20);

“A forma de a sociedade me ver se modificou pela capacidade de produção.” (C 19);

“Vejo o meu trabalho na cooperativa como muito importante porque é uma contribuição que a gente dá para a cooperativa, permitindo que ela cresça e também permite que o bom profissional seja reconhecido. A gente tem deficiência física mas tem grande capacidade profissional e é isso o que importa.” (C 10);

“O trabalho na cooperativa é muito importante porque é uma base que a gente tem para ser reconhecido, você tem o seu valor como profissional e nos outros lugares não te dão esse valor.” (C 16);

“A maneira da sociedade me ver mudou depois de ter entrado na COOPDEF devido ao respeito que hoje ela tem dentro do mercado de trabalho, porque hoje ela se tornou um ponto de referência em Juiz de Fora para o ingresso dos deficientes no mercado de trabalho.” (C 01);

“Acredito que a forma da sociedade nos ver quando sabem que a gente é da cooperativa mudou porque as pessoas têm mais respeito, sabem que a gente não é incapaz. Achavam que o deficiente ficava em casa, sendo sustentado; mudou muito, mas ainda se esbarra na discriminação.” (C 02);

“Acho que a maneira da sociedade em geral me ver mudou após ter ingressado na COOPDEF porque todo mundo me vê como uma pessoa trabalhadora – antes trabalhava só no meu bairro; eu conhecia menos gente.” (C 03);

“Mudou, porque hoje eles têm uma outra visão porque passam a ver que nossa deficiência não é algo que nos impede (nosso trabalho tem maior visibilidade – mais pessoas me vêem trabalhando – lido mais com o público).” (C 04).

Neste ponto, dos poucos que responderam que a forma de a sociedade os ver não se modificou após o ingresso na Cooperativa a visibilidade de sua deficiência aparece como a principal causa:

“Acho que a maneira de a sociedade em geral me ver não mudou porque apesar de eu ter uma limitação ela não aparece. A sociedade me vê como uma pessoa normal, mas quando vou exercer os meus direitos de deficiente elas me olham como se eu estivesse sendo mais esperto, mais malandro que os outros.” (C 09);

“Fisicamente ninguém repara no meu problema. Quando me perguntam se sou funcionária, respondo que sou da COOPDEF, o que causa estranheza, mas ‘tiro de letra’.” (C 13);

“A forma de a sociedade me ver não se modificou porque eu não saio dizendo que sou deficiente nem que trabalho numa cooperativa própria para deficientes – então para quem me via antes e agora é a mesma coisa, como se eu estivesse trabalhando em qualquer outro lugar.” (C 12).

Quando questionados se consideravam que seu reconhecimento profissional pela sociedade aumentou, diminuiu ou permaneceu o mesmo, a grande maioria respondeu que aumentou, praticamente pelos mesmos motivos que em sua opinião fizeram com que a sociedade tenha passado a vê-los “com outros olhos”. Seguem alguns relatos:

“Meu reconhecimento profissional aumentou porque quando se trabalha com o ser humano você passa mais a se valorizar e também às pessoas que estão à sua volta.” (C 18);

“Meu reconhecimento profissional aumentou, pelo modo das pessoas me tratarem. Tratam com mais respeito, me consideram mais produtivo, mais capaz.” (C 02);

“Aumentou, porque agora temos mais contato com o pessoal; a interação com o contribuinte melhorou muito; também conversamos mais entre nós (os cooperativados), com os usuários e com as pessoas sem deficiência.” (C 05);

“Meu reconhecimento profissional aumentou porque dei de mim e eles reconheceram isto – com o tempo eles (o público e o empregador) vêem que sou capaz de fazer o que me proponho.” (C 06);

“Aumentou, porque as pessoas têm mais respeito, nos vêem mais como profissionais.” (C 20);

“Aumentou, porque aprendi a fazer muitas coisas que não sabia.” (C 17);

“Aumentou, porque fiz cursos, adquiri experiência e hoje posso trabalhar numa empresa, como telefonista ou recepcionista ou numa escola, na biblioteca. O ponto negativo da cooperativa é que a carteira não é assinada.” (C 10);

“Meu reconhecimento profissional aumentou porque na verdade consegui abrir mais uma porta de trabalho, de oportunidades, mais pessoas me conheceram e puderam ver a qualidade do meu trabalho, a forma como trabalho.” (C 07).

Outra cooperada admite o aumento de seu reconhecimento profissional, mas não de modo suficiente:

“Talvez meu reconhecimento profissional tenha aumentado um pouco, mas não no valor devido, porque ainda sou considerada uma ‘coitadinha’, que precisa da cooperativa senão não consegue realizar suas coisas. Preciso da cooperativa porque o apoio deles é muito importante na sociedade, mas não que eu não seja capaz de trabalhar sem estar nela; a sociedade é que não quer dar oportunidade para a gente. Agora quero me casar mas não estou conseguindo completar minha renda (arrumar outro emprego).” (C 16).

As poucas opiniões sobre a permanência do mesmo reconhecimento profissional antes e depois de ter ingressado na cooperativa foram atribuídas à questão da visibilidade da deficiência (novamente) e também à permanência no exercício da mesma atividade, à habilidade em realizar as tarefas ou ao fato de trabalhar em si, o que uma das cooperadas revela desde muito jovem ter feito:

“Meu reconhecimento profissional permaneceu o mesmo porque é certo que trabalhei em funções diferentes, mas nunca deixei de tentar manter o nível numa e noutra e acho que esses anos todos nunca deixei de fazê-lo. Posso até não gostar do curso, mas vou e faço, ficando aberta para qualquer coisa.” (C11);

“Meu reconhecimento profissional permaneceu o mesmo porque eu sempre trabalhei, sempre fiz por onde; então se tenho algum reconhecimento é desde os 12 anos (trabalho desde os 12 e não de agora).” (C 12);

“Considero que meu reconhecimento profissional permaneceu o mesmo, já que exerço a mesma função e não estive em outros locais antes.” (C 14);

“Meu reconhecimento profissional permaneceu o mesmo porque você só é visto na função que você faz. Têm pessoas que estão supersatisfeitas e querem morrer assim.” (C 15).

A perspectiva de um reconhecimento mútuo entre os próprios membros da Cooperativa se revela nos seguintes pronunciamentos:

“A maneira da sociedade em geral me ver mudou após ter ingressado na cooperativa porque hoje tenho mais conhecimentos (rede com as pessoas); na cooperativa um ajuda o outro; somos autônomos, mas há mais afinidade entre os cooperados – o grupo é unido; o vínculo é forte entre o pessoal (entre os 9 cooperativados do JF Informação) e quando há reuniões, palestras, o vínculo também é forte com o pessoal de lá (da Diretoria e com os outros também).” (C 05);

“Ingressar na cooperativa me proporcionou mudança na maneira como me vejo e sinto porque antes pensava só em mim; então eu vi que juntando várias pessoas a gente pensa bem melhor que individualmente.” (C 06);

“Ingressar na cooperativa mudou a maneira como me vejo e sinto porque estou diante de um grupo em que todos são iguais em gênero e grau.” (C 09);

“Ingressar na cooperativa mudou a forma como me vejo e sinto porque hoje tenho uma visão social diferente; algumas, quase todas as barreiras que tinha em relação às outras pessoas com deficiência mudou. Antes não queria viver a situação que vivo hoje; depois do acidente eu não queria entrar em contato com outras pessoas com deficiência, eu tinha preconceito; na verdade, eu me via nestas pessoas e eu não queria me ver nesta situação; quando entrei na Cooperativa isto começou a mudar. Na bilheteria em que trabalhava antes não convivia com outras pessoas com deficiência.” (C 01) – relato já mencionado no item 3.1.

Este mesmo cooperativado, mais adiante, assim se pronunciou sobre como se sente em fazer parte da Cooperativa:

“Hoje, orgulhoso; já fui envergonhado e indiferente. Envergonhado porque tinha que lidar com outras pessoas com deficiência, não por estar em contato com elas, mas pela minha própria deficiência (elas eram como um espelho) e indiferente porque para mim tanto fazia – vinha, trabalhava e não me envolvia. Hoje minha visão

mudou – eu não via o deficiente como alguém interessado em construir algo; quando vi que a idéia da cooperativa foi andando e vendo que o deficiente é capaz, isto foi mudando. Hoje me sinto orgulhoso vendo que algo que deficientes juntos fizeram é referência – o que antes era tido com desprezo (ah, ‘tadinho’!), hoje são parceiros nossos.”.

Honneth se baseia na psicologia social de Mead, fundada no processo de aprendizado e adoção de papéis, para demonstrar como no interior de indivíduos historicamente desprovidos de auto-estima, auto-respeito e amor-próprio é possível uma consciência capaz de refletir não apenas sobre sua condição de desrespeitados, mas principalmente de pensar formas de reverter esse quadro, já que caberia ao invisível fazer-se notado.

Mead afirma ser a própria comunidade ou o grupo social organizado que proporcionam ao indivíduo sua unidade de pessoa, chamada de “outro generalizado”. A idéia de reconhecer-se no outro é o fio condutor de Mead para a constituição da forma elementar da auto-referência, tornada possível através da interpretação de um outro participante da interação. O argumento seria, então, funcionalista, com o qual a situação de interação se apresenta como o *locus* privilegiado para a adaptação e a emergência da autoconsciência.

Ao analisar os mecanismos de aprendizado dos papéis sociais, Mead faz um paralelo com o desenvolvimento das crianças, em que se destacam três estágios. O primeiro seria o da brincadeira, fase na qual de um modo geral a criança interage com um amigo imaginário, assumindo ambos os papéis na interação; o segundo seria o jogo, em que já se mostrariam capazes de assumir o papel desempenhado por um número relativamente maior de atores, em que a antecipação do comportamento desses demais agentes serve como um guia para a criança em suas ações. *O avanço se deveria, então, parcialmente, ao desenvolvimento biológico da criança e, em parte, pelo fato de ela se colocar no lugar do outro, assumindo o papel dele.* O jogo seria mais complexo que a brincadeira, mais exigente em relação à capacidade cognitiva da criança, tendo em vista que nele ela deve antever a atividade de todos os demais envolvidos na atividade lúdica, visto que seus atos são sempre expectativas e resultado dos demais jogadores.

O terceiro estágio, finalmente, seria o do “*outro generalizado*”, em que os indivíduos já são capazes de assumir todas as várias perspectivas da comunidade de atores, das crenças compartilhadas e das normas das várias esferas individuais de interação. *Esse outro seria, portanto, a própria organização das atitudes dos demais envolvidos no mesmo processo, com o que o indivíduo adquire a capacidade abstrata de participar das interações reguladas de seu meio e acaba por ser constituído um senso comum, percebido pela criança e por aqueles que a cercam.*

A diferença entre a criança e o adulto é que ela, no início de sua formação, não possui uma visão desinteressada das relações intersubjetivas. Na primeira, há uma aparente anterioridade do reconhecimento em relação ao conhecimento, enquanto no adulto co-habitam as duas formas de interação com o outro. Quando se cumprimenta um desconhecido, por exemplo, procede-se a um mero ato de *conhecimento*, de visibilidade física e identificação da presença elementar do outro, o que não acontece quando dois adultos agem como se um terceiro não estivesse presente, sendo isso o que Honneth chama de “olhar através do outro”. Esse caso de desrespeito configuraria uma valoração negativa do indivíduo, pois **o reconhecimento, segundo Honneth, é antes de tudo a manifestação do valor atribuído a alguém na forma pública.**

Parece que foi justamente este ato de ignorar a presença do outro ou, pior ainda, de querer dizer que o outro não é ninguém, que uma das cooperativadas mostra no relato de uma experiência vivenciada:

C 20, deficiência física, negra, 39 anos: “Acho que mudou muito a forma de a sociedade ver as pessoas com deficiência, mas ainda tem preconceito. Já me perguntaram quando eu estava atendendo: ‘Cadê a moreninha? Cadê a branquinha? Não tem ninguém aí não?’. Eu estava de jaleco atendendo; então, ela me *discriminou duas vezes: por ser negra e por ser deficiente.* Para ela, **não havia ninguém lá.**”;

C 08: “Meu reconhecimento profissional aumentou porque você está se impondo e mostrando uma causa que já era para estar sendo vista e não precisaria sequer ser mostrada; então, você tem que mostrar a cooperativa para as pessoas verem.”.

Para Mead, a capacidade de apreender as expressões faciais dos indivíduos se complexifica, no adulto, pela capacidade discursiva dos indivíduos em interação. Segundo

ele, “sobretudo pelos gestos vocais, o indivíduo é capaz de provocar em si mesmo as reações que ele próprio desperta em seus coniventes, o que implica em sua capacidade de incorporar os gestos e atitudes que suas próprias atitudes provocam nas outras pessoas”.

No momento em que o agente se apropria do significado objetivo de seus *gestos sonoros* ele adquire a auto-referência necessária para reduplicar-se, passando à instância de um *Me* que acompanha o *Eu*, ambos indispensáveis para a pessoa em sua plena expressão. Através do desenvolvimento completo dessas duas estruturas do *Self* que o indivíduo, no que tange ao *Me*, pode adotar a atitude dos demais sujeitos de um determinado grupo, o que lhe possibilita pertencer a uma dada comunidade, o que se dá pelo fato de **o processo de individualização social exigir que os indivíduos sejam capazes de agir com autonomia e também de imprimir uma conduta consciente ao longo de suas vidas.**

Para Mead, o *Eu* seria a reação do organismo às atitudes dos outros, ao passo que o *Me* seria a série de atitudes organizadas dos outros que o mesmo organismo adota. As atitudes do outro constituiriam, então, o *Me* organizado, e logo uma reação feita para eles como *Eu*.

Através de tal processo reflexivo o sujeito se faria consciente e capacitado para adaptar-se a esse processo, tanto quanto para modificar seus resultados em qualquer ato social, graças à sua adaptação a ele. A persistência da sociedade e da cooperação entre grupos coletivos dependeria dessa característica de exercitar de forma imaginária os cursos possíveis da ação, a fim de que, desse modo, os agentes fossem capazes de selecionar os comportamentos que pudessem facilitar o ajustamento aos diferentes comportamentos, assim como a cooperação mútua.

Mead percebe que as reações comportamentais que o sujeito tenta impor a si mesmo são pautadas pelas exigências normativas do ambiente do qual faz parte.

A auto-realização prática tornar-se-ia, portanto, possível graças à existência de um *Me*, que operaria na contramão da impulsividade de um *Eu* resistente. Ao se mostrar capaz de assumir normas sociais da ação *desse outro generalizado*, mostrar-se-ia igualmente capaz de estabelecer relações de reconhecimento mútuo e de aprendizagem de seus papéis. **Desse modo, o indivíduo em situação de desrespeito seria capaz de perceber que as próprias expressões dos atores na relação intersubjetiva carregariam nuances indicativas da forma de reconhecimento com a qual seria tratado, a chamada**

semântica coletiva, que traria consigo um conjunto de doutrinas e idéias morais, obstáculo às estruturas de dominação e desrespeito, que se sobrepunham aos indivíduos, fazendo com que tanto o desrespeitado quanto aquele que faltou com o respeito sejam capazes de comungar da mesma percepção acerca do ato praticado.

O processo reflexivo entre as duas perspectivas do *Self*, quais sejam, o *Me* e o *Eu*, parece se depreender das respostas fornecidas pelos entrevistados no que tange à mudança na forma como se vêem e sentem. A resistência e reações do *Eu* face ao *Me* se manifestam nos seguintes relatos:

“Nunca fui de abaixar a cabeça, a cooperativa só foi uma forma de me ajudar. Antes, eu já era do jeito que sou; nunca deixei me abater em nada, nem por ser deficiente.” (C 20);

“Ingressar na cooperativa não mudou a forma como me vejo e sinto porque nunca tive preconceito; me sinto o mesmo; aquela inibição (como eles falam) de sair na rua, de ter colegas, nunca tive.” (C 02);

“Ingressar na cooperativa não mudou a maneira como me vejo e sinto porque sempre me vi de um jeito e não mando recado.” (C 07);

“Não houve mudança na maneira como me vejo e sinto porque nunca deixei minha deficiência ser maior do que eu.” (C 08);

“Não acho que a maneira de a sociedade em geral me ver sofreu alguma alteração após ter ingressado na cooperativa porque nunca dei importância ao que as pessoas pensam a meu respeito; por isso é que muitos deficientes são revoltados – quando você vê um deficiente pegando peso, por exemplo, a pessoa diz: ‘deixa que outro pega! Deixa o peso!’” (C 06);

“A maneira de a sociedade em geral me ver não sofreu alteração após ter ingressado na cooperativa porque sempre me impus; não sou ‘coitadinho’. A pessoa com deficiência tem que se impor – tem que dançar, jogar bola.” (C 08) – relato já mencionado no item 3.1.

Por sua vez, a influência do *Me* no processo de construção do *Eu* se reflete nas seguintes declarações:

“Ingressar na cooperativa ocasionou mudança na forma como me vejo e sinto, pois me fez me conhecer muito mais tanto no profissional quanto no pessoal; como ser humano você se reconhece com os

demais; você lida com o público e o chefe em situações difíceis, em contextos diferentes, então você se conhece muito mais.” (C 13);

“Ingressar na Cooperativa mudou a maneira como me vejo e sinto porque estou ajudando as pessoas do mesmo modo que estou sendo ajudada por aquelas que trabalham com a gente na cooperativa.” (C 18);

“Ingressar na cooperativa mudou a maneira como me sinto porque me deu mais sociabilidade – o grande benefício da cooperativa é a socialização.” (C 19);

“Ingressar na cooperativa mudou a forma como me vejo e sinto porque hoje sou mais solicitado; a gente ‘tá’ vendo que é muito bem solicitado (as pessoas vêm direto pra gente) – muita gente diz que quer ser atendido por mim, independente da deficiência.” (C 05);

“Ingressar na cooperativa mudou a forma como me vejo e sinto porque saio mais, aprendi muito. A gente conhece várias pessoas, fica mais experiente – se não, eu ficaria no ‘mundinho’ da minha casa – aqui tem um ponto de encontro – é muito bom.” (C 10);

“Ingressar na cooperativa mudou a forma como me vejo e sinto porque me senti bem mais útil, para ser sincera bem mais vivida.” (C 12);

“Ingressar na cooperativa propiciou uma mudança total na forma como me vejo e sinto porque eu me vi como gente, que eu sou capaz. Por isso me sinto orgulhosa em fazer parte dela.” (C 16).

Finalmente, concluindo seu artigo *Teoria do Reconhecimento e movimentos sociais: o potencial de transformação de ações coletivas moralmente motivadas*, Renato Moraes expõe:

“A experiência compartilhada de situações de não-reconhecimento possibilita aos sujeitos desrespeitados identificarem uns nos outros suas vãs condições, o que representa a massa de sentimentos partilhados indispensáveis à luta pelo reconhecimento. Dessa visibilidade das situações de desrespeito, até então naturalizadas, advém todo um potencial de conscientização do valor moral ou social e de si próprio, enquanto sujeito engajado em um movimento comum de resistência. É nesse sentido que Honneth afirma que os movimentos sociais, entendidos como conflitos sociais, não podem ser apreendidos somente como disputa de interesses, isto é, orientações dirigidas a fins, devendo ser apreendidos como uma unidade, em que o determinante é uma unidade psíquica centrada no sentimento de injustiça, de tratamento desigual, social ou juridicamente.”

Quando questionados sobre a participação em associações, movimentos de militância sindical, política, ambiental e religiosa antes e após ingressar na Cooperativa, as respostas foram: quatro responderam simplesmente que não participavam; os outros assim se expressaram: “Nunca participei de nenhum destes movimentos, mas sempre que há o convite para o encontro entre pessoas com deficiência eu vou.” (C 01); “Não vou a nenhum encontro nem palestra sobre pessoas com deficiência, mas fui no curso SENAC pela cooperativa.” (C 04); “Não participo de nenhuma associação; já participei de Grupo Jovem de Igreja, mas sou contra movimentos de militância política, sindical, *mas a favor das pessoas com deficiência sou a favor*. Quanto mais político safado tiver no grupo pior é.” (C 08); “Não participo de nenhuma associação, mas tenho vontade. Se eu tivesse uma experiência maior, seria vereadora para fazer lei para o meio ambiente e levar esses projetos para a Câmara. O último projeto recolheu as pessoas da rua, que passaram a receber salário. *Participei de um movimento a favor das pessoas com deficiência antes de ingressar na cooperativa, para saber como funciona.*” (C 10); “Participo da Associação de Escoteiros, que reúne vários grupos; já participei do CINDEF (Centro de Integração dos Deficientes de Juiz de Fora – fui 1ª Secretária), órgão hoje extinto, mas da parte política nunca participei.” (C 11); “Não participo de nenhum destes movimentos. *Mas cooperativa já é alguma coisa militante, não? Pois já está mostrando à sociedade do que você é capaz.*” (C 17); “*Não participo, pois penso que se consegue as coisas de outra forma, não precisa de briga, discussão – tudo dialogado é melhor.*” (C 13); “Participo da associação do meu bairro.” (C 14); “*Participo do Conselho de Segurança Alimentar de Juiz de Fora, do Conselho de Saúde, faço parte do Movimento Negro e trabalho como representante da COOPDEF na Rede de Empreendimentos Solidários da Região da Zona da Mata. Às vezes me convidam para falar sobre economia popular solidária. Faço parte dos movimentos sociais há mais de 20 anos. Entrei já brigando com o Prefeito, no movimento de moradia da época e ele me admira até hoje.*” (C 18); “Sou filiado à Associação Mineira de Fisiculturismo e acabei participando de encontros regionais de pessoas com deficiência.” (C 19); “Participo do movimento negro, PMDB, associação São Vicente de Paula, SPM do bairro.” (C 20).

Diante do exposto, observou-se que grande parte dos entrevistados mostrou, se não participante de associações ou dos movimentos citados, já ter ido a encontros nacionais e/ou regionais de pessoas com deficiência, tendo sido apenas quatro os entrevistados que demonstraram não participar nem de uma coisa nem de outra. O que se observa é que, muitas vezes, as pessoas mais atuantes nestes movimentos apresentam uma noção mais ampla da idéia de grupo, a ser empregada na própria cooperativa. Algumas pessoas passaram a frequentar tais encontros por intermédio da cooperativa e outras os frequentavam anteriormente ao seu ingresso nela.

Como visto, quando perguntados se se encontravam cientes da intenção da COOPDEF de enviar à Câmara Municipal um projeto de lei a respeito das cooperativas de prestação de serviços, sete cooperativados responderam que não; cinco disseram que sim, tendo inclusive participado da elaboração do referido projeto (destes, quatro eram membros do Conselho Administrativo e um do Fiscal) e oito disseram estar cientes, sem, contudo, terem dele participado. O curioso é que, coincidentemente ou não, os que se encontravam cientes e participaram da elaboração do mencionado projeto eram justamente aqueles que afirmaram ter uma participação mais intensa em algum(ns) do(s) movimento(s) mencionado(s). Os que estavam cientes e não participaram eram basicamente aqueles que iam às reuniões da própria Cooperativa e que foram a algum encontro nacional ou regional de pessoas com deficiência e, finalmente, os que afirmaram não se encontrar cientes nem ter participado da elaboração do projeto disseram também não participar de nenhum daqueles movimentos nem nunca ter ido a nenhum dos encontros mencionados.

Neste aspecto relembre-se que **para Honneth toda a dinâmica da luta pelo reconhecimento parte da relação entre não-reconhecimento e posterior reconhecimento legal; afinal, como já anteriormente ressaltado, é sempre uma particularidade relativa, uma “diferença” que não gozava de proteção legal anteriormente que passa a pretender tal *status*. Importante ressaltar que estes conflitos são entendidos num sentido completamente pré-político e baseados numa experiência de “desrespeito”.**

Quando questionados se já haviam se sentido discriminados, quase todos os cooperativados afirmaram que sim, estando entre suas respostas:

“Sempre sofro discriminação (no meio de trabalho também) – já trabalhei num local da Prefeitura onde o tratamento era diferente. Acredito que metade das pessoas reclamava de mim devido à minha deficiência.” (C 03);

“Uma vez fui para São Paulo e o motorista me disse que a carteirinha só valia até as 19h, como ‘coisa’: você tem hora pra entrar e pra sair sábado e domingo, ir aos shows.” (C 08);

“Uma experiência marcante para mim foi quando trabalhei na Biblioteca da UFJF com um médico que hoje é reitor da Universidade. O que me marcou foi a simplicidade dele ao tratar a gente. Ele não nos tratava nem

como ‘coitadinho’ nem como deficiente, o que me marcou. Uma pessoa com o cargo dele com esta simplicidade, enquanto outros te discriminam! Existem também pessoas com deficiência que têm preconceito. Na época em que eu não estava empregada, uma outra cooperativada disse que eu não iria me adaptar – mas me adaptei porque fiquei lá um ano e meio. Isto também é uma forma de discriminação e me marcou!” (C 10);

“Já sofri preconceito. Uma vez meu patrão me disse que não conheceu um deficiente que prestasse, o que me ofendeu muito. Ele ainda disse mais: ‘não conheço um aleijado que preste!’. Ele poderia até ter sido processado, mas eu era jovem.” (C 15, que revelou se encontrar melhor respaldado pela “força do grupo” para reivindicar seus direitos – episódio já mencionado no tópico 3.1, *Estigma*);

“Já sofri preconceito por ser uma pessoa com deficiência. Uma vez comprei uma máquina de lavar e ela não conseguiu ser entregue porque as pessoas do meu bairro não me identificaram pelo nome. Mas disseram: ‘se tivessem dito: Fulana ‘bracinho’ teríamos indicado a sua casa’. Então respondi: ‘Está escrito Fulana ‘bracinho’ na minha certidão de nascimento? Então pronto’. Achei que isto foi uma discriminação.” (C 18, negra, integrante do Conselho de Segurança Alimentar de Juiz de Fora, do Conselho de Saúde, do Movimento Negro e trabalha como representante da COOPDEF na Rede de Empreendimentos Solidários da Região da Zona da Mata, fazendo parte dos movimentos sociais há mais de 20 anos).

A última cooperada mencionada assim se pronunciou:

“Não vou falar de discriminação, mas dizer uma frase que uso no meu grupo de dança: ‘Neste país que se chama Brasil, para mim não importa ser negra, mulher, deficiente, só quero meus direitos.’”

Todos os cooperados declararam se identificar como tais fora do ambiente de trabalho e foram também unânimes ao recomendar a formação de cooperativas de pessoas com deficiência em outros estados:

“Recomendo a formação de cooperativas em outros estados, sim, como jeito de dar oportunidade a outras pessoas, que esbarram muito no preconceito, na discriminação, ajudando a elevar sua auto-estima. Têm muitos deficientes que não saem de casa, não querem ser vistos – aqui mesmo acontece de as mães fazerem o registro – ele tem a deficiência, mas a nega; a cooperativa ajuda na inclusão.” (C 02);

“Recomendo sim, porque é uma oportunidade para ingressar no mercado de trabalho – como tem aqui pode ter em outros lugares.” (C 03);

“Recomendo sim, porque os deficientes têm que ficar mais unidos, o que é uma forma de estarem sempre em conjunto.” (C 06);

“Se a gente dá certo, em outros estados também pode dar.” (C 07);

“Recomendo sim, porque é uma forma dos aproximadamente 12.000 deficientes de Juiz de Fora ingressarem no mercado – em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro este número deve triplicar – *se o governo apoiar*, imagina a cooperativa que não pode ser feita? Pode até ser que a gente seja uma cooperativa modelo para o Brasil, mas ainda tem muito o que melhorar. Tirando a moção de aplauso não me lembro de mais nada que tenha sido feito reconhecendo a cooperativa; o legislativo Municipal não chama a gente pra conversar – uma vez fomos conversar com um vereador reeleito que nem sabia que a cooperativa existia – eles pegam os projetos de lei de São Paulo e trazem pra cá. Muitos deficientes ficam em casa, se escondendo; outros os pais escondem. Os pais têm vergonha porque não vêem apoio do Legislativo, do Executivo. Quando pegam um carro de apoio para transportar os deficientes, eles acham que estão fazendo um favor, quando é obrigação prestar o serviço.” (C 08);

“Recomendo sim, por ser uma oportunidade àquelas pessoas que por algum motivo estão escondidas, como forma de estarem inseridas, contribuindo para um aumento de sua auto-estima e valorização pessoal, à medida que estarão num quadro em que todos são deficientes.” (C 09);

“Isto poderia ser levado até para Brasília, mostrando como a cooperativa pode ajudar o deficiente.” (C 10);

“Recomendo a formação de cooperativas em outros estados não só de pessoas com deficiência, *desde que se consiga regular suas normas de formação – a dificuldade das cooperativas de prestação de serviços é que nem sempre temos leis para regê-las*, não tendo somente como se basear na lei de cooperativas agrícolas.” (C 11);

“Recomendo a formação de cooperativas de pessoas com deficiência em outros estados porque do mesmo jeito que tem gente preconceituosa tem gente que não é – acho um absurdo, por exemplo, as quotas – da mesma forma que uma pessoa sem deficiência consegue preencher, uma com deficiência também pode. Você entra na empresa não porque é eficiente, mas porque senão ela leva uma multa.” (C 12);

“Recomendo sim, porque é uma forma de a pessoa estar integrada na sociedade.” (C 14);

“Recomendo, *porque muitas vezes o deficiente não consegue vaga numa empresa, ao passo que na cooperativa sempre tem vaga para qualquer tipo de deficiência.*” (C 15);

“Recomendo muito a formação de cooperativas em outros estados porque é uma ‘mão amiga’ que dá oportunidade para a gente, que cria condições de sobreviver nesse mundo.” (C 16);

“Recomendo, porque nós seríamos reconhecidos. Não que haja preconceito, mas daria oportunidade para todos.” (C 17);

“Recomendo a formação de cooperativas de pessoas com deficiência em outros estados porque, *pela baixa qualificação, é uma maneira de inserir as pessoas no mercado de trabalho. Na cooperativa, o trabalho dela e não o das pessoas é oferecido.*” (C 18);

“Recomendo a formação de cooperativas em outros estados *desde que não adote o mesmo mecanismo da minha, ou seja, desde que as pessoas não sejam prensadas e se incentive os desejos de cada uma e também delas entre si.*” (C 19).

Por todo o exposto, parece que realmente o não reconhecimento se constituiu na base dos sentimentos de sofrimento, humilhação e privação para a grande maioria dos cooperados entrevistados, que estariam na base, por sua vez, de muitos conflitos sociais. O que se observa é que este sentimento moral de desrespeito algumas vezes se caracterizou como motivador de uma maior luta por reconhecimento, seja jurídico ou social, por parte de alguns cooperativados, mas dizer que para todos eles isto seja uma premissa a ser seguida seria enganoso. Do mesmo modo, participar de movimentos sociais não se mostrou um pré-requisito indispensável para se reivindicar direitos e ter aumento do auto-respeito e da auto-estima, tendo em vista que o reconhecimento social se dá nas próprias relações cotidianas, o que parece ter sido obtido, segundo grande parte dos cooperados, *devido ao fato em si de estarem trabalhando, sendo produtivos e competentes no exercício de suas funções.*

Neste sentido, a Cooperativa parece lhes ter conferido maior “visibilidade”, pelo fato de que mais pessoas entraram em contato com o trabalho por eles desenvolvido no dia-a-dia, o que gerou para muitos entrevistados a ampliação de suas redes sociais (ou, no dizer de um deles, uma maior “socialização”). A COOPDEF se apresentou, então, como meio de obtenção de renda, inserção ou permanência no mercado de trabalho e, como preconizado por muitos deles, de um maior reconhecimento profissional e valorização pessoal.

Devido ao convívio em grupo, alguns cooperados mencionaram se sentir melhor respaldados para a reivindicação de seus direitos e a própria apreensão de quais são eles

(dois deles disseram que só a partir do ingresso na Cooperativa souberam ter direito ao passe livre, por exemplo). A integração com os demais (o “ponto de encontro” que a Cooperativa, no dizer de um deles, representa) e a “conjugação de esforços para atingir um resultado comum”, qual seja, o de elevar o nome da COOPDEF através do trabalho por cada um desempenhado cotidianamente foram aspectos por vários deles ressaltados.

Contudo, importante se faz aqui mencionar que de todos os depoimentos coletados, apenas duas vezes se escutou: “*porque esta Cooperativa é minha*” ou “*porque aqui eu sou o patrão*”. Pela própria linguagem utilizada, parece que muitas vezes a grande maioria dos entrevistados não se porta e sente como donos efetivos de um empreendimento coletivo de prestação de serviços, qual seja, a COOPDEF, ponto este o qual o item a seguir contribuirá para melhor esclarecer.

3.4.2 – Uma breve análise à luz de Alinhua de Federico de La Rúa, Peter Berger e Thomas Luckman e Erving Goffman

Após se ter procedido a uma análise da interrelação entre a mudança da autoimagem e a da visão da sociedade face à pessoa com deficiência cooperada, bem como ao estudo da própria questão do que nas entrevistas chamou-se de “reconhecimento profissional”, todos à luz das *teorias do reconhecimento* de Axel Honneth e do agir comunicativo de Jürgen Habermas, procurar-se-á então apreender a (re)construção da identidade social destas pessoas (a partir dos dados no tópico precedente já mencionados e de outros aqui inseridos) à luz de outros autores que versam sobre o tema *Identidade*, tais como Alinhua de Federico de La Rúa, Peter Berger, Thomas Luckman e Erving Goffman³¹.

Por grande parte dos relatos mencionados no item anterior depreende-se, conforme preconizado por Alinhua de Federico de La Rúa, que as redes de trabalho e de relações sociais produziram, várias vezes, processos de convergência das normas necessários para obter similaridade em atitudes e comportamentos, satisfazendo a dimensão cognitiva da

³¹ Ressalte-se que um estudo mais pormenorizado da questão do estigma e das identidades sociais virtual e real preconizadas por Goffman já foi realizado no tópico 3.1, *Estigma*.

identificação e, ao mesmo tempo, a aprovação social necessária para obter uma auto-avaliação positiva pelo sentimento de pertencimento a um grupo, o que corresponderia à dimensão afetiva, o que também se confirma pelos depoimentos abaixo, senão vejamos.

Quando questionados sobre sua avaliação quanto à atividade que exercem na COOPDEF, todos a consideraram muito importante ou, ao menos, importante, com as seguintes explicações: “Porque meu trabalho faz com que a Cooperativa continue se firmando, crescendo.” (C 01); “Porque, a partir do momento que comecei a trabalhar, conheci pessoas diferentes e sinto que estou sendo útil para os usuários e para os colegas.” (C 04); “Porque sou supervisor dos cooperativados do setor.” (C 05); “Porque sem mim (sem um de nós) a cooperativa não anda – ‘é igual a um formigueiro – sem uma formiga...’” (C 06); “Porque na supervisão as pessoas dependem muito de mim; se há algum problema, elas se direcionam a mim para resolver.” (C 07); “Muito importante, *porque ela é uma associação de gestos e atitudes nossas, ou seja, a qualidade do meu serviço contribui para elevar o nome da Cooperativa.*” (C 09); “Importante – na diretoria, com certeza, senão a cooperativa não funcionava. Já trabalhei sozinha na diretoria, mas não funciona. *Tem que ter reunião, não somente para delegar atribuições para os outros (senão vira uma empresa), mas para fazer com que mais pessoas participem, trazendo idéias, sugestões e experiências, evitando que a mesma pessoa seja eleita 3 vezes, tendo em vista que os demais não têm preparo. As pessoas acusam de nepotismo, mas não – é falta de preparo mesmo.*” (C 11); “Muito importante, porque no setor em que estou tenho a oportunidade de ajudar as pessoas – talvez quem estivesse no meu lugar não teria o mesmo esforço para realizar da melhor maneira possível – todos são importantes, não só eu – estou aqui também para ajudar a cooperativa a crescer.” (C 12); “Muito importante, pois sou *uma peça no quebra-cabeça. Faço parte, somos uma equipe.*” (C 13); “Muito importante, porque tenho que fazer bem feito porque a gente é uma empresa, não é?” (C 14); “Muito importante porque sem o nosso esforço a cooperativa não anda – não é só conseguir uma pessoa; se ela não produzir, a cooperativa não terá o seu espaço.” (C 17); “Importante, porque trabalho direto com o público e isso eu gosto de fazer. Poder ajudar as pessoas é muito bom.” (C 18); “Importante, porque sou uma âncora para manter o contrato. É o que dizem: ‘tem tanta gente que anda e não trabalha!’ . É o exemplo de superação, o estereótipo do deficiente bem sucedido.” (C 19); “Muito importante, pois as empresas nos tratam com respeito, pelo profissionalismo e não pela deficiência.” (C 20).

Ao serem perguntados sobre como se sentem em fazer parte da COOPDEF, a resposta foi unânime: orgulhoso, com as devidas justificativas: “Por saber que posso fazer alguma coisa.” (C 02); “*Porque passei a ver que não somente eu tenho o meu problema; antes ficava muito trancada, fechada e depois vim até aqui me abrir mais, pelo convívio com os demais.*” (C 04); “*Porque é o*

serviço mais respeitado e reconhecido em que trabalhei até hoje.” (C 05); “Porque a gente trabalha como qualquer outra pessoa, sendo igual a qualquer outro ser humano; não tenho motivo para ser indiferente ou envergonhada.” (C 07); “Porque ela abriu o mercado, as portas para a gente – de repente, se eu não estivesse na cooperativa, eu nem estaria aqui – por isso não posso ser indiferente – qualquer um que venha aqui encontrará as portas abertas.” (C 10); “Porque a encaro como um filho, que ajudei desde o princípio. Foi um sonho que foi crescendo. Fomos criados com outras cinco cooperativas – três tinham contato com o setor público e duas com o setor privado – só a nossa está dando certo até hoje. Eram pessoas de culturas diferentes, que conseguiram se juntar e formar algo que cresceu. Tem-se uma preocupação grande em como ela ficará. Muitas vezes se pensa: se eu sair, quem ficará no meu lugar? É uma preocupação muito grande em como a cooperativa vai ficar.” (C 11); “Porque é uma cooperativa séria, em que todos trabalham, então é legal fazer parte junto.” (C 12); “Porque mostra que todos são capazes, independente da diferença que você tem em relação ao outro.” (C 13); “Orgulhoso, com bastante disposição para um dia ser o presidente e fazer desta cooperativa um lugar mais dinâmico, aberto e eficiente. A cooperativa é boa, mas tem que ser boa para todos, visando o bem dos cooperados e não de uma minoria.” (C 15); “Me sinto orgulhosa em fazer parte da cooperativa porque acho que ainda é pouco ter 92 cooperados, sendo que o Censo de 2000 mencionou que em Juiz de Fora tínhamos em média 11.000 pessoas com deficiência, mas já é alguma coisa. Por mais que tenha vaga nos mercados, nas fábricas, falta muita qualificação porque a maior parte das pessoas que saem à procura de emprego é na faixa de 30-40 anos e não tinham qualificação porque as famílias tinham vergonha de ter um deficiente dentro de casa. Eles não iam para a escola e até os pais tinham vergonha de dizer que tinham um filho deficiente em casa.” (C 18); “Porque acho que ela é a única que produz no Brasil. A inserção e a capacidade que ela tem são vigorosos. Hoje somos referência, o que é sempre bom.” (C 19); “Porque ali estamos mostrando nosso profissionalismo, quem a gente é realmente, ajudando a cooperativa a crescer.” (C 20); “Hoje, orgulhoso; já foi envergonhado e indiferente. Envergonhado porque tinha que lidar com outras pessoas com deficiência, não por estar em contato com elas, mas pela minha própria deficiência (elas eram como um espelho) e indiferente porque para mim tanto fazia – vinha, trabalhava e não me envolvia. Hoje minha visão mudou – eu não via o deficiente como alguém interessado em construir algo; quando vi que a idéia da cooperativa foi andando e vendo que o deficiente é capaz, isto foi mudando. Hoje me sinto orgulhoso vendo que algo que deficientes juntos fizeram é referência – o que antes era tido com desprezo (ah, ‘tadinho’!), hoje são parceiros nossos.” (C 01) – relato já mencionado no tópico 3.4.1.

Por estes relatos observa-se que os entrevistados, em sua grande maioria, ressaltaram em seus discursos a importância de cada um para o crescimento da cooperativa e manutenção do vínculo contratual; por suas falas denota-se o “senso de grupo” que afirmam ter, contrariamente à postura que muitos deles acreditam ser adotada por grande parte dos integrantes da Cooperativa.

Contudo, conforme já mencionado no item 3.4.1, de todas as entrevistas, apenas dois cooperados assim se referiram à Cooperativa: “Tenho noção dos princípios cooperativistas sim porque *sei que aqui sou o patrão*, noção que o curso de cooperativismo passou para nós, mas muitos não aprenderam.” (C 19); “Fora do ambiente de trabalho falo para as pessoas que *sou dono de uma cooperativa prestadora de serviços*, porque elas de um modo geral têm pouca idéia de como uma cooperativa funciona.”. A própria linguagem empregada por alguns deles denota a pouca noção prática do funcionamento da Cooperativa, como foi o caso já mencionado do uso de termos como “salário” e “dinheiro” quando o adequado seria “retirada”.

Na mesma direção, como já visto, a grande maioria deles atribui à Diretoria a função de firmar contratos e estabelecer parcerias para o oferecimento de cursos de qualificação, bem como de comparecer aos encontros de Economia Solidária. Por tudo isso, parece faltar a muitos deles uma postura mais ativa no que tange às decisões a serem tomadas no cotidiano da Cooperativa em si. Neste sentido, *o orgulho*³² *preconizado pela unanimidade deles revela-se ambíguo, justamente porque parece que muitas vezes o princípio da autogestão se mostra comprometido.*

Em seu artigo *Networks and Identifications A Relational Approach to Social Identities*, Alinhua de Federico de La Rúa menciona a concepção de Peter Berger e Thomas Luckman a respeito da *identidade*, bem como a necessidade de se estabelecer *três níveis de análise no que tange à produção social desta*:

“Berger e Luckman expressam a questão da identidade nos seguintes termos: *identidade é, obviamente, um elemento-chave da realidade subjetiva e, como tal, está em relação dialética com a sociedade. Uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou reformulada pelas relações sociais. Os processos sociais implicados, tanto na formação quanto na manutenção da identidade, são determinados pela estrutura social. Reciprocamente, identidades produzidas pela interação do organismo, consciência individual e estrutura social reagem em relação à estrutura social dada, a mantendo, a modificando ou ainda a reformulando. Sociedades têm histórias feitas por homens que têm identidades específicas (Berger e Luckman, 1968). No jogo dialético entre auto-identificação e identificação pelos outros, os diferentes atores terão marchas de manobra mais ou menos*

³² Talvez referido orgulho que dizem sentir possa refletir o estímulo social e um “rótulo” que acabam vestindo, referente ao reconhecimento profissional que a Cooperativa (“referência” em Juiz de Fora, como defendem alguns deles) proporcionaria.

profundas e diferentes capacidades de impor sua visão de mundo de acordo com sua posição social (Lavaud, 2000).

Entre o nível macro dos sistemas institucionais e o nível micro dos atores individuais, é necessário definir um nível meso que se refere às redes das relações sociais em que os indivíduos estão imersos. Estas se constituem nos contextos relacionais em que o jogo dialético entre a auto-identificação confrontada com a identificação pelos outros é ativado, e em que os atores, de acordo com sua posição no mundo do trabalho, ajustam suas estratégias.

Identificações servem para tomar posição em situações de interação estruturadas por relações sociais. Mas identificações são também ‘misturadas’ com relações sociais e são ligadas a elas, então esta formulação tende a entender identificações como efeito destes relacionamentos sociais.”.

Partindo de um nível meso para um nível macro, o referido autor aponta, ainda, que as comunidades pessoais (redes de trabalho sociais) seriam, inclusive, cruciais para as sociedades nacionais. Elas constituir-se-iam, então, em um modelo de confiança e solidariedade que seria a fundação de uma ideologia nacional; o bom funcionamento das sociedades em Estados-Nação dependeria de um engajamento completo dos valores ideais da nação: *liberdade, igualdade, solidariedade, confiança e também de redes de trabalho baseadas na amizade e parentesco. Comunidades pessoais (redes de trabalho pessoais) seriam os grupos sociais que levariam adiante os referidos ideais. As pessoas teriam em suas vidas a experiência completa da solidariedade, confiança, fraternidade e outros valores da nação*, o que estimularia que os valores do Estado-Nação continuassem críveis aos olhos das pessoas, apesar das relações de dominação e instrumentais que os estruturam.

Parece que a articulação entre os níveis meso e macro pela COOPDEF se daria através de sua cooperação com outros empreendimentos, visando o fortalecimento daqueles que praticam (ou ao menos *preconizam* praticar) a autogestão e a economia solidária e também quando se observa que alguns de seus integrantes, *através dos laços firmados na própria cooperativa*, tomaram conhecimento e passaram a frequentar mais assiduamente encontros regionais de e para pessoas com deficiência.

Neste sentido, importante lembrar que **a Cooperativa faz parte da Rede de Empreendimentos Solidários do Município de Juiz de Fora e da Região da Zona da Mata**, tendo, inclusive, participado ativamente de um evento realizado na cidade de Curitiba, intitulado “Encontro das Universidades Americanas” (formado por cooperativas da América toda) bem como do Encontro Nacional de Economia Solidária, evento promovido em Brasília, que contou com a participação do Presidente da República, o que contribuiu – segundo relato da presidente da Cooperativa – para “compartilhar com muitos

dos empreendimentos de Economia Solidária do Brasil as principais dificuldades e desafios enfrentados pela COOPDEF, bem como os principais avanços por ela alcançados”. Não se pode olvidar, contudo, que pouquíssimos foram (e são) os cooperados que compareceram (comparecem) aos encontros nacionais (alguns deles apontaram a distância como causa, que traria prejuízo aos seus horários de trabalho); *em sua grande maioria ressaltaram que “eventos de Economia Solidária são atribuições da presidente”*. De modo semelhante (como já afirmado no item 1.3), esta revelou que no último curso de Economia Solidária oferecido (e do qual afirma que todos foram avisados), ninguém compareceu, sob a justificativa de que “não poderiam perder o fim-de-semana”.

A nível municipal, como visto, a COOPDEF encaminhou um Projeto de Lei à Câmara de Vereadores de Juiz de Fora, do qual participaram várias cooperativas, todas de Juiz de Fora e da Região da Zona da Mata. Entretanto, como já exaustivamente ressaltado, a grande maioria dos entrevistados ou não sabia de referido projeto ou se disse ciente, mas afirmou não ter participado de sua elaboração, sob as seguintes justificativas: duas pessoas alegaram não ter participado por falta de tempo; três disseram só ter dele “ouvido falar”; um disse não ter participado em função do horário de trabalho, tendo em vista que “não foi liberado”; um disse que “se me falaram, não atentei para o tema”; outro mencionou que “não foi *convidado* para participar do projeto”; seis simplesmente afirmaram que não sabiam.

Sob esta perspectiva, parece, então, que na prática a nuance da visão de pessoas com deficiência encaradas exclusivamente sob o jugo de seu atributo diferencial *para cooperados mais ativos na própria Rede de Empreendimentos Solidários* não se efetuou para a grande maioria dos entrevistados. Portanto, neste aspecto, a (re)construção da identidade social através da articulação entre os níveis meso e macro, apregoada por La Rúa, parece ter se mostrado prejudicada.

Entretanto, nos níveis micro e meso propostos por este autor parece que houve a (re)construção da identidade social de grande parte dos cooperados, tendo em vista que alguns ingressaram na Cooperativa devido às redes de trabalho sociais estabelecidas e em sua grande maioria através da COOPDEF travaram contatos que as ampliaram, o que contribuiu para que muitos deles declarassem se sentir mais reconhecidos profissional e também (e por conseguinte) pessoalmente.

No mesmo sentido, mas sob outro ângulo de análise, pôde-se apreender, pelos depoimentos de grande parte deles, que a inserção na Cooperativa propiciou indubitavelmente uma mudança em suas identidades sociais real e virtual, preconizadas por Erving Goffman³³. Ressalte-se, neste aspecto, o relato de vários deles que indicaram terem passado a ser “vistos com outros olhos”, a ser avaliados pelo “trabalho eficaz que realizam e não pela deficiência de que são portadores”, o que contribuiu muitas vezes também para a mudança de sua própria autoimagem, pois a grande maioria afirmou que esta também se modificou após o ingresso na Cooperativa, por terem passado a se sentir mais “capazes”, “vividos”, “respeitados”.

Contudo, uma das questões identitárias é a consciência de fazer algo pelo qual se sentem responsáveis e neste sentido, pelas explicações já oferecidas, parece que a (re)construção da identidade social de grande parte deles não se verificou.

³³ Para uma melhor compreensão de referidas identidades, rever o tópico 3.1, *Estigma*.

CONCLUSÃO

Por todo o exposto, conclui-se que a Cooperativa representou para os entrevistados uma ‘porta aberta’, que lhes ofereceu uma oportunidade de trabalho. Vários deles ressaltaram a experiência nela adquirida e os cursos de qualificação a que a partir dela tiveram acesso, sendo também um aspecto comum a muitos discursos a menção de que de outra forma talvez nem estivessem laborando na Prefeitura ou inseridos no próprio mercado de trabalho. Do mesmo modo, vários respondentes ressaltaram a baixa qualificação da grande maioria da mão-de-obra da Cooperativa e a discriminação no mercado de trabalho como principais motivos da exclusão social a qual consideram que muitos já se encontraram submetidos; por outro lado, vários deles apontaram a dificuldade enfrentada pela COOPDEF de ser contratada pelo setor privado, tendo em vista o fato altamente contestável de as cooperativas não estarem incluídas no percentual previsto na Lei de Quotas.

Apesar de praticamente todos eles terem descrito situações em que já se sentiram discriminados, parece que nem sempre elas foram suficientes para uma postura mais ativa por parte de grande parte deles nos vários casos já mencionados. É certo que *alguns* relataram que a partir do ingresso na Cooperativa passaram a frequentar eventos de e para pessoas com deficiência, influenciados, principalmente, pelo desrespeito que alegam já ter alguma ou várias vezes sofrido (aspecto que viria ao encontro da teoria de Honneth, que afirma, conforme já analisado, que “se redistribuição e novos recursos são importantes para moverem os indivíduos no sentido da ação social, ambos não são suficientemente fortes para despertar neles o sentimento de unidade e compartilhamento de tal experiência. Isso só seria possível a partir de uma gramática moral de desrespeito.”). A participação nestes encontros parece indicar uma evolução na capacidade reivindicativa destes indivíduos, mas esta certamente ainda precisa ser aprimorada.

Como visto, pouquíssimos são os cooperados que já participaram de algum evento de Economia Solidária (os únicos de que se teve notícia, além da presidente, foi o vice-presidente e um integrante do Conselho Fiscal); quatro entrevistados disseram sequer saber da existência da Rede de Empreendimentos Solidários de Juiz de Fora e da Região da Zona da Mata e de que a COOPDEF dela fazia parte; como visto, de todos os entrevistados,

apenas os membros da Diretoria e um do Conselho Fiscal participaram ativamente da elaboração do projeto de lei enviado à Câmara (seis disseram que não tinham sequer ouvido dele falar).

Neste sentido, apesar de certamente ter havido a (re)construção da identidade social de grande parte dos entrevistados no que tange à articulação entre os níveis micro e meso preconizados por Federico de La Rúa (tendo em vista as relações de trabalho e redes sociais estabelecidas ou ampliadas a partir de seu ingresso na Cooperativa), parece que a articulação entre os níveis meso e macro proposta por este autor, pelos motivos já expostos, se mostrou prejudicada.

A falta de consciência de fazer algo pelo qual se sintam responsáveis parece ter se revelado na própria linguagem por alguns (ou vários) deles utilizada. Por exemplo, em suas falas (conforme já ressaltado no decorrer da dissertação), muitos usaram o termo “dinheiro” e um deles o termo “salário” para se referir às retiradas.

Por outro lado, alguns ressaltaram se sentir mais respaldados pela “força do grupo”, tendo vários deles mencionado que o aspecto forte que vêem na Cooperativa é a socialização, o “ponto de encontro” que ela representa, no dizer de uma das cooperadas. Contudo, de todas as entrevistas realizadas, apenas dois cooperados usaram expressões denotadoras de que efetivamente se sentem donos da COOPDEF, quais sejam: “*porque a Cooperativa é minha*” e “*porque aqui eu sou o patrão*”.

Além disso, ressalte-se que as críticas ao funcionamento em si da Cooperativa (periodicidade das reuniões, por exemplo) foram feitas praticamente por apenas um cooperado, que mencionou que os motivos de muitos dos demais se calarem seriam a falta de consciência ou o medo de sofrer alguma represália.

Relato quase unânime entre os respondentes foi a competência que acreditam ter no desempenho de suas funções; muitos se sentem mais reconhecidos, tendo em vista a ampliação de sua rede de contatos, se sentindo, em função de estarem trabalhando e aferindo renda, mais respeitados pela sociedade de um modo geral e também com mais experiência profissional (um deles, textualmente, mencionou que, em uma sociedade capitalista, se é avaliado por sua capacidade de produção). O contato com os próprios membros da Cooperativa também parece ter contribuído bastante para o compartilhamento

de experiências em comum e para a melhor apreensão de alguns de seus direitos, como o passe livre, por exemplo.

A grande maioria relatou que a COOPDEF representou uma oportunidade de mostrarem o seu trabalho, de terem mais visibilidade, o que também contribuiu para muitos modificarem sua imagem a respeito de si mesmos, sentindo-se mais “requisitados”, “eficientes”, “vividos”. Neste sentido, parece que sem dúvida houve a (re)construção da identidade social da grande maioria dos entrevistados no sentido preconizado por Erving Goffman, pois, segundo muitos afirmaram, passaram a ser vistos por seu “profissionalismo e não pela deficiência de que são portadores”, o que parece ter contribuído para a amenização do estigma com que muitos revelaram já ter se sentido alguma(s) vez(es) tratados.

Tais relatos também refletem a teoria proposta por Peter Berger e Thomas Luckman, para quem a “identidade é, obviamente, um elemento-chave da realidade subjetiva e, como tal, está em relação dialética com a sociedade”, sendo mantida, modificada ou reformulada pelas relações sociais. Reciprocamente, por outro lado, “identidades produzidas pela interação do organismo, consciência individual e estrutura social reagem em relação à estrutura social dada, a mantendo, a modificando ou ainda a reformulando”, o que se verificaria na própria mudança de visão que acreditam que seu trabalho proporcionou em algumas pessoas que com eles interagem no cotidiano.

No mesmo sentido mas sob outro ângulo de análise, observou-se que as interações entre o *Eu* e o *Me* são fundamentais para a construção do *Self* de um indivíduo, de cujo processo reflexivo emergiria a própria autoconsciência, conforme já havia preconizado Axel Honneth em sua teoria do reconhecimento.

Para alguns cooperados, contudo, o ingresso na Cooperativa não representou a modificação da maneira como se vêem e sentem ou como acham que são vistos pela sociedade, nem tampouco interferiu na mudança de seu reconhecimento profissional, tendo em vista que revelaram nunca terem se deixado abater pela deficiência, tendo “desde sempre lutado para conquistar seu espaço e reivindicar seus direitos”. Para estas pessoas, a reação do *Eu* parece se sobrepôr à assimilação das crenças e atitudes do “outro generalizado”, efetuada pelo *Me* do indivíduo.

Importante se faz neste ponto não olvidar que muitos cooperados *podem ter* alegado, por outro lado, o aumento de seu reconhecimento profissional pelo próprio estímulo social, “vestindo um rótulo” que de certa forma facilitaria sua própria permanência no mercado de trabalho, qual seja, o de que a Cooperativa de que fazem parte é considerada uma “referência” de ingresso das pessoas com deficiência no mercado de trabalho de Juiz de Fora.

No mesmo sentido, o orgulho que a unanimidade deles afirmou sentir por fazer parte da Cooperativa revelou-se ambíguo, pois, como visto no decurso da dissertação, a autogestão do empreendimento parece muitas vezes ficar comprometida. Como já avaliado, os próprios discursos de muitos entrevistados denotam que vários deles não parecem agir e se sentir *efetivamente* como membros de uma empresa coletiva prestadora de serviços, pois em várias ocasiões parecem não decidir por si próprios, delegando as determinações a serem tomadas à Diretoria e àqueles poucos que comparecem às reuniões (alguns dos entrevistados, inclusive). Em suas falas, percebeu-se que muitos respondentes atribuem ao Conselho Administrativo a função de firmar contratos e estabelecer parcerias para o oferecimento de cursos de qualificação; no dia-a-dia parecem não tomar por si próprios iniciativas *neste sentido*. No que tange *ao exercício de suas funções no próprio expediente de trabalho*, contudo, ressaltou-se que conversas travadas com pessoas que com eles laboram revelaram que vários deles são vistos como “funcionários” competentes, muitos até mais do que os terceirizados que com eles laboram, o que reflete o depoimento de vários deles.

Portanto, fazer parte da Cooperativa parece ter gerado um subproduto positivo, qual seja, o fato de muitas vezes seus integrantes terem afirmado se sentir mais reconhecidos, “capazes” e “vividos”, representando ao mesmo tempo geração de trabalho e renda. Contudo, há de se ressaltar que uma das questões identitárias é a consciência de fazer algo pelo qual se sintam responsáveis, o que seria possível através de uma aplicação mais efetiva do princípio da autogestão, que, por sua vez, resultaria no resgate da cidadania e ainda mais de sua auto-estima. *Neste sentido*, parece que para a maioria deles a COOPDEF não ganhou o significado que uma cooperativa solidária poderia ter.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1998.

APPAY, Béatrice. **Précarisation sociale et restructurations productives. Précarisation sociale, travail et santé**. Paris: IRESCO, 1997.

ARAÚJO, Josemar Figueiredo. **As pessoas especiais do mundo moderno**. Trabalho de curso apresentado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense em 2007.

BRASIL. DECRETO nº 3.956, de 8 de outubro de 2001 – Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

CARRETTA, Regina Yoneko Dakuzaku. **Pessoas com deficiência organizando-se em cooperativas: uma alternativa de trabalho?**. São Carlos: UFSCar, 2005. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Tese de doutorado.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

DE LA RÚA, A. De Federico. Networks and Identifications: a relational approach to social identities. *In: International Sociology*, vol. 22, n. 6, nov. 2007.

DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. Tradução: Andréa Stahel M. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e futuro do capitalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FRANÇA, Bárbara Heliadora et al. **Guia de Economia Solidária ou porque não organizar cooperativas para populações carentes**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da Modernidade**. Tradução Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1998.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Tradução Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. Por uma Sociologia do Desemprego: Contextos Societais, Construções Normativas e Experiências Subjetivas. *In: Além da Fábrica trabalhadores, sindicatos e a nova questão social.* RAMALHO, J.R. & SANTANA, M.A. (orgs.). São Paulo: Editorial Boitempo, 2004.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência Moral e Agir Comunicativo.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. **Direito e democracia: entre facticidade e validade.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HANSEN, Gilvan Luiz. **Modernidade, Utopia e Trabalho.** Londrina: Edições CEFIL, 1999.

HERCULANO, Selene. **Associativismo, Sociedade Civil, Estado e Construção da Esfera Pública: notas para o estudo da cidadania brasileira.** Publicado na Revista Plúrima, UFF/Fac. Direito. Porto Alegre: Síntese, n. 5, pp. 247-271.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais.** São Paulo: Ed. 34, 2003.

_____. **Trabalho e Reconhecimento Tentativa de uma redefinição.** Civitas – Revista de Ciências Sociais, vol. 8, n. 1, jan./abr. 2008.

LIMA, Jacob. Apresentação. *In: Ligações perigosas – trabalho flexível e trabalho associado.* São Paulo: Annablume, 2007.

_____. Trabalho Flexível e Autogestão: Um Estudo Comparativo entre Cooperativas de Terceirização Industrial. *In: Ligações perigosas – trabalho flexível e trabalho associado.* São Paulo: Annablume, 2007.

MACÊDO, Kátia Barbosa; MEDEIROS, Luiza Ferreira Rezende de. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência?. *In: Psicologia & Sociedade*, vol. 18, mai./ago. 2006, pp. 62-71.

MATTOS, Patrícia Castro. **Reconhecimento: entre a justiça e a identidade.** São Paulo: Lua Nova, Revista de Cultura e Política, vol. 63, 2004, pp. 143-161.

MORAES, Renato Almeida de. **Teoria do Reconhecimento e Movimentos Sociais: o potencial de transformação de ações coletivas moralmente motivadas.** Curitiba: Interação, vol. 1, n. 1, 2006, pp. 66-80.

PASTORE, José. **Oportunidade de trabalho para portadores de deficiência**. São Paulo: LTr, 2000.

PERIN, Adenilson. **Geração de renda a partir de resíduos recicláveis: análise de duas associações de Florianópolis**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2003. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Dissertação de Mestrado.

POCHMANN, Márcio. Ajustes Macroeconômicos e Novas Formas de Exclusão Social: A Situação Recente na Periferia do Capitalismo. *In: Globalização e Integração Regional: Atitudes Sindicais e Impactos Sociais*. LORENZETTI, Jorge & VIGEVANI, Tullo (coords.). São Paulo: LTr, 1998, pp. 125-141.

_____. **Atlas da exclusão social, vol. 4: agenda não liberal da inclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Palestra Vinte Anos de Constituição Cidadã no Brasil: Avanços, Limites e Perspectivas para o Mundo do Trabalho no Século XXI**, proferida no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 25/09/2008.

RAZETO, Luis. **Economia de solidariedade e organização popular**. São Paulo: Cortez, 1993.

SILVA, Luiz Antônio Machado da. Mercado de Trabalho, ontem e hoje: Informalidade e Empregabilidade como categorias de entendimento. *In: Além da Fábrica trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. RAMALHO, J.R. & SANTANA, M.A (orgs.). São Paulo: Editorial Boitempo, 2004.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Editora Record, 12^a ed., 2007.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

TOMÁS, Maria Carolina et al. Interface dos Capitais Humano, Cultural e Social na Situação Ocupacional e nos Rendimentos dos Indivíduos. *In: Desigualdades sociais, redes de sociabilidade e participação política*. AGUIAR, Neuma (org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, pp. 73-100.

XIBERRAS, Martine. **Les Théories de L' Exclusion: por une construction de l'imaginaire de la déviance**. Paris: Méridiens Klincksieck, 1994.

ANEXO

**INSTRUMENTAL DE COLETA DE DADOS – Questionário semi-
estruturado para a realização das entrevistas**

1. IDENTIFICAÇÃO:

Nome: _____

Deficiência de que é portador: () visual () auditiva () física () mental ()
múltipla

Etnia: () branco () negro/mulato () pardo () amarelo

Estado Civil: () Casado(a) () Solteiro(a) () Divorciado/Separado () Viúvo(a) ()
Outros

Naturalidade: _____ Idade: _____

Sexo: () Masculino () Feminino

Endereço: _____

Sabe ler e/ou escrever? () Sim () Não

Grau de escolaridade : () 1º grau incompleto () 1º grau completo () 2º grau incompleto
() 2º grau completo () 3º grau incompleto () 3º grau completo

2. SITUAÇÃO DE MORADIA:

() Casa própria () Aluguel () Posse () De favor () Outros

Tipo de construção:

() alvenaria () madeira () outro

Tempo de moradia no local: _____

Quantos cômodos? () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7

Tem luz elétrica? () Sim () Não

Tem esgoto? () Sim () Não

Tem água encanada? () Sim () Não

Tem coleta de lixo regular? () Sim () Não

Tem linha de ônibus no local? () Sim () Não

3. QUADRO FAMILIAR:

Tem filhos? () Sim () Não

Possuem certidão de nascimento? () Sim () Não

Quantos são menores? () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8

Quantos são maiores? () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8

Estudam? () Sim () Não () Trabalham? () Sim () Não

Quantas pessoas moram na casa?

() 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8

4. SITUAÇÃO PROFISSIONAL:

Já trabalhou em outro(s) lugar (es) antes de ingressar na cooperativa? () Sim () Não

Em caso positivo, onde?

() multinacional () grande empresa () empresa de médio porte () empresa de pequeno porte ou microempresa () Universidade Federal de Juiz de Fora () Prefeitura de Juiz de Fora () em outros órgãos do setor público localizados em Juiz de Fora () em órgãos do setor público localizados em outras cidades () em ONG's () sistema "S" – SEBRAE, SESI, SENAC () outros

Que atividade exercia e por quanto tempo trabalhou em cada local?

A Carteira de Trabalho era anotada? () Sim () Não

Em caso negativo, a que você atribui o fato de não ter trabalhado em outros locais antes?

() à deficiência de que é portador () à discriminação no mercado de trabalho () à sua qualificação () à carência de políticas públicas () à falta de iniciativa do setor privado () outros _____

No dia-a-dia, seu patrão, chefe ou o público com que lidava demonstrava insatisfação com a forma como você trabalhava? () Sim () Não

Em caso positivo, você atribui isso à deficiência de que é portador? () Sim () Não

Realizava algum trabalho informal antes de ingressar na cooperativa? () Sim () Não

Em caso positivo, qual? _____

Relate uma experiência marcante vivenciada por você na atividade profissional que exercia antes de ingressar na COOPDEF.

Por que ingressou na Cooperativa?

Na COOPDEF, em que setor trabalha?

() no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Juiz de Fora () na rede municipal de saúde () na biblioteca da Universidade Federal de Juiz de Fora () no restaurante universitário () na Diretoria () outros

Há quanto tempo está na COOPDEF? () 6 meses a 1 ano () 1 ano a 3 anos () 3 a 5 anos () 5 a 7 anos () 7 a 9 anos () desde sua fundação

Preferia trabalhar com Carteira anotada ou continuar na Cooperativa? () carteira anotada () Cooperativa. Justifique a resposta.

Preferia a atividade que exercia anteriormente ao ingresso na Cooperativa ou a função que exerce nela? Justifique a resposta.

Como vê o seu trabalho na cooperativa? () Muito importante () Importante () Sem importância () Como outro qualquer. Justifique.

Como você acha que a sociedade em geral vê as pessoas com deficiência?

Você acha que a maneira da sociedade em geral vê-lo sofreu alguma alteração após ter ingressado na Cooperativa? Justifique.

Após ingressar na Cooperativa, você considera que o seu reconhecimento profissional por parte da sociedade em geral aumentou, diminuiu ou permaneceu o mesmo? Justifique.

Ingressar na Cooperativa propiciou alguma mudança na maneira como você se vê e sente?
Justifique.

Como você se sente em fazer parte da COOPDEF?
() orgulhoso () envergonhado () indiferente

Relate uma experiência marcante vivenciada por você na Cooperativa.

Consegue sustentar a família exclusivamente com os ganhos obtidos na Cooperativa? ()
Sim () Não

Em caso negativo, o que faz para complementar a renda?

Você já sofreu algum tipo de preconceito por ser uma pessoa com deficiência? () Sim ()
Não. Em caso positivo, qual?

Quais as principais dificuldades que enfrenta no convívio social em razão de sua
deficiência?

Fora do ambiente de trabalho você se identifica como cooperativado? () Sim () Não. Em
caso negativo, justifique. _____

Você já pensou em prestar concurso público? () Sim () Não

Você acha mais vantajoso ser concursado? Justifique. _____

Qual considera ter sido o principal objetivo da Prefeitura e da Universidade Federal de Juiz
de Fora em contratar a COOPDEF?

Você é ciente da intenção da COOPDEF de enviar à Câmara Municipal de Juiz de Fora um projeto de lei a respeito das Cooperativas de prestação de serviços? () Sim () Não

Você participou da elaboração de referido projeto? () Sim () Não

Você recomenda a formação de cooperativas de pessoas com deficiência em outros estados? () Sim () Não. Justifique.

5. ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA CULTURAL:

Tem religião? () Sim () Não. Qual? () Evangélico () Católico () Espírita () Outras.

Quando não está trabalhando? () Participa de atividades culturais no bairro onde mora ()

Participa de atividades culturais em outros Municípios () Vai ao templo religioso ()

Fica no bar com os amigos () Fica em casa () Outras

Participa de alguma associação? () Sim () Não. Em caso positivo, qual?

Vota em todas as eleições? () Sim () Não

Já participou de algum movimento sindical, de militância política, religiosa, ambiental ou a favor das pessoas com deficiência *antes de ingressar na COOPDEF*? () Sim () Não

Em caso positivo, especificar qual.

Após o ingresso na COOPDEF, faz parte de algum destes movimentos? () Sim () Não

Em caso positivo, especificar qual.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)